



**Prefeitura Municipal de Cambé**

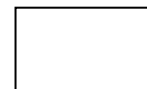
ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Educação

## **AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMBÉ-PR/2018**

Relatório da Avaliação do PME de Cambé-PR, período de 2015 a 2017, realizado pela Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME, com a finalidade de subsidiar o acompanhamento, o aprimoramento e o planejamento da Educação no município.

**CAMBÉ  
2018**



**COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMBÉ**

**COORDENADORA:**

Cláudia dos Santos Codato Segura

**ASSESSORA PARA ADEQUAÇÃO DO PME:**

Doralice Aparecida Paranzini Gorni

**Representantes da Secretaria Municipal de Educação**

Edna dos Santos C Serezuela

Luciano Moraes Cardoso

Eliézer Fernando Vertuan

Raphael de Oliveira Furlan

**Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social**

Joaquim Pacheco de Lima

Rosiane Martins de Souza

**Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento**

Adriana Hack

Marcelo Marques da Silva

**Representantes da Câmara de Vereadores de Cambé**

José Luis Dalto

Fátima Serpeloni Haully

**Representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais**

Rosimara Iglesias

Marcelo Batista Mendes

**Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Estaduais**

Kátia Midori Wakassugui Gamba

Mônica Santana Cruz Rodrigues

Paulo Enrique Dante

**Representante das Instituições de Ensino Superior**

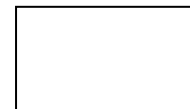
Carlos Alberto Sales

**Representante dos Técnicos-Administrativos do Poder Executivo**

Thaíssa Teixeira Sgobero

**Representante do Conselho Municipal de Educação de Cambé**

Josiele Diniz Richieri

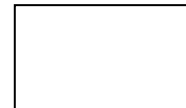


## RESUMO

O Presente relatório tem como finalidade registrar os trabalhos da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Cambé-Pr, referente à segunda avaliação do Plano Municipal de Educação – PME, realizada no período de 07/06/2018 a 19/12/2018. Após resgatar a proposta e objetivos da avaliação contida no PME (2014-2024), bem como das metas e estratégias, estabelecidas no Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei 13.005/2014, o comitê definiu como etapas de trabalho: 1) a atualização das informações educacionais do município mediante o instrumento de Coleta de Dados Educacionais – CODAE /3ª edição; 2) a análise comparativa dos dados referentes ao período de 2015 a 2017 com os obtidos anteriormente em 2012 e 2015, mediante o mesmo instrumento, por ocasião da elaboração do PME e de sua primeira avaliação, respectivamente, e, por fim: 3) a análise dos dados à luz das metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de Educação 2014/2024. Para tanto, foi constituída uma Comissão Técnica com a finalidade de efetuar a revisão e ampliação do instrumento de coleta de dados educacionais, bem como realizar a busca das informações necessárias à avaliação, junto às instituições educacionais e prepará-las para a análise da Comissão, mediante o presente relatório. Concomitante a estas ações, foram desenvolvidas estratégias para divulgação e mobilização da comunidade educativa e demais segmentos envolvidos com a educação, no decorrer do processo, atendendo as orientações e determinações vigentes. Encerradas estas etapas, foi elaborado o parecer conclusivo da Comissão, destacando, os aspectos relevantes relacionados ao desenvolvimento do PME /2014-2024, no que tange: às condições físicas e estruturais presentes nas instituições e instâncias educacionais do município de Cambé-Pr, no período de 2015 a 2017; à avaliação do alcance das metas estabelecidas para o período; à efetividade das estratégias elaboradas para o alcance das mesmas, e, por fim, às recomendações da comissão para o aprimoramento da educação no âmbito do município. Assim sendo, o presente relatório constitui um instrumento de grande relevância para o aprimoramento da educação do município e para a constituição do Sistema Municipal de Educação, em consonância com o Sistema Estadual e Nacional de Educação, conforme dispõe a Lei 13.005/2014.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>05</b>
<b>1. METODOLOGIA DE TRABALHO .....</b>	<b>08</b>
<b>2. A EDUCAÇÃO EM CAMBÉ (2015-2017): conhecer, avaliar, planejar .....</b>	<b>11</b>
2.1. A REDE ESCOLAR DE CAMBÉ .....	12
<b>3. EIXOS TEMÁTICOS .....</b>	<b>15</b>
3.1. EDUCAÇÃO INFANTIL .....	15
3.2. ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS .....	20
3.3. ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS .....	25
3.4. ENSINO MÉDIO .....	30
3.5. ENSINO SUPERIOR .....	34
3.6. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	36
3.7. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....	39
3.8. EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	41
3.9. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	44
3.10. ATENDIMENTO EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	48
3.11. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL .....	50
3.12. GESTÃO DEMOCRÁTICA .....	59
3.13. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO .....	60
3.14. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME .....	61
3.15. MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO .....	63
<b>4. METAS E ESTRATÉGIAS: avaliação e recomendações .....</b>	<b>64</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>71</b>



## INTRODUÇÃO

O presente relatório registra a Avaliação do Plano Municipal de Educação de Cambé-Pr, realizada pela Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, constituída em caráter permanente pela Portaria nº 649 de 29 de novembro de 2018.

Partindo do princípio de que: 1) o conhecimento das razões e das concepções que subsidiam a presente proposta de avaliação, bem como a proposição dos Planos de Educação, tanto em nível Nacional, como no âmbito dos Estados e Municípios, como política de Estado, é indispensável à comunidade educacional e a todos os cidadãos que integram a sociedade; 2) o envolvimento e comprometimento de todos com a formação das novas gerações é condição *sine qua non* para o desenvolvimento social e a superação dos problemas contemporâneos, a comissão recomenda a leitura dos documentos relacionados ao tema, para maior aprofundamento.

Como se pode observar nas últimas décadas, a demanda crescente por melhoria da qualidade da educação vem impondo, cada vez mais, à sociedade brasileira, a busca de alternativas e o delineamento de caminhos que consolidem a educação como direito de todos e dever do Estado, conforme dispõe a Constituição Federal/1988.

Neste sentido, o aprimoramento do aparato legal tem sido um instrumento de grande valia na consecução destes objetivos e cada vez mais estabelece as atribuições dos governantes, dos educadores, dos pais e demais integrantes da sociedade, de maneira clara e inequívoca, podendo ser-lhes imputadas responsabilidades em caso de descumprimento das mesmas.

O que se espera, com este tipo de medida é mudar, ao longo do tempo, o comportamento e a cognição das pessoas acerca da importância da educação na vida dos indivíduos e das sociedades. Não obstante, espera-se também, que tais medidas permitam em médio e longo prazo, 'construir novos caminhos e parâmetros de convivência social' além de uma 'cultura' de respeito, responsabilidade e compromisso

de todos com 'a dignidade e garantia de condições humanas' de vida a todos, indistintamente.

Sob este enfoque, a principal estratégia para promover a 'participação, o compromisso e a responsabilização de todos para com a educação', é o aprimoramento das formas e espaços de participação e de GESTÃO DEMOCRÁTICA.

Mediante o acompanhamento e controle social dos investimentos e gasto dos recursos destinados à educação, assim como a avaliação: da estrutura física existente, dos recursos materiais e humanos disponíveis, dos indicadores educacionais alcançados a cada ano, das necessidades e demandas postas e impostas à educação nos diferentes momentos e conjunturas sociais, dentre outros, é que podemos elaborar um novo plano educacional ou aprimorar um plano de educação, anteriormente traçado.

Neste sentido, a melhoria da qualidade da educação está condicionada ao nosso zelo, cuidado e envolvimento com a educação e a preparação das novas gerações para a convivência e vida em comunidade, com respeito aos demais seres e à natureza. Para isto, é de extrema relevância, estabelecermos metas viáveis de serem alcançadas em curto, médio e longo prazo, bem como estratégias, passíveis de acompanhamento e avaliação, que nos permitam aferir seu alcance.

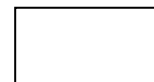
O monitoramento e a avaliação permanente do desenvolvimento do Plano Municipal de Educação são os elementos que podem permitir tanto a aferição do cumprimento e adequação das metas e estratégias a serem cumpridas em curto e médio prazo, quanto que se lance um olhar para as metas a serem atingidas em longo prazo, permitindo sua 'readequação' e o 'delineamento de novas estratégias' quando necessário.

Sob este enfoque, a alimentação anual do sistema de dados pelos educadores e a realização de monitoramento anual do trabalho desenvolvido nas redes de ensino e instâncias educacionais, complementadas pela avaliação do desenvolvimento do PME a cada biênio; pelas discussões da educação a cada quatro anos, nas Conferências Municipais de Educação; e, finalmente, pela elaboração de Plano Municipal de Educação a cada decênio; se bem orquestradas, podem contribuir para a definição de novos parâmetros e novas formas de traçar e desenvolver projetos e programas educacionais

no âmbito do país, dos estados e dos municípios contemplando, acima de tudo, a realidade e o dinamismo das demandas que ela nos apresenta.

Oportuno enfatizar que o município de Cambé, com a utilização do instrumento de Coleta de Dados Educacionais – CODAE, nas suas 3(três) edições, possui registro dos dados educacionais do período de 2001 a 2017. Sendo assim, o município tem disponíveis os dados dos últimos 16 (dezesesseis) anos, referentes à educação desenvolvida em todos os níveis e âmbitos, para a realização de estudos, pesquisas, consultas e análises.

Este é um passo importante tanto para a continuidade das ações no âmbito da educação, quanto para o aprimoramento do processo de transparência, das formas de participação e de controle social, na gestão da educação municipal. É, sem dúvida, um patrimônio do qual a comunidade educativa e o município devem se orgulhar e, mais que isto, preservar.



## 1. A METODOLOGIA DE TRABALHO

A exemplo do que ocorreu nas edições anteriores da avaliação, optou-se por organizar o trabalho em etapas. A primeira consistiu na *Revisão e Aprimoramento do instrumento de coleta de dados* e foi desenvolvida pela Equipe Técnica. Englobou tanto a adequação dos instrumentos ao novo período avaliado como a inserção de novos campos de coleta de informações, visando aprimorar o instrumento e lançar um olhar para as metas com prazo de atendimento em curto e médio prazo.

Posteriormente, as alterações necessárias e a viabilidade de atualização do Sistema, desenvolvido em 2011-2012, em tempo para a avaliação em 2018, foram analisadas junto ao técnico em informática da SEED e ao Setor de Informática do Município.

Dada à impossibilidade, foram providenciados formulários impressos para serem entregues às escolas/instituições de ensino do município. A entrega dos formulários ocorreu nos dias 20 e 21 de agosto. No primeiro dia participaram os diretores(as) e secretários(as) da rede pública e privada de Educação Infantil (EI) e Ensino Fundamental - anos iniciais (EF1) e, no segundo, os do Ensino Fundamental – anos finais (EF2) ao Ensino Superior (ES). Além da entrega dos formulários, as reuniões objetivaram fornecer esclarecimentos sobre o processo, fornecer orientações ao preenchimento e estabelecer prazo para devolução dos instrumentos.

Diante do não comparecimento dos representantes de algumas instituições, os formulários/orientações foram encaminhados às respectivas escolas, mediante um ofício da Secretaria Municipal de Educação - SEMED que disponibilizava o ramal do responsável da secretaria para auxiliar no preenchimento dos mesmos. Tal correspondência foi entregue em mãos, no intuito de obter os dados de todas as instituições/escolas do município.

Estabeleu-se o prazo de 15 dias para a devolução dos formulários. Neste íterim, foram levantados os dados do *Censo Demográfico do IBGE*, do *Caderno Estatístico do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES* e do *Educacenso – MEC/INEP*, além de informações junto à Secretaria Municipal de Educação e demais Secretarias e instâncias do município. Ressalva-se que, quando os dados dos

referidos censos não haviam sido atualizados, foram realizadas estimativas, conforme especificado nas ocasiões em que tal procedimento foi adotado.

Recebidos todos os formulários, estes organizados e seus dados inseridos no sistema por um funcionário da SEMED<sup>1</sup>. Posteriormente, foram extraídos os relatórios do mesmo, os dados referentes ao período avaliado foram comparados aos obtidos anteriormente (em 2012 e 2015) e, finalmente, foram utilizados para avaliar o alcance das metas estabelecidas no PME/2014-2024 e a funcionalidade das estratégias elaboradas para tal.

A CODAE/2018 passou por uma revisão e aprimoramento, visando contemplar, além da avaliação do desenvolvimento do PME, o planejamento de estratégias para o alcance das metas com cumprimento estabelecido para os próximos anos, especialmente as relacionadas: à Educação Inclusiva e ao atendimento em Tempo Integral na Educação Básica, à Educação de Jovens e Adultos, ao atendimento nas Salas de Recursos, à Educação Profissional e Tecnológica e ao Ensino de Graduação e Pós-Graduação.

Os novos instrumentos elaborados permitam às escolas/instituições a inserção de informações específicas do seu cotidiano e respectiva avaliação. Tal fato pretendeu introduzir um ‘espaço de diálogo’ e envolvimento destas no ‘aprimoramento do instrumento’ de coleta de dados.

Recomenda-se que os novos formulários sejam incorporados ao Sistema de Coleta de Dados Educacionais no decorrer de 2019, para poder ser utilizado na CODAE/2020, quando deverá ocorrer nova avaliação do PME 2014-2024.

Concluída a análise dos dados, a Equipe Técnica elaborou o presente relatório, posteriormente encaminhado à Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME para análise e apreciação.

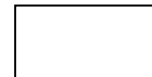
Por fim, a referida comissão elaborou seu parecer conclusivo, tornando acessível à comunidade educacional e comunidade em geral, a íntegra da avaliação realizada.

Todo este processo objetivou o aprimoramento da análise da realidade educacional do município de Cambé, a ampliação dos canais de participação e o aperfeiçoamento da

---

<sup>1</sup> Este procedimento também ocorreu na CODAE/2014. Recomenda-se que, para o futuro, o Sistema de Coleta de Dados seja reconstruído, permitindo a inserção dos dados pelas próprias escolas ao final de cada ano letivo, de modo a facilitar e agilizar tanto o MONITORAMENTO ANUAL, quanto a AVALIAÇÃO bianual do PME.

gestão democrática no âmbito da educação, com vistas a construir um caminho sólido e contínuo de busca de melhoria da qualidade da educação do município.



## **2. A EDUCAÇÃO DE CAMBÉ: conhecer, avaliar, planejar.**

O objetivo do presente tópico é possibilitar o conhecimento da realidade educacional do município e, em decorrência, a reflexão da mesma, com vistas a aprimorar o planejamento da educação desenvolvida.

O conhecimento da realidade antecede sua avaliação e adquire maior sentido quando, e se, utilizado para transformação da própria realidade. Assim, é mediante o planejamento que uma dada realidade, após conhecida e analisada pode ser modificada e/ou transformada.

Por sua vez, o conhecimento da realidade não pode prescindir do conhecimento dos fatos e contextos que a produziram. Neste sentido, fruto do esforço e trabalho, coordenado nos últimos anos pela Secretaria Municipal de Educação, o município de Cambé possui atualmente, o registro dos dados educacionais de 2001 a 2017, no Plano Municipal de Educação (2014-2024) e na Avaliação do PME/2015, permitindo acesso ao conjunto dos indicadores educacionais do município dos últimos 16(dezesseis) anos.

Tal fato cria a possibilidade ‘concreta’ de realização de uma avaliação criteriosa da educação do município, bem como do contexto de seu desenvolvimento e, em decorrência, a possibilidade ‘igualmente concreta’ de identificar os aspectos que precisam ser aprimorados e as estratégias para fazê-lo.

Ciente da singularidade e importância deste momento histórico, a comissão optou por manter, no presente relatório, a apresentação e análise dos dados, em formato similar aos dos apresentados em 2012 e 2015, visando facilitar sua leitura e análise. Assim, recomenda-se a consulta ao PME 2014-2024 e à Avaliação do PME 2016, caso necessário.

É relevante destacar que, em 2015 a Rede Escolar era composta por 69 (sessenta e nove) instituições de ensino, e destas 87% forneceram os dados solicitados na CODAE. Já em 2017, 72(setenta e duas) instituições integravam a rede escolar, e destas 61 (sessenta e uma) ou 84,7% responderam à CODAE/2018.

Com a finalidade de permitir a visualização das instituições que integravam o ‘Sistema Municipal de Educação’<sup>2</sup>, bem como as alterações ocorridas neste quadro geral, o Anexo 1 apresenta a relação destas em 2015 e 2017.

Na sequência, o detalhamento do número de estabelecimentos por dependência administrativa e modalidade de ensino, que integravam a Rede Escolar em 2017, consistirá o ponto de partida para a realização da presente avaliação.

## 2.1 A REDE ESCOLAR DE CAMBÉ

Conforme mencionado anteriormente, o conhecimento das dimensões do ‘Sistema Educacional’ foi o ponto de partida para a Avaliação do PME. Para tanto, o quadro e os gráficos abaixo apresentam as informações obtidas junto à SEMED sobre a composição da rede escolar do município em 2017.

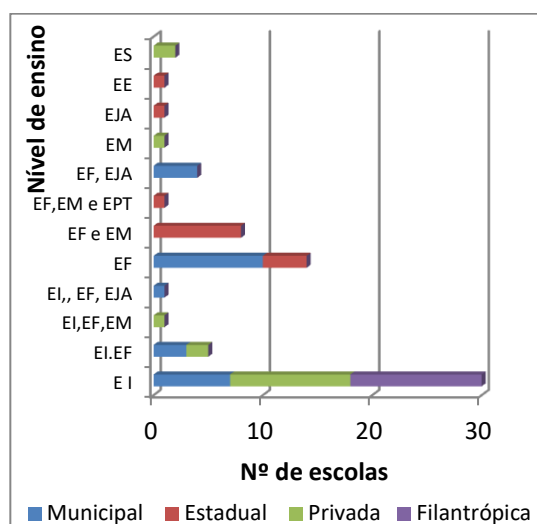
Quadro 1 - Estabelecimentos e Modalidades de Ensino/Dependência Administrativa - 2017

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	TOTAL	NÍVEL DE ENSINO
<p><b>MUNICIPAL</b></p> <p><i>Ps: * 5 escolas atuam na EJA; ** 1 na EE (sala de recursos) ***2 atendem TEMPO INTEGRAL</i></p>	40	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 23 - EI</li> <li>• 04 - EI + EF1</li> <li>• 01 - EI + EF1 + EJA</li> <li>• 06 - EF1</li> <li>• 03 - EF1 + EJA</li> <li>• 01 - EF1 + EJA + EE</li> <li>• 02 - EF1 + EE</li> </ul>
<p><b>ESTADUAL</b></p> <p><i>Ps:* 01 escola oferece EJA ** 01 EPT *** 01 EE (sala de recursos) **** 01 atende TEMPO INTEGRAL</i></p>	14	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 02 - EF2</li> <li>• 06 - EF2 + EM</li> <li>• 01 - EF2 + EM + EE</li> <li>• 01 - EF2 + EM + EJA</li> <li>• 01 - EF2 + EM + EPT</li> <li>• 01 - EF2 + EE</li> <li>• 01 - EJA</li> <li>• 01 - EE</li> </ul>
<p><b>PRIVADA</b></p> <p><i>Ps:* 01 IES oferece cursos presenciais ** 03 IES oferecem cursos de EaD</i></p>	17	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 09 - EI</li> <li>• 02 - EI + EF1</li> <li>• 01 - EI + EF1 + EF2 + EM</li> <li>• 01 - EM</li> <li>• 04 - ES</li> </ul>
<b>FILANTRÓPICA</b>	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 - EI</li> </ul>
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>72</b>

FONTE: SEMED,2018; CODAE,2018.

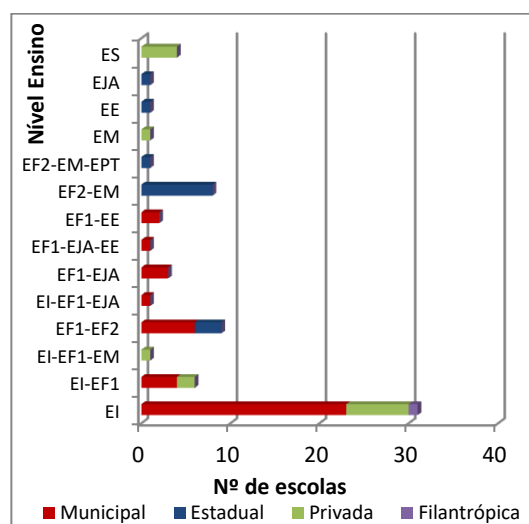
<sup>2</sup> Utilizamos a denominação ‘Sistema Municipal de Educação’, para nos referirmos ao conjunto das instituições educacionais que atuam no município.

A comparação destes dados com os obtidos mediante a CODAE/2015, apresentada nos gráficos que seguem, evidencia que a oferta da Educação Básica do município está totalmente adequada ao estabelecido legalmente, ou seja, a EI e o EF1 são atendidos predominantemente pela Rede Pública Municipal, e o EF2 pela Rede Pública Estadual. A Rede Privada atende a uma pequena parcela de alunos nestes segmentos.



**Gráfico 1 – Estabelecimentos de ensino/2014.**

FONTE: CODAE/2015.



**Gráfico 2 – Estabelecimentos de ensino/2017.**

FONTE: CODAE/2018.

A comparação dos gráficos acima permite observar que a iniciativa privada reduziu sua atuação na EI, manteve-a nos demais níveis da EB e duplicou-a no Ensino Superior, contando atualmente com 4 (quatro) instituições: 1 (uma) de ensino presencial e 3 (três) Polos de apoio (que oferecem Educação à Distância-EaD). Por sua vez, a Rede Municipal ampliou seu atendimento nos níveis iniciais da EB, assumindo quase a totalidade da EI e EF1 e a Rede Estadual passou a atender apenas ao EF2 e EM.

No que se refere ao atendimento no EF - Anos finais, EM e ES mantém-se o destaque, efetuado nas avaliações anteriores, de que uma parcela significativa de jovens do município frequenta escolas, faculdades e universidades em cidades da região, em especial, em Londrina.

Encerrando o presente tópico, a Tabela 1 apresenta o número de salas de aula, turmas ofertadas e alunos atendidos em 2017 na rede escolar do município.

**Tabela 1 – Turmas/Salas de aula e alunos atendidos no município em 2017.**

Dependência Administrativa	Nº de instituições (TOTAL)	Nº de salas	Nº de turmas	Nº de alunos	(Nº escolas/Dados não informados)
MUNICIPAL	40	263	386	8.763	*2 escolas ã retornaram formulário
ESTADUAL	14	227	326	11.209	
PRIVADA	17	85	92	1.265	*8 instituições ã retornaram o formulário *(4-EI; 1-EI+EF1;1- EM; 1-ES) ã informaram dados dos docentes e profissionais
FILANTRÓPICA	01	7	7	113	
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>582</b>	<b>811</b>	<b>21.350</b>	10 ã informaram todos os dados 3 / Nº de alunos 2 / Salas e Turmas

FONTE: CODAE/2018.

Como ocorreu em 2014, em 2017 também foi registrado um crescimento na rede escolar. Embora os dados revelem um aumento no número de alunos, não podemos desconsiderar o fato de que 10 escolas (13,8%) não retornaram os formulários da CODAE/2018. Em números absolutos, em 2014 existiam 69 instituições educacionais no município, que dispunham de 576 salas para atender a 805 turmas, que comportavam aproximadamente 21.104 alunos.

Finalmente, no que se refere à participação das escolas na Coleta de Dados Educacionais – CODAE/2018 tem-se que 95.6% e 82.3% das escolas municipais de EI e EF1, respectivamente, responderam aos instrumentos. Além destas, 100% das escolas estaduais, 55.5% das escolas privadas de EI, 50% das escolas privadas de EF e EM, 25% das escolas de ES e 100% das filantrópicas, também forneceram os dados solicitados.

Importante enfatizar que também contribui para confiabilidade da pesquisa, a adesão da escola privada de maior porte da cidade, que atende todos os níveis da Educação Básica alcançando percentual de 49% dos alunos desta rede, bem como a adesão da Instituição de Ensino Superior, que tem atuação mais longa no município, oferece 100% dos cursos na modalidade presencial e, por fim, subsidiou a avaliação do ES nas edições anteriores da CODAE.

### 3. EIXOS TEMÁTICOS

Embora a estrutura do presente tópico tenha sido mantida, foram inseridos alguns eixos temáticos referentes aos novos aspectos introduzidos na coleta de dados realizada junto às escolas/instituições educativas do município. A seu tempo, os mesmos serão relacionados e detalhados. Na sequência, inicia-se a apresentação dos respectivos eixos.

#### 3.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme informações obtidas na CODAE/2018, no ano de 2017 atuavam na Educação Infantil 41 (quarenta e uma) instituições.

**Tabela 2 – Estabelecimentos e Modalidades de Ensino/Dependência Administrativa - 2017**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	Nº ESCOLAS	NÍVEL DE ENSINO	ETAPA	SALAS	TURMAS	ALUNOS
MUNICIPAL	28	23 - EI	0a3	58	61	829
		04 - EI+EF1	4e5	75	98	2.066
PRIVADA	12	01 - EI+EF1+EJA	0a3	21	25	239
		09 - EI	4e5	19	22	310
FILANTRÓPICA	01	02 – EI+EF1	0a3	3	3	26
		01 – EI+EF1+EF2+EM	4e5	4	4	87
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>41</b>		<b>180</b>	<b>213</b>	<b>3.557</b>

Das escolas inseridas na Tabela 2, 25 (vinte e cinco) atendiam a 1.094 crianças de 0a3 anos, distribuídas em 89 (oitenta e nove) turmas alojadas em 82 (oitenta e duas) salas. Outras 33 (trinta e três) escolas atendiam a 2.463 crianças de 4e5 anos, distribuídas em 124 (cento e vinte e quatro) turmas, alojadas em 98 (noventa e oito) salas. Isto totalizava 180 (cento e oitenta) salas, 213 (duzentos e treze) turmas e 3.557 alunos de EI atendidos.

Importante registrar que em 2015 e 2016, foram atendidos no município, respectivamente: 861 alunos de 0a3 anos e 1.786 de 4e5 anos e, 1.130 alunos de 0a3 anos e 2.463 de 4e5 anos.

A comparação entre 2014 e 2017 revela um crescimento de 10.8% no número de instituições de EI, já que estas eram 37 (trinta e sete) naquele ano e passaram a 41 (quarenta e uma) em 2017.

Outro dado relevante é a demanda da EI no município. Segundo informou a SEMED, no início de 2018 havia 399 crianças na faixa de 0-1 ano e 386 de 2-3 anos, aguardando vaga na Rede Municipal. Neste mesmo ano verificou-se, mediante a CODAE, que 87(oitenta e sete) crianças da faixa de 0-3 anos e 106(cento e seis) de 4-5 anos estavam inscritas na lista de espera na Rede Filantrópica. Assim, a demanda total do município é de 785(setecentos e oitenta e cinco) vagas na Rede Municipal e 193(cento e noventa e três) na Rede Filantrópica. Considerando apenas a faixa de 0a3 anos, a demanda total é de 872(oitocentas e setenta e duas) vagas no município.

Com relação a este dado, acredita-se que muitas crianças, de 0a3 anos, possam estar inscritas nas duas redes. Assim, é importante confrontar as listas de espera para confirmar qual é a demanda real a ser atendida no segmento.

No que concerne à demanda informada pela Rede Filantrópica na faixa de 4e5 anos, a mesma já deveria estar totalmente atendida no município desde 2016, a exemplo do ocorre no âmbito da Rede Municipal. Assim, cabe uma investigação e providências acerca da mesma, pelos órgãos municipais competentes, caso esta se confirme.

Um aspecto também importante de ser avaliado é a duração da jornada escolar das crianças. Segundo a CODAE/2018, na faixa de 0a3 anos, a Rede Municipal atendeu, em 2017, 887(oitocentas e oitenta e sete) crianças em período integral e 20(vinte) em período parcial. Já, a Rede Privada atendeu 31(trinta e uma) e 254(duzentas e cinquenta e quatro) crianças em período integral e parcial, respectivamente e, a Rede Filantrópica atendeu todas as crianças (26) em período integral.

Na faixa de 4e5 anos foram atendidas: na Rede Municipal 923 (novecentas e vinte e três) e 1.213(mil, duzentas e treze) crianças no período integral e parcial, respectivamente; na Rede Privada 32(trinta e duas) e 309 (trezentas e nove) no período integral e parcial, respectivamente e, na Rede Filantrópica 87(oitenta e sete) em período integral.

É relevante destacar que a Rede Filantrópica, atendia a todas as crianças, num total de 113(cento e treze), em período integral, no ano de 2017. A Rede Privada atendia 63(sessenta e três) e 563(quinhetas e sessenta e três) crianças em período integral e parcial, respectivamente, enquanto a Rede Municipal atendia a 1.810(mil, oitocentas e

dez) e 1.233(mil, duzentas e trinta e três) crianças, respectivamente, em período integral e parcial.

Com base nos dados acima, observa-se que foram atendidas, no âmbito da EI no município, 1.986(mil, novecentos e oitenta e seis) crianças em período integral e 1.796(mil, setecentos e noventa e seis) em período parcial, naquele ano.

Como estabelece a Meta 1 do PME, no mínimo 50% das crianças de 0a3 anos devem ser atendidas até o final do PNE/2014-2024. Considerando que em 2017 estavam matriculadas 1.094 crianças de 0a3 anos e a demanda reprimida da Rede Municipal é de 785 vagas, temos um total aproximado de 1.879 crianças para atender neste segmento. Sob este prisma, nota-se que 58.2% das crianças da faixa etária estão matriculadas, faltando atender a 42%. Em decorrência, conclui-se que a Meta 1, estabelecida no PNE e PME, já foi atendida no município. No entanto, cabe ressaltar a necessidade de efetuar a análise da demanda informada pela Rede Filantrópica, já que esta se insere neste quadro.

Confrontando a demanda da EI com a jornada de atendimento das crianças na Rede Municipal, depreende-se que o atendimento total da demanda de 0a3 anos, conforme compromisso assumido no Termo de Ajustamento de Conduta - TAC assinado pelo município junto ao Ministério Público torna-se possível, se considerada a alternativa de ampliar o atendimento em tempo parcial e reduzir o atendimento em tempo integral na EI, a exemplo do que tem feito alguns municípios. Neste sentido as questões que se colocam são:

1. é justo e democrático que alguns tenham seu direito garantido e outros não?
2. que impactos teria 'retirar' um direito conquistado por alguns em detrimento do atendimento do 'direito de todos'?
3. quais as consequências desta decisão, do ponto de vista político e social? Existe um ônus político nesta decisão? Vale a pena pagar pelo mesmo?

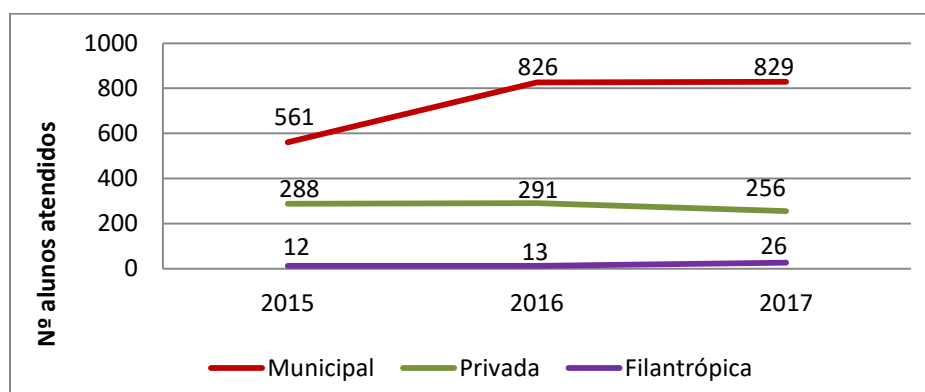
Com vistas a facilitar a compreensão do quadro atual da EI no município, seguem os dados de matrícula do triênio.

Conforme destacado anteriormente, houve uma ampliação no número de instituições de EI no município, quando comparamos 2014<sup>3</sup> e 2017. Em decorrência, o

---

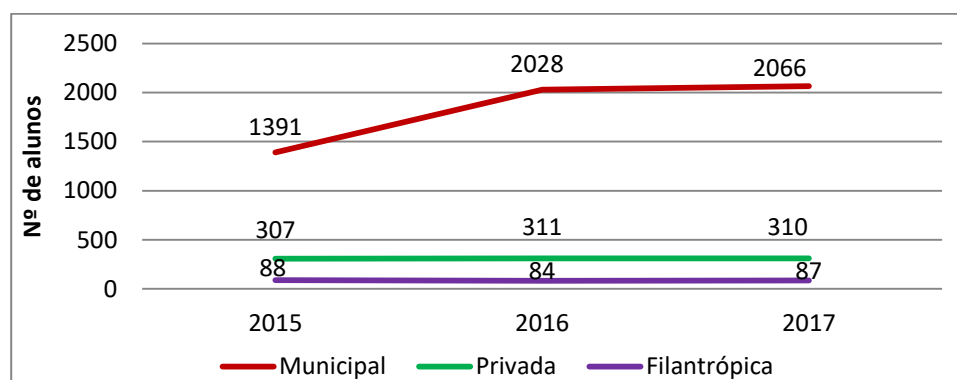
<sup>3</sup> As matrículas iniciais de 2014, de todos os segmentos da educação, constam da Avaliação do PME de Cambé / 2016.

número de matrículas na EI (0a3 anos) passou de 696 (seiscentas e noventa e seis) para 1.111 (mil cento e onze), registrando uma ampliação de 415 (quatrocentas e quinze) vagas ou aproximadamente 59.6%. Além disto, em 2017, 829 (oitocentas e vinte e nove) vagas ou 74.6% da demanda deste segmento foi atendida pela rede municipal, como demonstra o Gráfico 3.



**Gráfico 3 – Matrícula Inicial (0a3 anos)/Dependência administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2018.

Observa-se no gráfico um aumento significativo do número de crianças de 0a3 anos atendidas pela Rede Municipal, no início do triênio. Tal fato decorreu da ampliação do número de instituições e da incorporação à rede dos CEMEIs, que na avaliação anterior foram computados em Instituições Filantrópicas. Na sequência, os dados de matrícula na EI (4e5 anos) podem ser visualizados no Gráfico 4.



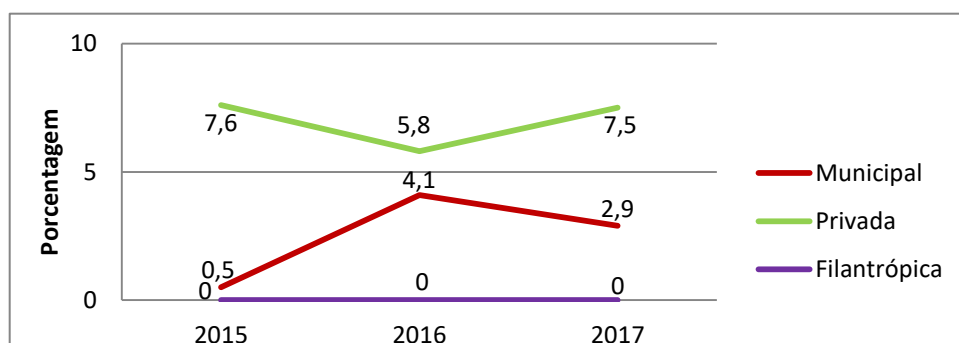
**Gráfico 4 – Matrícula Inicial (4e5anos)/Dependência Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2018.

Fica evidente, no gráfico, o aumento do número de crianças atendidas pela Rede Municipal, bem como ao final do triênio, a responsabilidade do município por cerca de 83.9%, do atendimento deste segmento.

Corroborando esta análise o fato de que em 2014 haviam sido atendidas 1.469 crianças de 4e5 anos, e este número aumentou para 1.786 em 2015 e para 2.423 e 2.463, respectivamente, nos anos subsequentes. Tais dados revelam uma ampliação do atendimento em 17.7% no primeiro ano, 26.3% no segundo e 1.6% no terceiro. Pode-se afirmar certa estabilidade do atendimento nos dois últimos.

Por fim, é ainda importante analisar, a taxa de abandono na EI no período. Os gráficos apresentados na sequência auxiliam neste sentido.

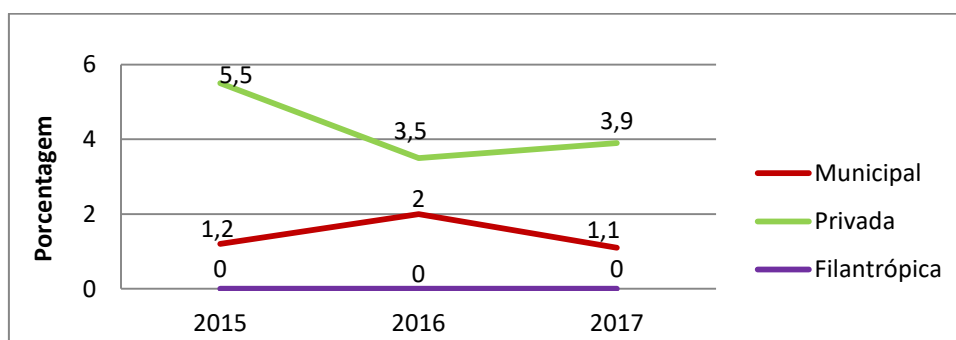
No entanto, antes de proceder à análise, cabe destacar que a incorporação das instituições filantrópicas pela Rede Municipal alterou radicalmente o formato das curvas do abandono na EI no triênio 2015-2017, uma vez que eram elas que registravam a maior taxa de abandono na avaliação anterior do PME.



**Gráfico 5 – Taxa de abandono (0a3anos)/Dependência Administrativa.**

FONTES: CODAE/2018.

Segundo o Gráfico 5, a Rede Filantrópica não registrou ocorrência de abandono na EI (0a3 anos). A Rede Municipal registrou o maior número de abandono em 2016, com redução em 2017 e na Rede Privada o percentual de abandono foi menor em 2016. Entretanto, todas as redes apresentaram, no triênio, percentuais de abandono inferiores aos do quadriênio anterior, para esta etapa da EI. (Ver CODAE/ 2015).



**Gráfico 6 – Taxa de abandono (4 e 5anos)/Dependência Administrativa.**

FONTES: CODAE/2018.

Observamos no Gráfico 6, curvas similares às da etapa precedente. Também a exemplo do que ocorreu na avaliação anterior, os percentuais de abandono foram menores na faixa de 4e5 anos. É importante destacar que as curvas registram tendência à redução. Também é possível afirmar que esta tendência reflete o cuidado no cumprimento da Meta 1 do PME/2014-2024, que consiste na universalização do atendimento escolar de 4 e 5 anos a partir de 2016 e o atendimento de 50% da população de 0a3 anos, até 2024.

### 3.2. ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

No ano de 2017, o Ensino Fundamental – anos iniciais foi ofertado em 20 escolas. Destas, 17 integravam a Rede Municipal e 03 a Rede Privada, conforme demonstra a tabela abaixo. Cabe destacar que os dados contidos na mesma foram fornecidos por 82.4% e 25% das escolas destas redes, respectivamente. Segue o demonstrativo das escolas que atuavam no segmento:

**Tabela 3 – Estabelecimentos e Modalidades de Ensino por Dependência Administrativa em 2017.**

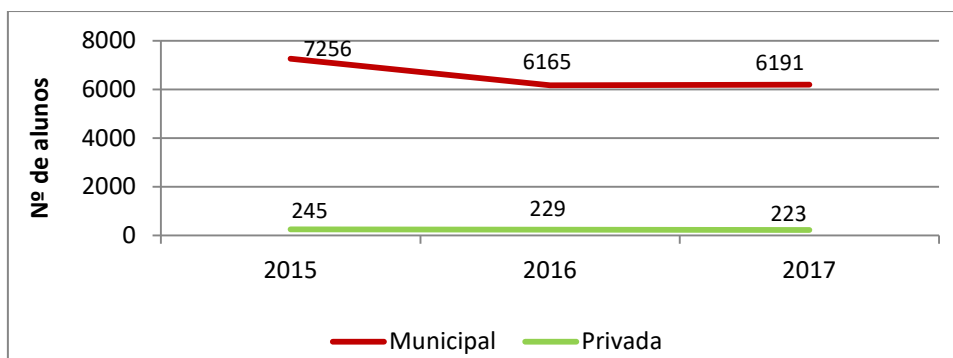
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	Nº DE ESCOLAS	NÍVEL DE ENSINO	SALAS	TURMAS	ALUNOS
MUNICIPAL	17 (14 responderam)	4 - EI + EF1 1 - EI + EF1 + EJA 6 - EF1 3 - EF1 + EJA 1 - EF1 + EJA + EE 2 - EF1 + EE	144	233	6.191
PRIVADA	3 (1 respondeu)	2 - EI + EF1 1 - EI + EF1 + EF2 + EM	10	10	223
<b>TOTAL</b>	<b>20</b> <b>(15 responderam)</b>	<b>20</b>	<b>154</b>	<b>243</b>	<b>6414</b>

Fonte: CODAE/2018.

Observa-se que, com exceção de 06 escolas municipais, as demais atuavam em duas ou mais etapas da Educação Básica. Além disto, a Rede Municipal dispunha de 144 salas para alocar 233 turmas, que atendiam a 6.191 alunos, o que correspondia a 96.5% dos alunos atendidos pelas 14 escolas. Por sua vez, a maior escola da Rede Privada, que participou da pesquisa, atendeu a 223 alunos ou 3.5% dos alunos informados em 2017.

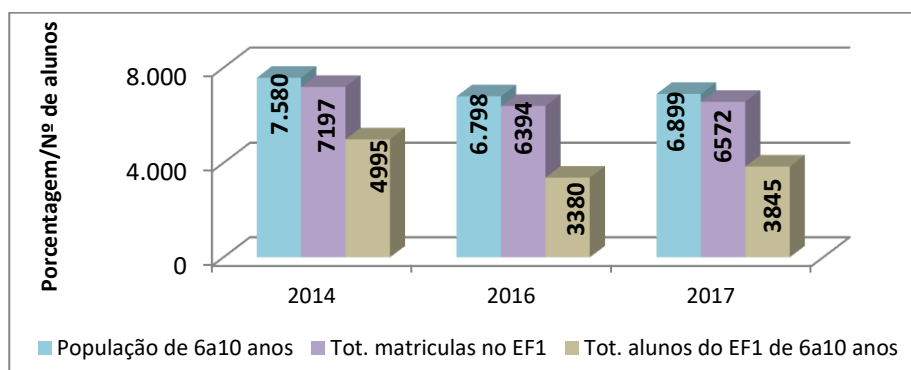
A análise das matrículas iniciais foi feita com base nos dados da CODAE/2018 uma vez que a atualização do Censo Escolar/MEC/INEP está prevista apenas para 2020.

Segundo a CODAE/2015, em 2014 foram atendidas 7.197 matrículas nos anos iniciais do EF, destas 96.8% pela Rede Municipal. Houve uma redução de 10.9% no número de matrículas no triênio em análise, ou seja, de 2015 a 2017. O Gráfico 7 registra as matrículas do EF 1 informadas no triênio:



**Gráfico 7 - Matrícula inicial no Ensino Fundamental – anos iniciais / D. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2018.

A análise do número de matrículas atendidas em relação ao número de crianças da faixa etária na população permite avaliar a Taxa de Escolarização deste segmento. O Gráfico 8 contém os dados relacionados à mesma nos anos de 2014, 2016 e 2017.



**Gráfico 8 – Taxa de Escolarização no Ensino Fundamental - anos iniciais.**  
 FONTE: Estimativa IBGE/2018; INEP/2017; CODAE/2015,2018.

A inserção dos dados de 2014 visa facilitar a comparação entre o período terminal dos dois blocos avaliados. Acerca da avaliação da taxa de escolarização do EF1 é importante observar que:

1. o cálculo é aproximado, dado que foi realizado com base na 'estimativa' da população do IBGE/2018;
2. da mesma forma, as informações obtidas na coleta de dados realizada junto às instituições educacionais do município, embora tenham sido enviadas pela maior

parte das instituições, conforme já mencionado, não corresponde à totalidade destas, o que reflete no cálculo da escolarização dos segmentos.

Dando continuidade, a taxa de escolarização pode ser analisada mediante: 1) a relação entre o número de crianças matriculadas / número de alunos da faixa etária adequada ao segmento educativo e, 2) a relação do número de alunos da faixa etária adequada ao segmento / total destas na população. Estes indicadores são denominados, respectivamente, Taxa Bruta (TB) e Taxa Líquida (TL).

Em 2014 estas taxas foram 1.44 e 0.65, respectivamente. No ano de 2017 foi registrada TB de 1.7 e TL de 0.56 nos anos iniciais do EF. Tendo em vista que três escolas: duas privadas e uma pública, não forneceram as informações solicitadas, podemos afirmar que a taxa líquida foi mais elevada, naquele ano. Assim sendo, é de extrema relevância programar estratégias que garantam o retorno das informações de ‘todas’ as escolas para assegurar maior ‘precisão’ dos dados e índices obtidos em cada segmento.

Cabe destacar ainda que, em termos ideais, uma taxa de 1.0 significaria o equilíbrio desejado, ou seja, que toda população está sendo atendida na escola na idade ideal ao segmento frequentado.

Como observação adicional, destaca-se que o número de crianças da população foi extraído da “estimativa” do IBGE/2018, o número de crianças matriculadas em 2017 foi retirado do IPARDES/2017, e os demais indicadores foram obtidos na CODAE/2018. Tal procedimento foi necessário, em função de não constarem as informações referentes aos três anos analisados nos censos oficiais disponíveis.

Finalizando esta análise, os indicadores educacionais complementam a apresentação dos dados do EF-AI, referentes ao período 2015 a 2017.

Iniciando pela Taxa de Aprovação o Gráfico 9, permite visualizar as variações registradas no período tanto na Rede Municipal quanto na Privada. Fica evidente que a rede privada alcançou índices de aprovação mais elevados. Situação similar foi observada na avaliação anterior. No que tange ao desempenho de cada rede de ensino as duas mantiveram certa estabilidade nos resultados do período, com níveis de aprovação predominantemente superiores a 80%.

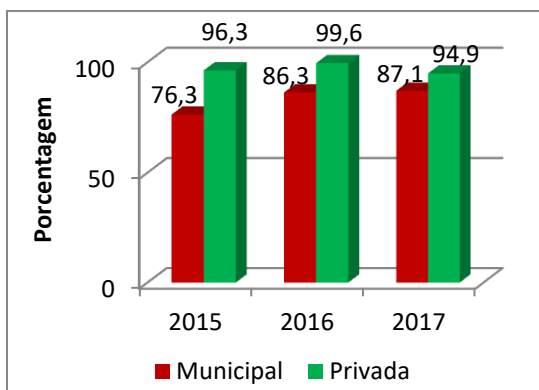


Gráfico 9 – Aprovação no EF – Al/Dep. Administrativa.  
FONTE: CODAE/2018.

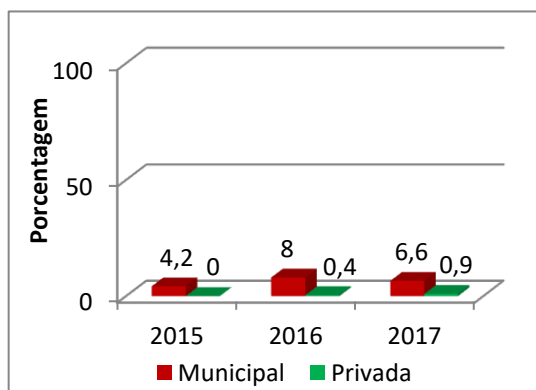


Gráfico 10 – Reprovação/EF – Al/Dep. Administrativa.  
FONTE: CODAE/2018.

O gráfico 10 apresenta a reprovação no triênio. Como ocorreu de 2011 a 2014, os percentuais da Rede Privada foram inferiores aos da Rede Pública. Além disto, na RM, a reprovação teve uma queda significativa em 2015, em comparação com os índices do quadriênio anterior, encerrando 2017 com 6,6%.

Os demais indicadores educacionais do EF1, podem ser visualizados nos Gráficos 11 a 14. Observa-se que a Rede Privada não registrou repetência<sup>4</sup>, abandono e evasão, ao longo de todo o período. Na Rede Municipal, a repetência, que havia diminuído no início do biênio, com relação a 2014, embora tenha aumentado em 2017, alcançou patamar 1.4 pp. inferior ao registrado em 2014.

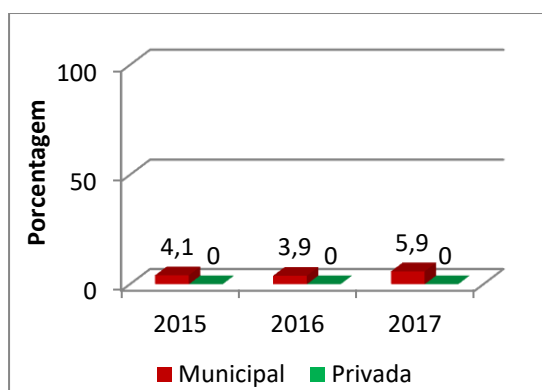


Gráfico 11 – Repetência no EF – Al/Dep. Administrativa.  
FONTE: CODAE/2018.

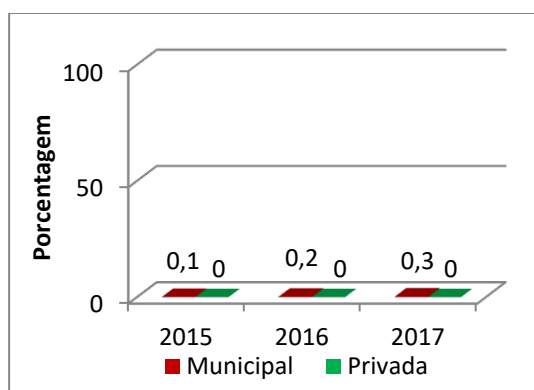
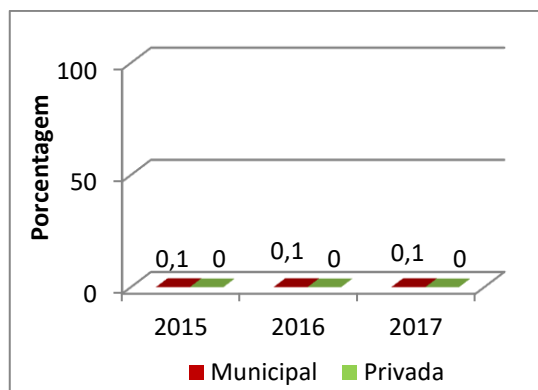


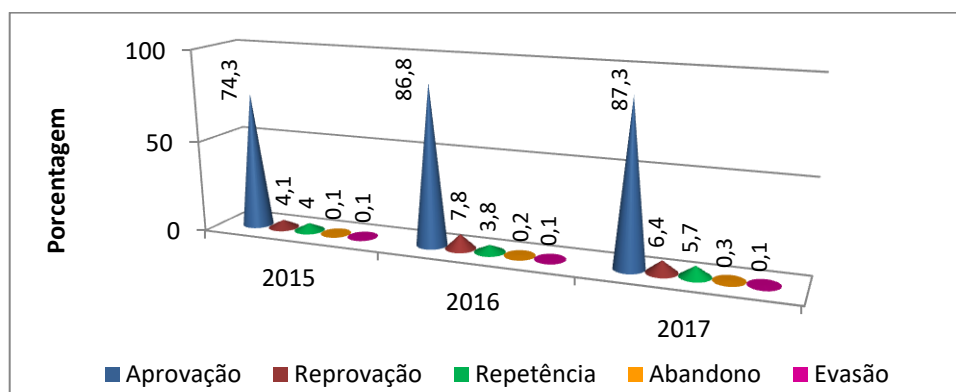
Gráfico 12 – Abandono/EF – Al/Dep. Administrativa.  
FONTE: CODAE/2018.

<sup>4</sup> A Taxa de Repetência registra os alunos que cursam o mesmo ano letivo do ano anterior.



**Gráfico 13 – Evasão /EF – Al/Dep. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2018.

Todos os indicadores educacionais do município estão contidos no gráfico a seguir.



**Gráfico 14 – Indicadores Educacionais/EF – Anos Iniciais do Município (2015-2017).**  
 FONTE: CODAE/2018.

Segundo o Gráfico 14, os índices de aprovação do município mantiveram-se acima de 85% nos dois últimos anos. Observa-se ainda que, em 2017, a reprovação e repetência atingiram 6,4% e 5,7%, respectivamente, e a evasão e o abandono mantiveram-se em baixíssimos níveis. Em comparação com o final do período anterior, a reprovação recuou 0,5 pp. e a repetência aumentou 1 pp.

Por fim, a distorção Idade-série, pode ser observada a seguir. O Gráfico 15 apresenta os dados da RM-EF1 de 2017. Fica evidente a maior porcentagem de alunos com idade acima da idade ideal no 3º e 4º ano. Comparação com os dados de 2014 revela que, nestas séries, ocorreu uma redução de 5pp do número de alunos com idade adequada à série cursada. Por sua vez, no 5º ano aumentou em 29.5% a porcentagem de alunos com idade adequada à série, quando comparados os dados dos dois anos.

Por sua vez, o Gráfico 16 apresenta a distorção idade-série registrada pela RP- EF1. A comparação das duas redes permite observar percentuais mais elevados na RP, no

que tange à adequação da idade dos alunos às séries cursadas. É importante enfatizar que a distorção idade-série é decorrente da reprovação. Assim, estes dados estão em consonância com os indicadores educacionais analisados anteriormente.

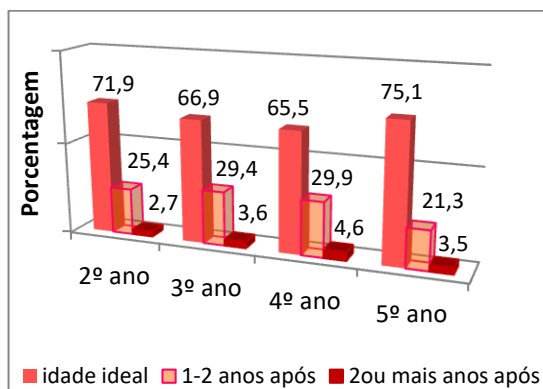


Gráfico 15 – RM-EF1 / Distorção idade-série 2017.  
FONTE: CODAE/2018.

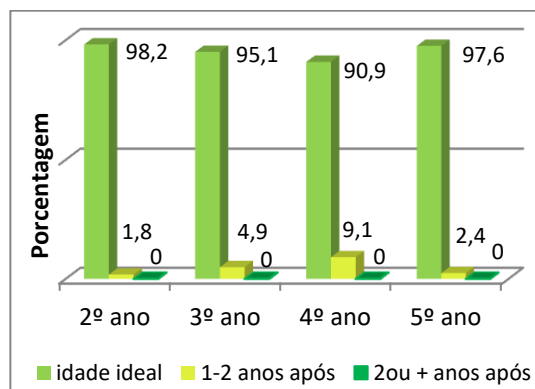


Gráfico 16 – RP-EF1 / Distorção idade-série 2017.  
FONTE: CODAE/2018.

A análise da cobertura educacional e dos indicadores educacionais, apresentada anteriormente, evidencia os reflexos dos investimentos na expansão e aprimoramento da rede pública, bem como na capacitação dos docentes e funcionários, conforme estabelecido respectivamente, no PNE e PME/2014-2024.

### 3.3 ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

Em 2017, o Ensino Fundamental – Anos Finais era ofertado por 12(doze) escolas estaduais e 02(duas) privadas. Muitas escolas ofertavam outros níveis de ensino, além do EF2, conforme registra a Tabela abaixo.

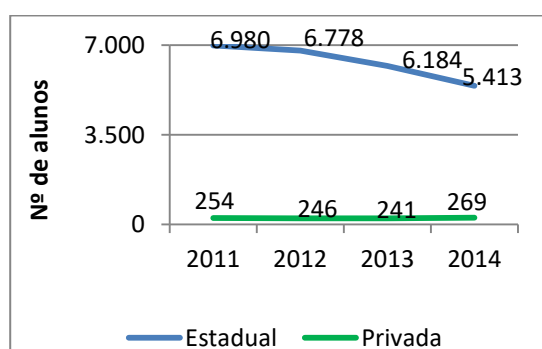
Tabela 4 - Nível de ensino ofertado pelas escolas que ofertavam o EF-AF/Dep. Administrativa.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	TOTAL	NÍVEL DE ENSINO
<b>ESTADUAL</b>	12	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 - EF2</li> <li>• 7 – EF2 + EM</li> <li>• 1 - EF2 + EM + EE</li> <li>• 1 – EF2 +EM + EJA</li> <li>• 1 - EF2 + EM + EPT</li> </ul>
<b>PRIVADA</b>	02	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 - EI + EF1 + EF2 + EM</li> <li>• 1 - EM</li> </ul>
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>14</b>

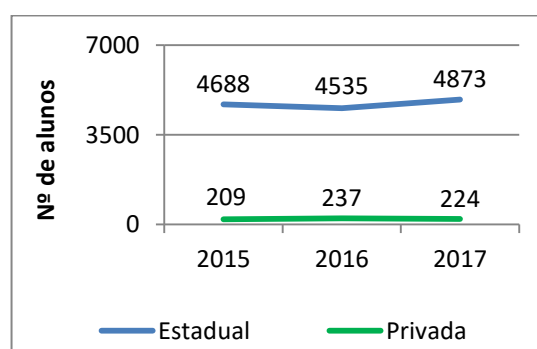
FONTE: CODAE/2018.

Mesmo não sendo responsabilidade do município a oferta deste nível de ensino, seu acompanhamento e monitoramento, assim como dos demais níveis, é competência da Secretaria Municipal de Educação - SEMED e do Conselho Municipal de Educação - CME. Desta forma, o presente tópico objetiva fornecer subsídios para que tais instâncias possam realizar estas ações. Os dados contidos neste tópico foram obtidos junto a todas as escolas estaduais e a uma escola privada que atua no segmento, conforme já mencionado.

As matrículas do EF2 e suas variações, no período de 2011 a 2017, podem ser observadas nos gráficos que seguem.



**Gráfico 17 – Matrícula Inicial EF – AF(2011/2014)**  
FONTE: CODAE/2015.

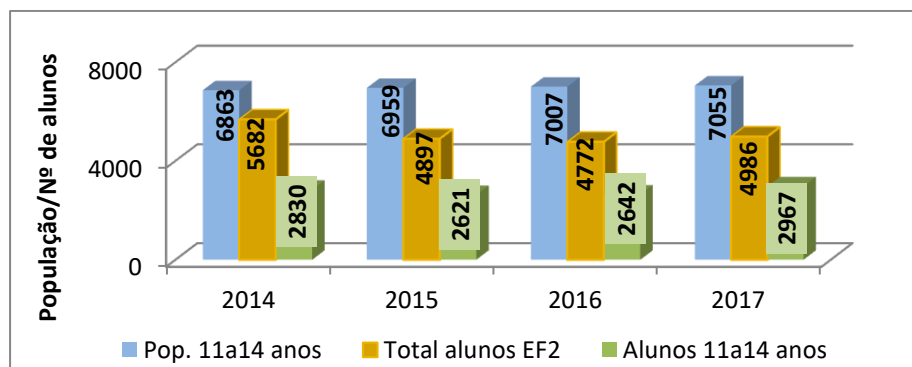


**Gráfico 18 – Matrícula inicial EF-AF(2015/2017)**  
FONTE: CODAE/2018.

Houve redução no número de matrículas da Rede Estadual, de 2012 até 2016. Em 2017 ocorreu um pequeno aumento nestas. Mesmo assim, comparando-se o total de matrículas de 2014 e 2017 verifica-se a diminuição de 10.8%. Observa-se também, que a redução impactou ambas as redes, atingindo aproximadamente 10% na Rede Estadual e 16% na Privada. Fica ainda evidente que, nos dois períodos a demanda da RP manteve-se em patamares inferiores aos da RE.

Na sequência, a Taxa de Escolarização consta no Gráfico 19. A primeira coluna refere-se ao total de jovens da faixa etária de 11-14 anos na população. Este dado foi extraído das estimativas do IBGE/2015, 2018 e IPARDES, 2017. Já, os números referentes aos alunos matriculados foram obtidos, junto às escolas, na CODAE/2018.

Importante enfatizar que, mesmo os dados permitindo uma leitura ‘aproximada’ da realidade, ele é relevante para a análise. Espera-se que a periodicidade de “realização dos censos” oficiais seja alinhada às das avaliações estabelecidas pelos diferentes âmbitos governamentais, permitindo a aferição mais fidedigna da realidade.



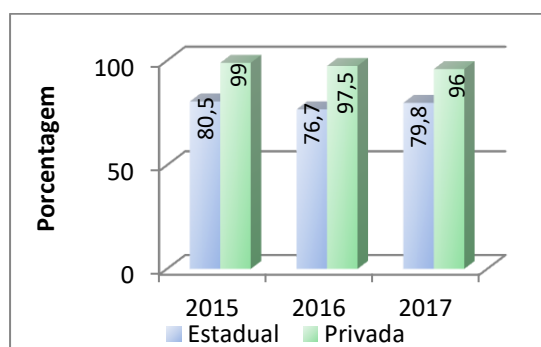
**Gráfico 19 – Taxa de Escolarização no EF - Anos Finais.**

FONTE: CODAE/2018.

No Gráfico 19, observa-se certa estabilidade dos dados de todos os anos. Comparando os mesmos, em 2014, 82,8% dos jovens estavam matriculados nos anos finais do EF, deles 49,8% tinham entre 11 e 14 anos. No final do período, estes percentuais se alteraram para 70,7% e 59,5%, respectivamente. Com base nestes dados, a alteração da Taxa Bruta<sup>5</sup> e da Taxa Líquida<sup>6</sup> de 2014 para 2017 foi, respectivamente, de 2,0 e 0,41 para 1,7 e 0,42.

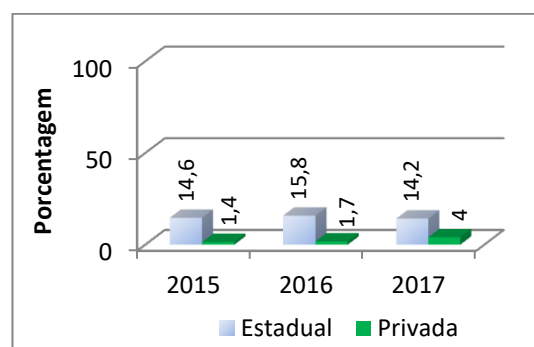
Embora os dados não correspondam à totalidade das escolas, as tendências apontadas por eles evidenciam a importância de realização de ações visando a conscientização de ‘todas’ as escolas sobre a importância de sua participação nas pesquisas realizadas no âmbito do município.

Dando continuidade, os demais indicadores educacionais do EF-AF podem ser visualizados nos Gráficos de 20 a 25.



**Gráfico 20 – Aprovação EF – AF/D. Administrativa.**

FONTE: CODAE/2018.



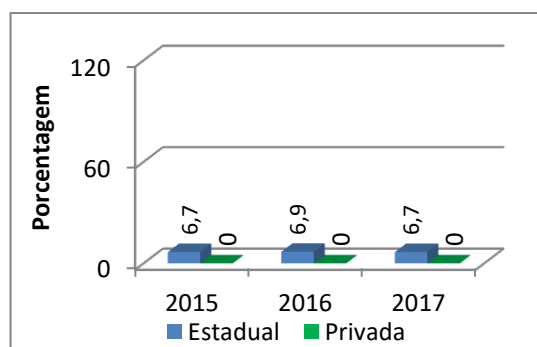
**Gráfico 21 – Reprovação EF–AF/D. Administrativa.**

FONTE: CODAE/2018.

<sup>5</sup> Taxa Bruta é a razão entre alunos matriculados / alunos da faixa etária adequada.

<sup>6</sup> Taxa Líquida é a razão entre alunos da faixa etária adequada / jovens da população da idade do EF2.

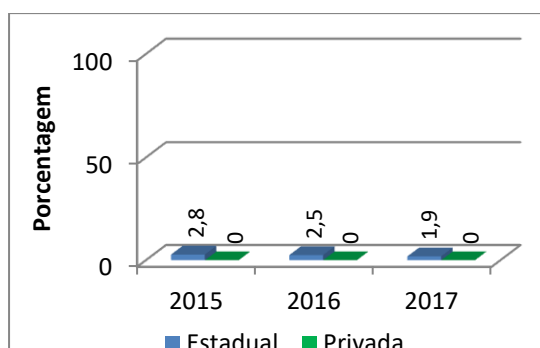
Como ocorreu no período anterior, a taxa de aprovação manteve-se 'estável' no triênio, nas duas redes de ensino. Entretanto, ambas registraram percentuais de aprovação um pouco mais elevados. Em contraposição, a reprovação registrou patamares mais baixos, também nas duas redes, registrando em 2017 uma diferença de 10pp entre ambas, o que significa a manutenção da distância registrada anteriormente.



**Gráfico 22 – Repetência EF - AF/D. Administrativa.**

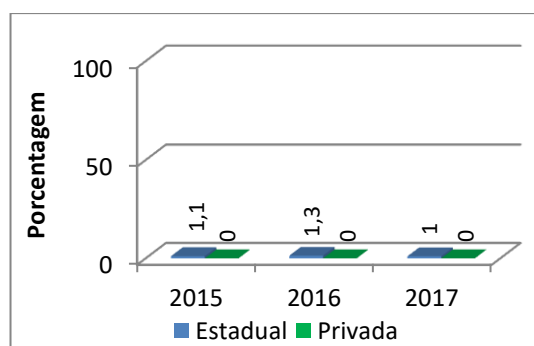
FONTA: CODAE/2018.

Com relação à Repetência, visualizada no Gráfico 22, a RP registrou percentuais relativamente constantes. Comparando-se com os períodos anteriores, observou-se que em 2011-2014 houve uma redução significativa dos índices, uma vez que em 2010 a repetência no 'município' atingiu o patamar médio de 13.7%, diminuindo em 2014 para 3.9% e para 3,3% em 2017. A manutenção da tendência à redução da repetência é favorável, no entanto, continua o alerta para que se observe se esta reflete, de fato, a melhoria da qualidade da educação e como impacta sobre a desistência e evasão do aluno da escola. A Rede Privada não registrou repetência no triênio avaliado.



**Gráfico 23 – Abandono EF – AF/D. Administrativa.**

FONTA: CODAE/2018.



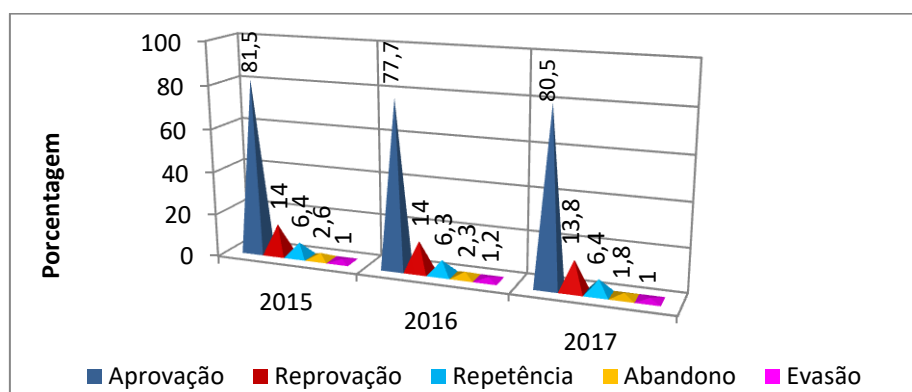
**Gráfico 24 – Evasão EF - AF/D. Administrativa.**

FONTA: CODAE/2018.

O abandono e a evasão foram registrados apenas na Rede Estadual. No entanto, ambos em patamares bem inferiores aos do período anterior. Em 2017 o abandono apresentou uma redução de aproximadamente 50% em relação a 2014 e a evasão reduziu quase 96% em relação àquele mesmo ano.

A redução da evasão de 23,6% em 2014 para 1% em 2017, juntamente com a redução do abandono, diminuição da reprovação e aumento da aprovação permite inferir acerca da melhoria do desempenho do sistema no âmbito deste nível e rede de ensino.

Na sequência, o Gráfico 25 traz os Indicadores Educacionais do município, ou seja, os que se referem ao desempenho global das redes que atuam no segmento. As curvas traçadas nos três anos sustentam o argumento da melhoria do funcionamento do sistema, com a ressalva de que ainda são necessários esforços para ampliar os índices de aprovação e reduzir a reprovação e repetência na RE.



**Gráfico 25 – Indicadores Educacionais do EF - Anos Finais.**

FONTES: CODAE/2018.

Finalizando a análise do EF2, segue a distorção idade-série do segmento. Tomando como parâmetro de análise os dados de 2014 observou-se, naquele ano, que a porcentagem de alunos que se encontrava na idade adequada à série cursada foi aproximadamente 53% no 6º ano, 61% no 7º, 64% no 8º e 68% no 9º. Em todas as séries, variava de 25- 37% a porcentagem dos alunos com 1 a 2 anos de defasagem em relação à turma, e de 6%-10% a dos alunos com maior defasagem.

De acordo com o Gráfico 26, na RE a porcentagem de alunos com idade ideal à série diminuiu. A análise anterior não incluiu a RP, dada a não obtenção destes dados naquela ocasião. No entanto, os dados da rede, referentes ao ano de 2017, permitem observar

elevados percentuais de adequação idade-série, nesta rede. Além disto, observa-se nas duas redes um equilíbrio nos dados das séries, conforme os Gráficos 26 e 27.

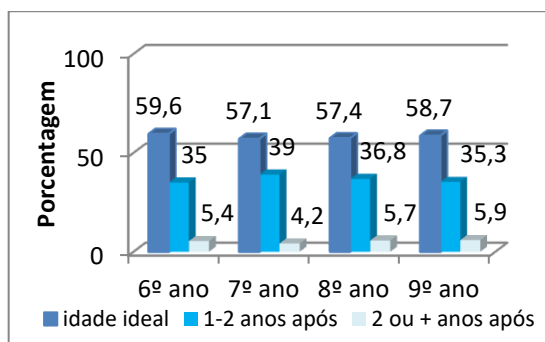


Gráfico 26 – RE EF2 / Distorção idade-série 2017.  
FONTE: CODAE/2018.

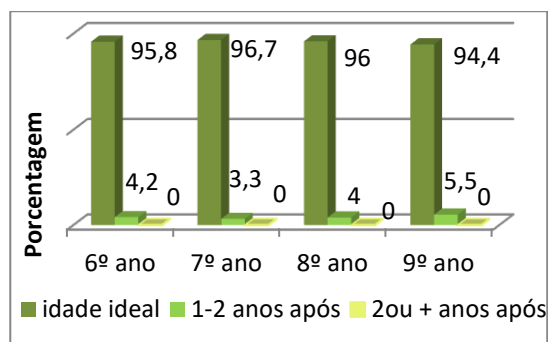


Gráfico 27 – RP-EF2 / Distorção idade-série.  
FONTE: CODAE/2018.

### 3.4 ENSINO MÉDIO

Conforme dispõe a CF/88 e a Lei 9394/96 a oferta do Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, é responsabilidade dos estados da federação. Sendo assim, a exemplo do que ocorre com o EF – AF cabe aos municípios, por meio dos seus órgãos e instâncias competentes, monitorar e zelar para que a demanda seja atendida com a qualidade social desejada. No intuito de contribuir para tais objetivos, segue a apresentação dos dados referentes ao EM. A Tabela abaixo apresenta as instituições de EM no triênio avaliado. Conforme a mesma, apenas uma escola privada atuava exclusivamente neste nível de ensino.

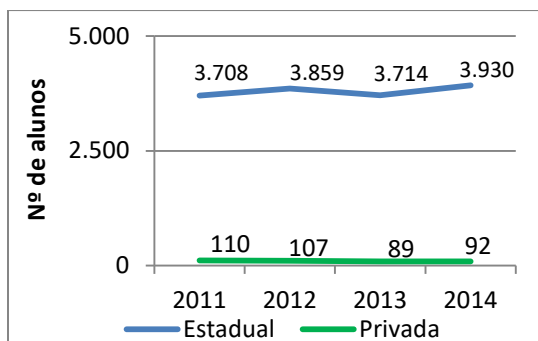
Tabela 5 - Nível de ensino ofertado em 2017, pelas escolas de EM / Dependência Administrativa.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	TOTAL	NÍVEL DE ENSINO
ESTADUAL	7	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 5 – EF2 + EM</li> <li>• 1 - EF2 + EM + EE</li> <li>• 1 - EF2 + EM + EPT</li> </ul>
PRIVADA	2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 - EI + EF1 + EF2 + EM</li> <li>• 1 - EM</li> </ul>
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>9</b>

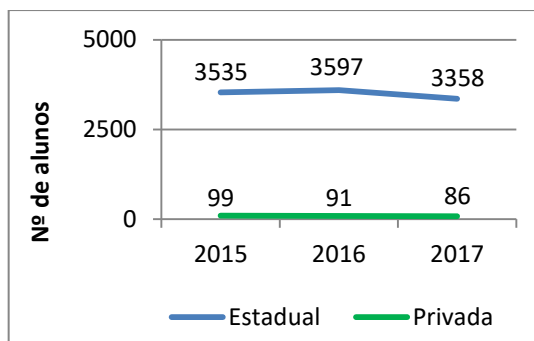
FONTE: CODAE/2018.

Das 9(nove) escolas atendiam ao EM no município, em 2017, uma privada não enviou as informações solicitadas. Assim, os dados referem-se a ‘quase totalidade’ do universo analisado. Naquele ano, foram atendidas 89(oitenta e nove) turmas em 117(cento e dezessete) salas de aula.

Segundo o Gráfico 28, em 2014 a RE respondia por 97,7% das matrículas no EM, passando este índice para 97,5% em 2017, de acordo com o Gráfico 29.



**Gráfico 28 – Matrícula Inicial no Ensino Médio.**  
FONTE: CODAE/2015.

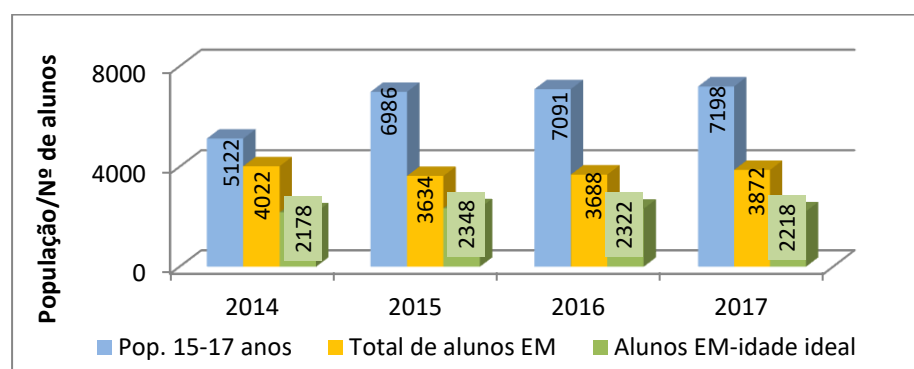


**Gráfico 29 – Matrícula Inicial no Ensino Médio.**  
FONTE: CODAE/2018.

Os gráficos permitem também observar a diminuição do número de alunos do EM de 2015 a 2017 em relação ao período anterior.

No que concerne à taxa de escolarização, registrada no Gráfico 30, cabe destacar que um número significativo de jovens frequenta o EM em escolas de Londrina. No mesmo gráfico pode ser observada certa estabilidade do número de matrículas no período considerado. Por outro lado, a comparação entre 2014 e 2017 evidenciou o aumento do número de alunos na idade ideal, que passou de 54,1% para 57,3% em 2017, corroborando a diminuição da distorção idade-série.

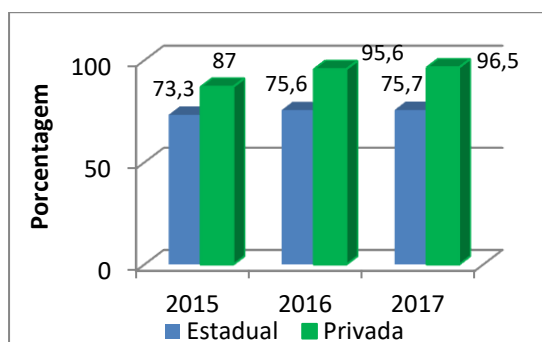
Complementando estes dados, em 2014 a Taxa Bruta e a Taxa Líquida<sup>7</sup> foram, respectivamente, 1,8 e 0,4 em contraposição a 1,7 e 0,3, respectivamente, em 2017.



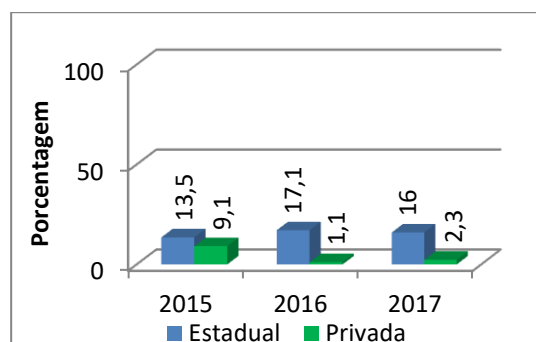
**Gráfico 30 – Taxa de Escolarização no Ensino Médio.**  
FONTE: CODAE/2018; Estimativa IBGE/2018 e IPARDES/2017.

<sup>7</sup> Conforme já mencionado, a Taxa Bruta consiste no número de alunos matriculados/alunos de 15 a 17 anos e, a Taxa Líquida no número de alunos de 15 a 17/jovens da população, da mesma faixa etária.

Na sequência, os Gráficos 31 a 33 apresentam os demais indicadores educacionais do segmento.



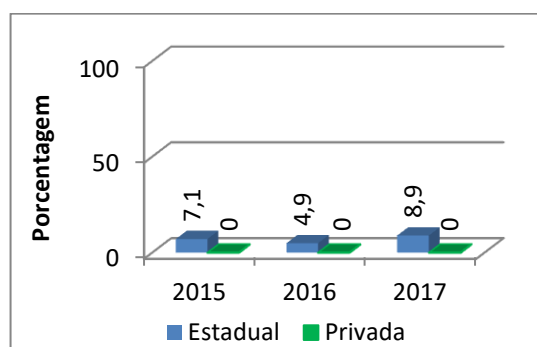
**Gráfico 31– Aprovação EM/Dep. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2018.



**Gráfico 32– Reprovação EM/Dep. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2018.

Comparando dos dados apresentados no Gráfico 31 com os do período anterior (CODAE/2015), fica evidente uma pequena elevação nos percentuais de aprovação nas duas redes de ensino. Tal elevação atingiu 6.3pp. na RE e 3.3pp. na RP na comparação entre 2014 a 2017.

Por sua vez, na RE, a reprovação teve uma redução em 2015 e, nos dois anos seguintes alcançou patamares semelhantes aos do período anterior, de acordo com o Gráfico 32. De maneira diversa, na Rede Privada, a reprovação apresentou um aumento de 5.8pp. em 2015, caindo para patamares abaixo dos anteriores em 2017.

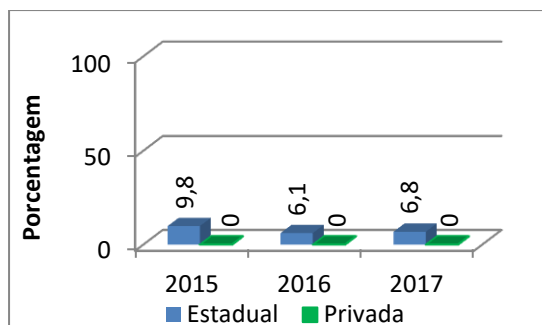


**Gráfico 33 – Repetência EM/Dep. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2018.

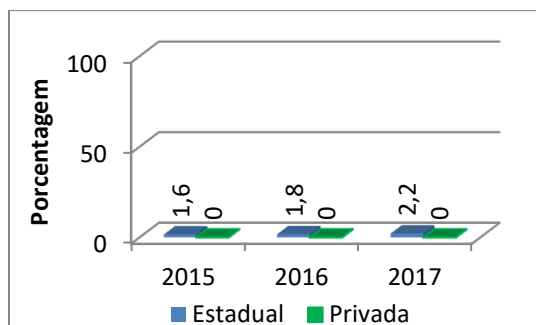
No que tange à repetência, segundo o Gráfico 33, não houve registros desta na RP. Já, a RE registrou o menor índice desta em 2016 com aumento de 4pp. em 2017.

Os Gráficos 34 e 35 permitem observar que também não houve registro de abandono e evasão na RP, o que já ocorreu no período anterior. Por sua vez, na RE

houve uma redução significativa nestes percentuais. A investigação dos fatores que contribuíram para este fato é importante para a melhoria da qualidade da educação.

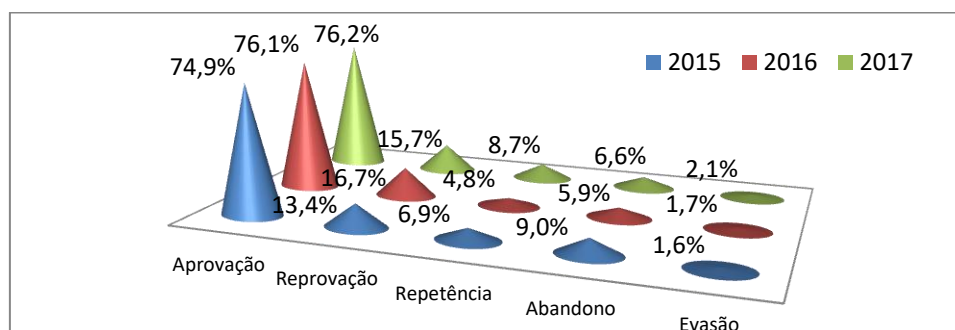


**Gráfico 34 – Abandono EM/Dep. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2018.



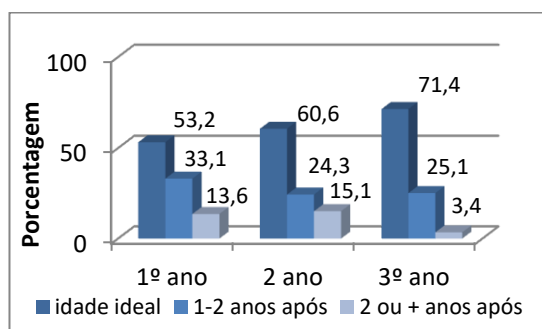
**Gráfico 35 – Evasão EM/Dep. Administrativa.**  
 FONTE: CODAE/2018.

Complementando, o Gráfico 36, permite confirmar que, como ocorreu no EF2, também no EM ocorreu uma redução significativa no percentual de abandono e evasão. Este fato, juntamente com a discreta elevação dos percentuais de aprovação e repetência, permite inferir a melhoria de desempenho do sistema educacional neste nível de ensino.

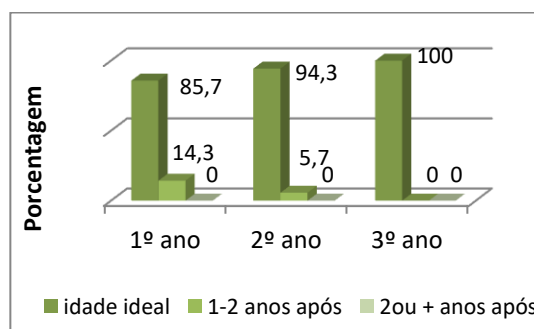


**Gráfico 36 – Indicadores Educacionais do Ensino Médio no Município.**  
 FONTE: CODAE/2018.

Finalizando a análise do EM, segue a distorção idade-série, no ano de 2017.



**Gráfico 37 – RE EM / Distorção idade-série 2017.**  
 FONTE: CODAE/2018.



**Gráfico 38 – RP EM / Distorção idade-série 2017.**  
 FONTE: CODAE/2018.

Comparação dos dados da RE, apresentados no Gráfico 37, com os de 2014 torna evidente que nas duas primeiras séries ocorreu diminuição do número de alunos com idade adequada à série cursada, enquanto na terceira, este número se manteve. Com relação ao número de alunos com maior defasagem idade-série, ocorreu um aumento no 1º e 2º ano e uma redução no 3º, significando o crescimento da faixa intermediária.

Na RP, segundo o Gráfico 38, a defasagem é observada nas duas primeiras categorias, com aproximadamente 14% e 5,7%, respectivamente. No terceiro ano, todos os alunos encontravam-se na idade adequada à série.

### 3.5 ENSINO SUPERIOR

A exemplo do EF2 e EM, também no ES, é atribuição da SEMED e do CME, monitorar e avaliar o trabalho desenvolvido, zelando pela qualidade do atendimento. Cabe lembrar que a localização geográfica do município favorece, aos jovens, a frequência a IES da região, especialmente em Londrina.

A comparação entre 2014 e 2017, permite observar um crescimento de 100% no número de IES no município: naquele ano havia 1(uma) de ensino presencial e 1(uma) de Educação à Distância. Em 2017 eram quatro: (1)uma de ensino presencial e (3)três polos de apoio de EaD.

Destas, apenas a de Ensino Presencial informou os dados solicitados, o que corresponde a 100% da modalidade presencial e 25% do conjunto total. Além disto, esta IES participou das edições anteriores da CODAE, sendo, portanto, um parâmetro contínuo para análise do segmento.

A IES possui 24(vinte e quatro) salas de aulas: 21(vinte e uma) para a graduação e 3(três) para a pós-graduação. No período de 2011-2014 eram ofertados 03(três) cursos de graduação e 11(onze) de pós-graduação *lato-sensu*. Estes números se alteraram, em 2017, conforme registra a Tabela 6.

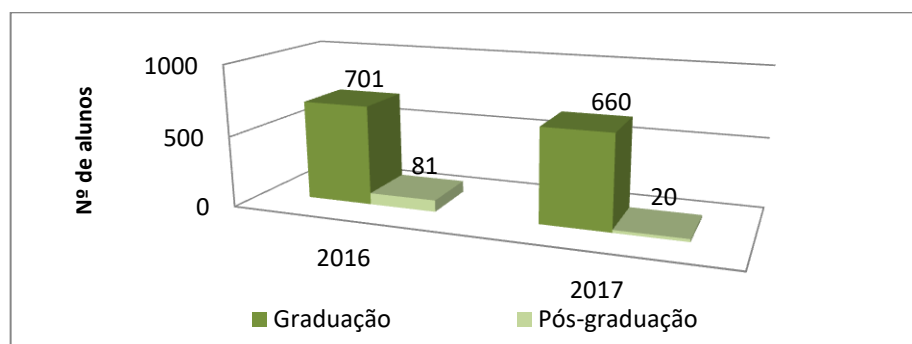
**TABELA 6 - Cursos ofertados pelo Instituto Catuaí de Ensino Superior – ICES em 2017.**

ÁREA	CURSOS DE GRADUAÇÃO	CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
<b>CIÊNCIAS HUMANAS</b>	Pedagogia	Psicopedagogia Institucional e Clínica em foco Escolar Educação Especial e Inclusão Gestão Escolar com Habilitação em Administração Supervisão e Orientação Educacional
<b>CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	Administração Direito Tecnologia em Gestão Comercial Tecnologia em Gestão Recursos Humanos	MBA em Gestão de Produção e Logística MBA em Gestão de Pessoas e Competência
<b>TOTAL</b>	<b>03</b>	<b>06</b>

FONTE: CODAE/2018.

Obs: Os dois últimos cursos de graduação iniciaram em 2017.

Subsidiado no número de matrículas iniciais o Gráfico 39, apresenta o número de alunos atendidos pela IES em 2016 e 2017:

**Gráfico 39 – Matrícula Inicial no Ensino Superior e na Pós-Graduação.**

FONTE: CODAE/2018.

Efetuuou-se apenas a comparação entre os dois últimos anos do triênio, por não terem sido informados os dados da graduação referentes a 2015. Quanto à pós-graduação, neste ano a instituição registrou 191 alunos matriculados, 16 dos quais ou 8,4%, desistiram de frequentar os cursos no decorrer do ano letivo.

Observou-se que houve redução do número de alunos da instituição, com relação ao período anterior (2010-2014). É provável que isto se deva ao aumento do número de IES no município.

A IES informou o atendimento de alunos com NEE, a saber: 2(dois) alunos em 2015 e 2016 e 3(três) em 2017. Os alunos tinham, respectivamente: Deficiência visual/cegueira e Deficiência Física.

Solicitada a avaliar as condições existentes para a realização da educação inclusiva, a instituição considera 'muito boas' suas condições de acessibilidade, os recursos materiais e humanos de que dispõe para o atendimento especializado e a assessoria e

apoio para o mesmo. Destacou, ainda, que sua biblioteca ‘proporciona o formato Daisy digital [...], permitindo à pessoa com deficiência visual o acesso e a navegação dentro do conteúdo de forma dinâmica [...] e uma plataforma disponível gratuitamente no site da Fundação Dorina Nowill para Cegos [...]. A biblioteca possui livros em braile...’. Em decorrência, os resultados obtidos foram também avaliados como ‘muito bons’.

Na sequência, os Gráficos 40 e 41, apresentam os indicadores educacionais da graduação e da pós-graduação no período considerado.

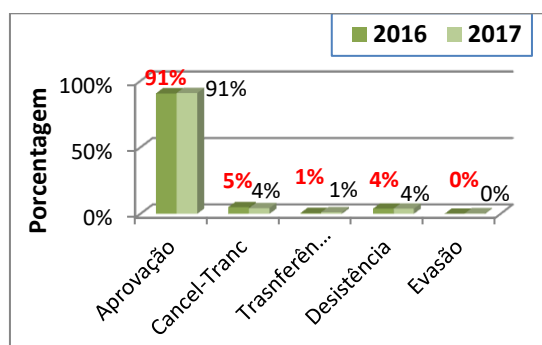


Gráfico 40- Indicadores Educacionais Graduação.  
FONTE: CODAE/2018.

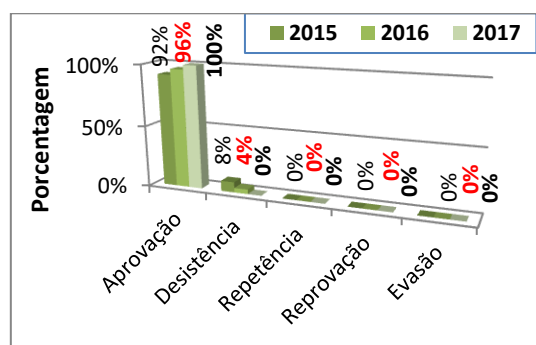


Gráfico 41 - Indicadores Educacionais Pós-Graduação.  
FONTE: CODAE/2018.

Os dados obtidos apontam a elevação dos índices de aprovação e redução nos demais, quando comparados aos de 2011 a 2014. Nos gráficos, observa-se que, nos cursos de graduação, a soma dos cancelamentos/trancamentos e desistências manteve-se entre 7% e 8% nos dois anos, enquanto na pós-graduação foram registrados percentuais decrescentes de desistência, de forma que esta não ocorreu em 2017.

### 3.6 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Cabe lembrar que, conforme destacado no PME que a EJA – Ensino Fundamental – Fase I, foi ofertada, no triênio avaliado, no período noturno e em regime de etapas compostas pela áreas de conhecimento da Base Nacional Comum, em 4 (quatro) escolas municipais. Já a EJA – Fase II, de responsabilidade da rede estadual e organizada em blocos por disciplina, foi ofertada em 1 (uma) escola estadual e no CEEBEJA.

A Tabela 7 apresenta as salas, turmas e modalidade da EJA ofertada.

**Tabela 7 - Salas, Turmas e Modalidades ofertadas em 2017.**

Dependência Administrativa / Local de atendimento	Nº de salas (espaço físico)	Nº de turmas	Modalidade	
			Presencial	Semipresencial
REDE MUNICIPAL – EJA Fase I	09	09	X	
REDE ESTADUAL - EJA - Fase II	06	27	X	
- CEEBEJA	08	20		
TOTAL	23	56	05	

Fica evidente que toda EJA é ofertada na modalidade presencial. As matrículas de 2011 a 2017 constam nos gráficos abaixo. De 2015 a 2017 o município não contou com programas, como o Paraná Alfabetizado desenvolvido no quadriênio anterior. Comparação entre 2014 e 2017 revela a ampliação de 79,1% das matrículas no segmento. Pode-se também observar no Gráfico 43, que em 2017 o CEEBEJA respondeu por 80% das matrículas da EJA. Por sua vez, a RE, mediante o CEEBEJA e duas escolas estaduais, responderam por 95% do total de matrículas: 45.3% na EJA-Fundamental e 54.7% na EJA-Ensino Médio.

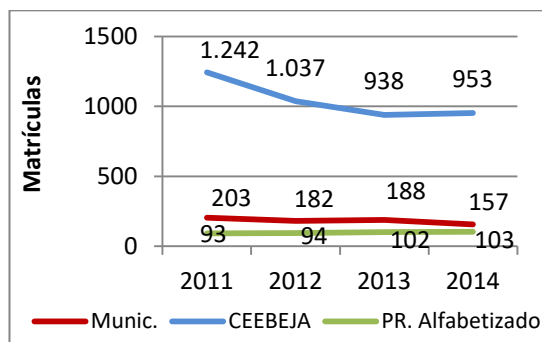


Gráfico 42 - Matrículas da EJA / 2011-2014.  
FONTE: CODAE/2018.

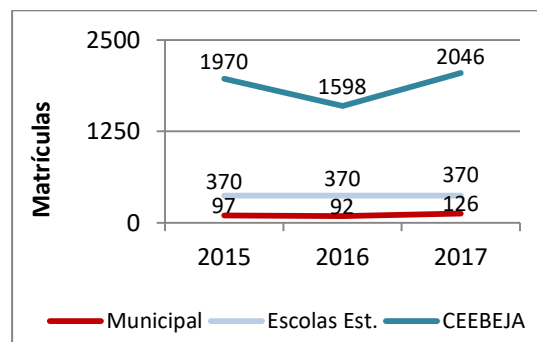


Gráfico 43 - Matrículas da EJA / 2015 - 2017.  
FONTE: CODAE/2018.

O gráfico abaixo apresenta a faixa etária dos alunos da EJA em 2017.

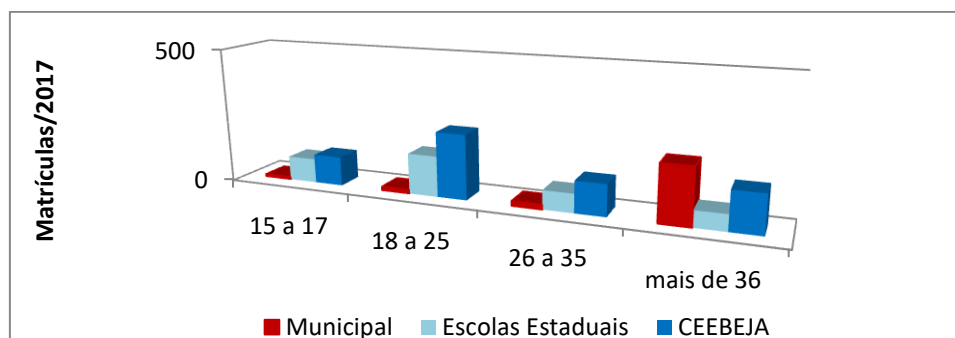
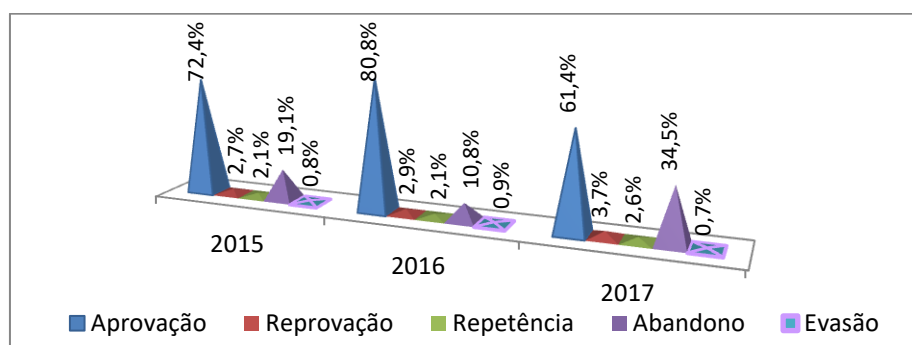


Gráfico 44 - Alunos da EJA por faixa etária e Dependência Administrativa.  
FONTE: CODAE/2018.

Observa-se no Gráfico 44, que a EJA ofertada pela RM foi mais procurada pelas pessoas com mais de 36 anos, a ofertada nas escolas da RE foi procurada por alunos de todas as faixas etárias, com destaque para a população de 18 a 25 anos, e, por fim, a do CEEBEJA, que oferece EJA-EF e EM, teve maior procura da população de 18 a 25 anos, seguida da com 36 anos.

No que se refere às razões para cursar a EJA, alunos de ambas as redes destacaram a exigência do trabalho e a vontade de concluir os estudos. Também foram alegados como motivos pelo CEEBEJA: os encaminhamentos, a falta de interesse dos alunos nos estudos e o fato de os alunos estarem fora da idade-série adequada. Já, nas escolas municipais, foram mencionadas razões como: a falta de oportunidade quando criança, o desejo de retomar e concluir os estudos, melhorar a autoestima, tirar ou renovar a CNH, ler correspondências, ler a Bíblia, preencher formulários, procurar emprego, ajudar os filhos nas tarefas e integrar-se à sociedade.

Os indicadores educacionais da EJA podem ser observados no Gráfico 45, a seguir:



**Gráfico 45 – EJA: Indicadores Educacionais no Município.**

FONTE: CODAE/2015.

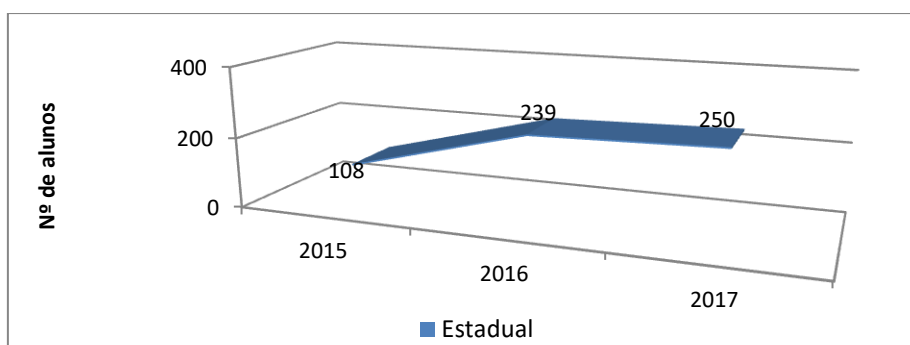
Na avaliação anterior, a EJA registrou baixos percentuais de aprovação, com variação de 12,6% a 16% no período. Em contraposição, os percentuais de abandono variaram entre 54% a 35%. Segundo o gráfico, no presente triênio ocorreu um aumento significativo nos índices de aprovação, no entanto, o abandono, que havia apresentado uma redução nos dois primeiros anos, retornou aos patamares anteriores, em 2017.

É importante destacar que, na presente avaliação optou-se por considerar os indicadores da EJA no âmbito do município, tendo em vista que é esta a perspectiva adotada para a avaliação da meta do PME. Entretanto, cabe destacar que quando

consideramos o desempenho de cada uma das redes, ocorrem variações nos percentuais alcançados. Exemplificando, no ano de 2017 a aprovação foi, respectivamente, 42%, 82% e 58% na RM, nas Escolas Estaduais e no CEEBEJA. Por sua vez, o abandono atingiu 46%, 13% e 42%, respectivamente, nas três instâncias mencionadas.

### 3.7 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica – EPT é ofertada por 1(uma) escola estadual, que também oferece o EF2 e o EM. A escola dispõe de 8(oito) salas para acomodar 8(oito) turmas da modalidade. Após registrar um crescimento significativo de 2011 a 2014, atingindo 323 matrículas no final daquele período, registrou uma queda de 66% em 2015 e, posteriormente, um crescimento de 121.3% em 2016 e mais 4.6% em 2017. A curva das matrículas do período pode ser observada no Gráfico 46 que segue.



**Gráfico 46 - EPT: matrícula inicial / 2015-2017.**

FONTE: CODAE/2018.

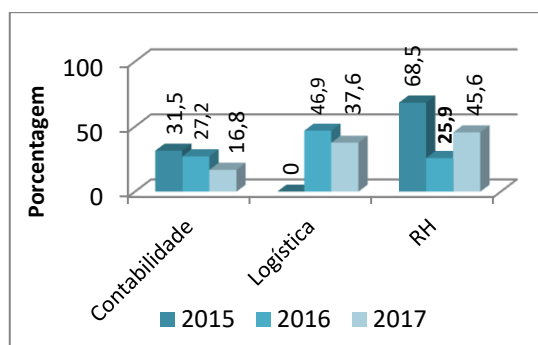
Visando aprofundar a análise da EPT, ampliou-se o instrumento de coleta de dados em 2018, no que tange à especificação dos cursos ofertados, respectivas modalidades, matrículas, perfil dos alunos e indicadores educacionais. Na sequência, tais dados podem ser visualizados.

**Tabela 8 - Cursos de EPT / modalidade de ensino ofertadas em 2017.**

CURSOS OFERTADOS	MODALIDADE DE ENSINO / TURMAS OFERTADAS	
	INTEGRADA	SUBSEQUENTE
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	---	01
TÉCNICO EM LOGÍSTICA	---	04
TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS	---	03
<b>TOTAL</b>	<b>00</b>	<b>08</b>

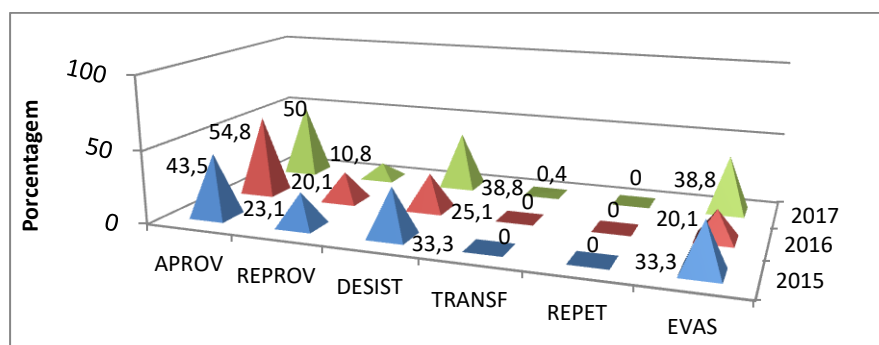
FONTE: CODAE/2018.

Observa-se que todos os cursos eram ofertados na modalidade subsequente. O curso Técnico em Logística, que iniciou em 2016, e o curso Técnico em RH atenderam o maior número de alunos do período, como ilustra o Gráfico 47, que segue.



**Gráfico 47 – EPT: matrícula inicial por curso.**  
 FONTE: CODAE/2018.

Os cursos desta modalidade são frequentados por jovens e adultos com 18 anos ou mais. Os alunos de todos os cursos e faixas etárias alegaram ‘a busca de capacitação’ como a principal razão de cursarem a EPT. Na sequência podem ser visualizados os indicadores educacionais da EPT. Segundo o Gráfico 48, a aprovação manteve-se, em aproximadamente 50%, todo o período.



**Gráfico 48 – EPT: Indicadores Educacionais 2015 - 2017.**  
 FONTE: CODAE/2018.

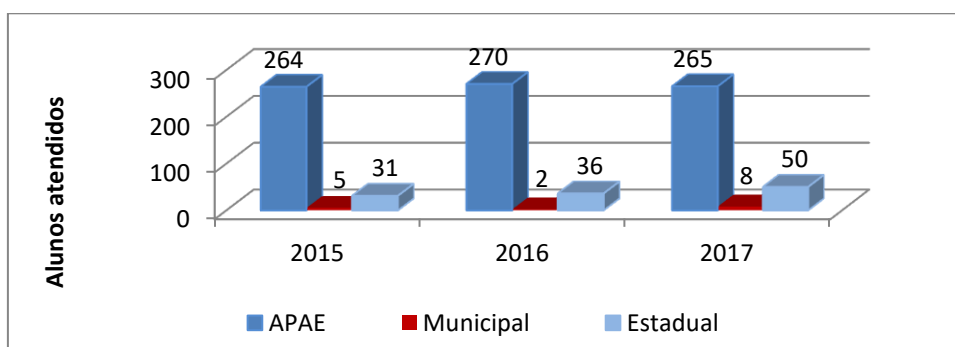
Cabe enfatizar que a EPT havia encerrado 2014 com índice de aprovação de aproximadamente 71%, reprovação e abandono com 13% cada e repetência em torno de 4,6%. Assim sendo, a análise destes dados, à luz do Gráfico 48, permite observar que houve diminuição do percentual de aprovação, bem como o aumento dos índices de reprovação e desistência. Também ficou evidente que o número de alunos permaneceu inferior ao do período anterior.

A similaridade do percentual de desistência e evasão deve-se a que os alunos que abandonaram o curso no decorrer do ano letivo, na sua grande maioria não retornaram à escola no ano seguinte.

### 3.8 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial – EE no período de 2015 a 2017 foi desenvolvida, a exemplo do que vinha ocorrendo anteriormente, pela Rede Municipal e Estadual. Considerou-se, para elaboração do presente tópico, o atendimento realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais e na Escola Estadual Oswaldo de Jesus (vinculada à APAE).

Na RM o atendimento foi realizado em 2(duas) escolas. Apenas uma forneceu as informações solicitadas. Esta dispunha de 1(uma) sala para atender a 1(uma) turma. Na RE o atendimento era realizado em 2(duas) escolas que dispunham de 1(uma) sala cada, para atender a 2(duas) turmas, totalizando 4(quatro) turmas atendidas. Os dados que seguem, registram a matrícula inicial do período de 2015 a 2017. Importante destacar que houve um aumento de 12,15% nas matrículas em 2017 com relação a 2014.



**Gráfico 49 - EE: Matrícula Inicial/Dependência Administrativa.**

FORNTE: CODAE/2018.

Para facilitar a visualização, optou-se por registrar os dados da RE em duas colunas. A primeira contém as matrículas da APAE, que atendeu a 82% da demanda e, a terceira as das Salas de Recursos das escolas estaduais, que responderam por 15.5% da mesma. No âmbito do município, os alunos atendidos nas SRs correspondiam a 2.5% do segmento.

Acerca da faixa etária dos alunos da EE das escolas municipais, aproximadamente 58% tinham 6 a 10 anos, 33% de 11 a 14 e 8% acima de 15 anos. Todos foram encaminhados pelo Setor de Educação Inclusiva da SEMED.

Dos alunos da escola estadual, 15.4% tinham de 11 a 14 anos e 84.6% acima de 15 anos. A escola não especificou os responsáveis pelos encaminhamentos às SRs.

Sobre o tipo de NEE atendida, as informações obtidas constam na Tabela 9.

**Tabela 9 - NEE atendidas nas Salas de Recursos / Dependência Administrativa.**

NEE ATENDIDA	ESTADUAL			MUNICIPAL		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
<b>1. Deficiência Intelectual</b>	8 (20%)*	7 (16.6%)	8(14.8%)	9(100%)	2(100%)	12(92.3%)
<b>2. Distúrbio de Aprendizagem</b>	20 (50%)	22(52.4%)	29(53.7%)	-	-	-
<b>3. Deficiência Auditiva</b>	1 (2.5%)	2 (4.8%)	1(1.8%)	-	-	-
<b>4. TDAH</b>	7(17.5%)	9(21.4%)	12(22.2%)	0	0	1(7.7%)
<b>5. Baixa Visão</b>	2 (5%)	2 (4.8%)	-	-	-	-
<b>6. Deficiência Múltipla</b>	1 (2.5%)	-	1(1.8%)	-	-	-
<b>7. Transtorno Mental e de Comportamento</b>	1 (2.5%)	-	2(3.7%)	-	-	-
<b>8. Deficiência Física</b>	-	-	1(1.8%)	-	-	-
<b>9. Síndrome de Asperger</b>	-	-	1(1.8%)	-	-	-

(\*) Porcentagem das NEE em relação ao total atendido em cada ano.

FONTE: CODAE/2018

Observa-se que as deficiências com maior incidência na RE foram: Distúrbio de Aprendizagem, TDAH e Deficiência Intelectual, enquanto na RM destacou-se a Deficiência Intelectual.

Para avaliação do trabalho nas SRs foram consideradas: as condições de acessibilidade, os recursos materiais, os recursos humanos, a assessoria e apoio recebidos e os resultados obtidos. Também foi permitido o acréscimo de outros aspectos pela escola. Os dados obtidos seguem na tabela abaixo.

**Tabela 10 - Avaliação das condições de realização da Educação Inclusiva na instituição.**

ASPECTOS AVALIADOS	ESCALA DE AVALIAÇÃO			
	INSUFICIENTE/S	SATISFATÓRIOS/AS	BONS/AS	MUITO BONS/AS
<b>1. Condições de acessibilidade</b>	E 1	M		E 2
<b>2. Recursos Materiais</b>		M	E 2	
		E 1		
<b>3. Recursos Humanos</b>	E 1	M	E 2	
<b>4. Assessoria e apoio recebido</b>	E 1	M	E 2	
<b>5. Resultados obtidos</b>	E 1	M		E 2
<b>6. Formação Continuada</b>	M			

FONTE: CODAE/2018.

Observou-se a existência de condições distintas nas escolas estaduais. Uma delas, identificada na tabela como E1, considerou insuficientes todos os aspectos, com exceção dos Recursos Materiais. Em decorrência, considerou também insuficientes os resultados obtidos. A outra, afirmou ter condições boas e muito boas de trabalho e

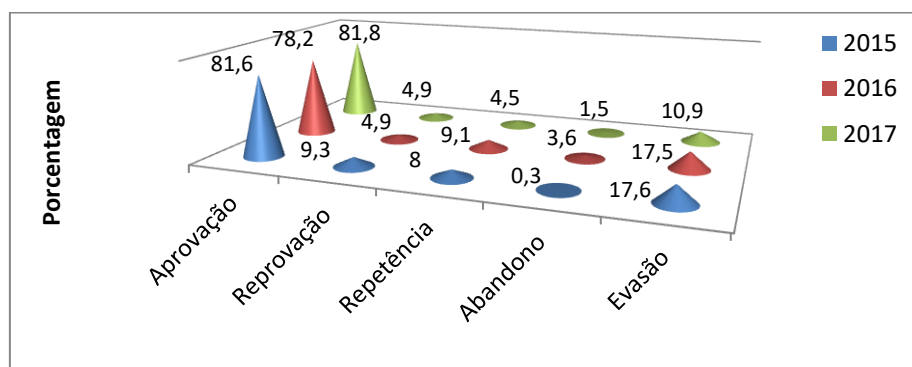
considerou muito bons os resultados obtidos. Por sua vez, a escola municipal avaliou todos os aspectos, bem como os resultados obtidos como satisfatórios. A escola acrescentou a necessidade de mais formação continuada para o trabalho.

No que tange às dificuldades enfrentadas, as escolas estaduais e municipais possuem características distintas. Entretanto, todas apontaram a falta de reconhecimento e apoio da família como uma dificuldade enfrentada. Neste sentido, enfatizam a necessidade do comprometimento em levar o aluno aos atendimentos complementares e da conscientização da mesma sobre a importância de sua participação no processo.

No mais, as escolas estaduais enfatizaram como outras dificuldades enfrentadas: a falta de professor de apoio e a formação/capacitação docente adequada e a adaptação/flexibilização das atividades pelos docentes. Por sua vez, a escola municipal apontou a falta de materiais específicos para necessidades específicas e a falta de atendimento complementar para os alunos mais carentes, além de atendimento clínico na escola.

Como solução para as dificuldades as escolas estaduais propuseram que os docentes tenham a graduação adequada, que o processo de contratação seja mais ágil e as atividades de sala sejam diferenciadas e voltadas às dificuldades dos alunos. A este respeito, a escola municipal destacou a necessidade de acesso à tecnologia para atividades (p.ex., tablet), que o atendimento complementar seja obrigatório ao aluno e, que sejam realizados convênios para garantir transporte para que os alunos o frequentem.

O Gráfico 50 contém os indicadores educacionais registrados na EE de 2015 a 2017.



**Gráfico 50 – EE: Indicadores Educacionais do Município.**

FONTE: CODAE/2018.

Comparando os dados acima com os do período anterior, observou-se o aumento dos percentuais de aprovação e a diminuição da reprovação e repetência na EE. A evasão alcançou 10,9% em 2017, o que significa o menor índice no triênio.

### 3.9. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Visando aprofundar o conhecimento acerca do processo de inclusão dos alunos com NEE nas escolas regulares, foram solicitadas na CODAE/2018, especificamente às escolas que atendem tais alunos, informações relacionadas ao número de alunos de inclusão atendidos, aos tipos de NEE dos alunos, à avaliação das condições de realização da Educação Inclusiva, às três maiores dificuldades da escola para a realização da Educação Inclusiva e às necessidades/soluções possíveis para cada dificuldade apontada. Na sequência, seguem estas informações.

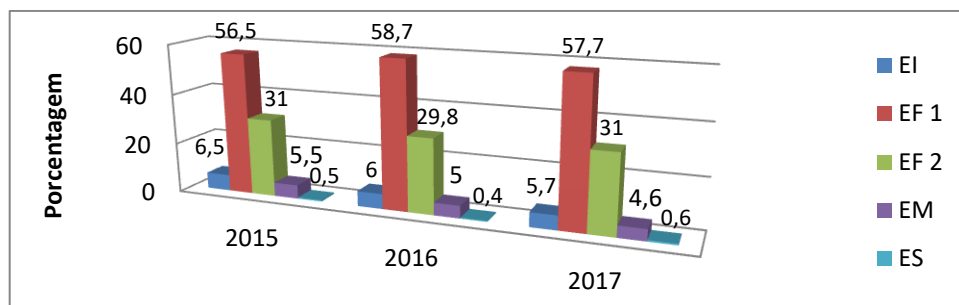
**Tabela 11 - Alunos de inclusão atendidos por nível de ensino.**

ETAPA DA EDUCAÇÃO	Nº DE ALUNOS POR ANO													
	2015				2016				2017				%	
	M	E	P	TOTAL	M	E	P	TOTAL	M	E	P	TOTAL		
EI	20	-	5	<b>25</b>	25	-	3	<b>28</b>	25	-	5	<b>30</b>	<b>5.7%</b>	
EF 1	217	-	-	<b>217</b>	270	-	-	<b>270</b>	301	-	-	<b>301</b>	<b>57.7</b>	
EF 2	-	119	-	<b>119</b>	-	137	-	<b>137</b>	-	162	-	<b>162</b>	<b>31%</b>	
EM	-	21	-	<b>21</b>	-	23	-	<b>23</b>	-	24	-	<b>24</b>	<b>4.6%</b>	
ES	-	-	2	<b>2</b>	-	-	2	<b>2</b>	-	-	3	<b>3</b>	<b>0.6%</b>	
TOTAL	<b>237</b>	<b>140</b>	<b>7</b>	<b>384</b>	<b>295</b>	<b>160</b>	<b>5</b>	<b>460</b>	<b>326</b>	<b>188</b>	<b>8</b>	<b>522</b>		
% / ANOS	61.7	36.4	1.8	<u>100%</u>	64.1	34.8	1.1	<u>100%</u>	62.4	36.0	1.5	<u>100%</u>	<u>100%</u>	

FONTE: CODAE/2018.

Segundo a tabela 11 o número de alunos de inclusão aumentou 19% em 2016 e 13% em 2017. A última linha da tabela apresenta a porcentagem de alunos de inclusão atendida em cada rede de ensino. Fica evidente que no período, a RM respondeu pelo atendimento de mais de 60% dos alunos, a RE por aproximadamente 35% e a RP por, em média, 1.5% ao ano.

Os dados permitem também observar, que o maior percentual de alunos de inclusão foi atendido no EF1 e EF2, portanto pela Rede Municipal e Estadual, respectivamente, conforme ilustra no Gráfico 51.



**Gráfico 51 - Percentagem de alunos de inclusão por nível de ensino no triênio.**

Fonte: CODAE/2018.

Com relação ao tipo de NEE atendida, obteve-se uma relação bem extensa. Optou-se manter a 'especificação' utilizada pelas escolas para permitir a visualização da diversidade de classificações e nomenclaturas utilizadas. A tabela 12 ilustra este fato.

**Tabela 12 - NEE atendidas por Nível Educacional e Rede de Ensino.**

NEE ATENDIDA	NÍVEL EDUCACIONAL					TOTAL
	EI	EF 1	EF 2	EM	ES	
1.TDAH	2 M(*)	11 M	6 E	3 E		22
2.Deficiência Intelectual	1 P	9 M	5 E	3 E		18
3.Dislexia		2 M	2E	1E		5
4.Discalculia			1 E			1
5.Dislalia			1 E			1
6.Paralisia Cerebral	1 M 1 P			1 E		3
7.Distúrbio de Leitura e Escrita				1 E		1
8.Transtorno Opositivo Desafiador (TOD)			1 E	1 E		2
9.Baixa Visão		3M-1ceg	4 E	2 E	1Pceg	10
10.Altas Habilidades/Superdotação			4 E	2 E		6
11.Deficiência Auditiva		3 M	3 E	1 E		7
12.Deficiência Física		5 M	3 E	2 E	1 P	11
13.Distúrbio de Aprendizagem		3 M	4 E	2 E		10
			1 P			
14.Transtorno Mental e de Comportamento		3 M	4 E	2 E		9
15.Autismo clássico	5 M -1s/L 1 P	5 M				11
16.Síndrome de Asperger		6 M	2 E	1 E		9
17.Deficiência Múltipla	1 M 1 P	4 M	1 E	1 E		8
18.Transtorno Desintegrativo da Infância			1 E			1
19.Surdez			1 E			1
20.Surdo cegueira			1 E			1
21.Esquizofrenia			1 E			1
22.Transtorno Funcional Específico - TFE		10 M				10
23.Limítrofe		3 M				3
24.Não especificou a NEE	2 M					2
25.Transtornos Globais do Desenvolvimento -TGD		2 M				2
26.Síndrome de Down		8 M				8
27.Deficiência Visual		1 M				1
28.Déficit no Desenvolvimento e Aprendizagem		1 M				1
29.Transtorno Hipercinético de Conduta	1 M					1
30.Cardiopatia congênita grave	1 M					1
31.Má formação cerebral	1 M					1

(\*) Número de escolas que assinalaram a necessidade e a rede de ensino a que pertencem.

FONTE: CODAE/2018

Conforme a tabela, as deficiências com maior incidência foram: TDAH, Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Autismo, Baixa visão, Distúrbio de Aprendizagem e TFE. Logo abaixo seguem Síndrome de Asperger e Transtorno Mental e de Comportamento.

No decorrer da tabulação dos instrumentos, evidenciou-se o número elevado de NEE que algumas escolas informaram atender. Em decorrência, efetuou-se o levantamento do mesmo, para análise e reflexão. Na RM a oscilação foi entre 1(um) e 11(onze) tipos de NEE atendidas por uma única instituição. Na RE foi entre 1(um) e 12(doze) tipos e na RP entre 1(um) e 4(quatro) tipos.

Com relação à avaliação das condições para a realização da Educação Inclusiva, foram consideradas: as condições de acessibilidade, os recursos materiais, os recursos humanos, a assessoria e apoio recebidos; e, os resultados obtidos. Também foi permitido o acréscimo de outros aspectos relevantes, julgados necessários. Os dados obtidos foram concentrados na tabela que segue:

**Tabela 13 - Avaliação das condições de realização da Educação Inclusiva na instituição.**

ASPECTOS AVALIADOS	ESCALA DE AVALIAÇÃO				TOTAL
	INSUFICIENTE/S	SATISFATÓRIOS/AS	BONS/AS	MUITO BONS/AS	
<b>1.Condições de acessibilidade</b>	7 Municipais	9 Municipais 6 Estaduais 2 Privadas	8 Munic.	1 Privada	33
<b>2.Recursos Materiais</b>	8 Municipais 1 Estadual	7 Municipais 6 Estaduais 1 Privada	4 Munic. 1 Estad.	3 Privadas 1 Municipal	32
<b>3.Recursos Humanos</b>	10 Municipais 4 Estaduais 1 Privada	6 Municipais 3 Estaduais 1 Privada	5 Munic. 1 Estad. 1 Priv.		32
<b>4.Assessoria e apoio recebido</b>	2 Estaduais 2 Privadas	11 Municipais 3 Estaduais	9 Munic. 2 Estad.	2 Municipais 1 Privada	32
<b>5.Resultados obtidos</b>	3 Municipais	10 Municipais 7 Estaduais 1 Privada	9 Munic.	1 Estadual 3 Privadas	34
<b>6.Atendimento especializado</b>	1 Municipal 1 Estadual				2
<b>7.Capacitação de R.Humanos</b>	1 Estadual				1
<b>8.Espaço adequado/atendimento</b>	2 Municipais 1 Estadual		1 Munic.		4

FONTE: CODAE/2018.

Nota-se, pela soma das respostas de cada linha, que algumas instituições não avaliaram todos os aspectos. Mesmo assim, os dados fornecem elementos relevantes para aprimorar o processo de inclusão nas escolas.

As três últimas linhas apresentam os aspectos inseridos pelas escolas que os avaliaram. Entende-se que os itens 6 e 7 estão inseridos na categoria 3 e considera-se pertinente adicionar o item 8 ao instrumento na avaliação do PME, prevista para o próximo biênio.

A maior incidência das respostas nas duas primeiras colunas da tabela (INSUFICIENTE e SATISFATÓRIO) enfatiza a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a realidade da inclusão realizada, bem como de buscar estratégias para seu aprimoramento. Neste sentido, a reflexão acerca das dificuldades enfrentadas e das soluções propostas pelas instituições pode ser uma contribuição relevante.

Como dificuldades, as escolas elencaram:

1. a falta de professor de apoio e formação/capacitação docente deficitária;
2. a falta de recursos didáticos e materiais adequados, bem como a improvisação destes para trabalhar com os alunos;
3. a falta de atendimento complementar para os alunos mais carentes e da flexibilidade do currículo;
4. salas superlotadas e falta de recursos humanos na escola;
5. condições físicas inadequadas para o atendimento realizado e falta de envolvimento da família.

Em decorrência, as soluções apontadas sinalizam a necessidade de:

1. liberação de recursos para a realização das adequações físicas necessárias, para contratação de Recursos Humanos capacitados e aquisição de recursos didáticos adequados ao atendimento dos alunos;
2. vinculação da matrícula do aluno ao envolvimento familiar, incluindo a frequência ao atendimento complementar e, a realização de reuniões periódicas com a família e profissionais/especialistas que atuam no atendimento ao aluno;
3. conscientização da família sobre a importância de seu envolvimento com o trabalho desenvolvido;
4. adequação e flexibilização curricular para o atendimento do aluno de inclusão;
5. composição de salas com menor número de alunos e disponibilização de assessoria e apoio com especialistas, periodicamente.

Cabe destacar a pertinência das ações e soluções apontadas, bem como o fato de que algumas podem ser implementadas no âmbito da própria escola. Sendo assim, oportunizar o conhecimento e reflexão destas propostas nas escolas pode contribuir para o aprimoramento deste processo.

### 3.10 ATENDIMENTO EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O atendimento dos alunos em Tempo Integral é realizado, atualmente, no âmbito da EI, do EF1 e do EF2. Nenhuma escola de EM realizava atendimento em Tempo Integral no município, até 2017, sendo que uma escola ofertou matrícula e não teve inscritos.

O detalhamento do atendimento em TI das crianças de 0a3 anos e de 4e5 anos foi realizado no Eixo 1 que trata da Educação Infantil, dada a relevância do mesmo para o planejamento do atendimento da demanda reprimida do segmento. Já, as informações relacionadas ao atendimento em TI nos demais níveis de ensino estão contidas no presente item.

Com relação ao EF1 e EF2, tal atendimento é realizado por duas escolas da Rede Municipal e uma da Rede Estadual, respectivamente. Conforme mencionado anteriormente, estas escolas receberam um instrumento específico para avaliá-lo.

**Tabela 14 - Atendimento em Período Integral no Ensino Fundamental 1 na Rede Municipal.**

TEMPO INTEGRAL NO EF1	2015		2016		2017	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
<b>NÚMERO DE TURMAS - E1</b>	14	100%	14	100%	14	100%
- E2	09	30%	07	43%	07	43%
<b>NÚMERO DE ALUNO S- E1</b>	280	67%	300	75%	300	75%
- E2	190	43%	144	38%	151	36%

FONTE: CODAE/2018.

Importante destacar que a diferença entre a porcentagem de turmas e alunos atendidos, deve-se à não obrigatoriedade dos alunos frequentarem as atividades do contraturno escolar. Observou-se, por exemplo, que a E1 atende 100% das turmas em TI, no entanto, de 67% a 75% dos alunos permaneciam na escola em TI. Sendo assim, o TI é para a escola, mas, não necessariamente para o aluno. Esta é uma das dificuldades apontadas pelas escolas. No âmbito da Rede Municipal está sendo implantada a obrigatoriedade gradual no ato da matrícula. Tal procedimento tornou-se possível por haver outras escolas da rede municipal na proximidade.

A avaliação das escolas com relação às condições de realização do atendimento em TI registra que a Escola 1 (E1) considera:

- o espaço físico de que dispõe (INSUFICIENTE);
- seus Recursos materiais e humanos (MUITO BONS);

- a assessoria, apoio recebido e os resultados obtidos (SATISFATÓRIOS); e, destaca que a falta de obrigatoriedade influencia nos resultados obtidos.

Por sua vez, a Escola 2 (E2) considera:

- seu espaço físico, recursos materiais e recursos humanos (INSUFICIENTES);
- a assessoria e apoio recebidos (BONS);
- os resultados obtidos junto aos alunos (SATISFATÓRIOS).

Com relação às atividades complementares desenvolvidas junto aos alunos atendidos em TI, as duas escolas oferecem Laboratório de Língua Portuguesa e de Matemática. Além disto, uma delas oferece Taekondo e Laboratório de História e Geografia e a outra, Informática em complemento à História e Geografia, Laboratório de Ciências, Literatura, Educação Física, Artes e Música.

Solicitadas a apontar as três maiores dificuldades encontradas para a realização do atendimento do aluno em TI, as escolas apontaram:

- espaço inadequado (insuficiente para atender todos os alunos, requer revezamento de turmas – E1);
- assiduidade/indisposição dos alunos (menores) para a jornada;
- obrigatoriedade de permanência para todos anos;
- falta de sala e material específico para arte;
- contratação de pessoal.

Em complementação, as escolas apontaram suas necessidades, por ordem de prioridade:

- ampliação do espaço (salas e quadras – uma escola);
- recursos e ementas dinâmicas e atrativas;
- flexibilidade em relação à obrigatoriedade;
- contratação de professores (uma escola);
- oficinas diversificadas (uma escola).

Mediante as dificuldades e necessidades apontadas, as escolas apontaram como sugestões para o aprimoramento do atendimento dos alunos em TI:

- disponibilidade de materiais e ambiente específico para todos os laboratórios;
- redução da jornada dos alunos: muitos alunos se cansam de permanecer 9(nove) horas na escola;
- obrigatoriedade de todos preocupa (embora necessária por lei). Alunos do 1º ano se cansam. Ideal repensar o quadro de horário priorizando os menores no matutino e os maiores no vespertino (inversão);
- conscientização e compromisso dos pais na valorização do contraturno.

Conclui-se, mediante os apontamentos acima que, a oferta da educação em tempo integral (com jornada de 7 horas) para 50% das escolas públicas da EB, atendendo até 25% dos alunos até 2024, prevista na Meta 6 do PME, precisa considerar os aspectos apontados pelas escolas que já realizam esta modalidade de atendimento, para seu planejamento e estabelecimento de metas intermediárias. Além disto, é importante iniciar o planejamento de metas intermediárias de ampliação do atendimento em TI, bem como o estabelecimento de estratégias que visem ao cumprimento das mesmas.

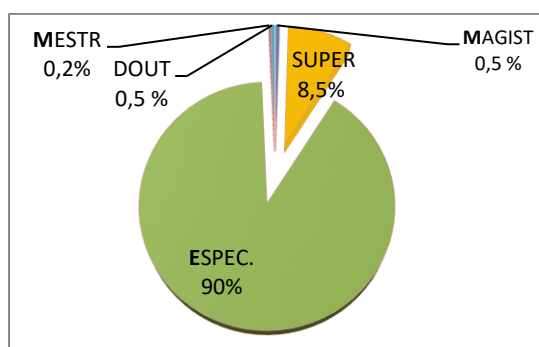
### 3.11 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Os dados relacionados à escolaridade, situação funcional e jornada de trabalho dos Educadores (professores, diretores, coordenadores e orientadores) e Funcionários, serão apresentados a seguir. Tais dados foram informados por 95,6% dos CEMEIS, 86,6% das escolas municipais de EF, 100% das escolas estaduais, 100% das filantrópicas, 54% das escolas privadas de Educação Básica e 25% das IES que atuam no município.

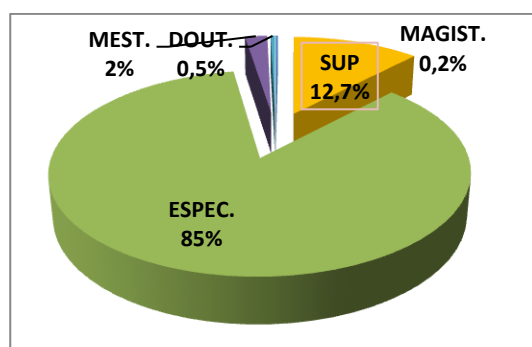
Iniciando pelo nível de escolaridade dos docentes, contido nos Gráficos 52 a 57. Comparados aos dados dos períodos anteriores, manteve-se a tendência à elevação dos níveis de escolarização dos docentes.

Distintamente da avaliação anterior, as informações sobre a EI e o EF1 desenvolvidos pela Rede Municipal, serão apresentadas separadamente, objetivando contribuir para a análise e planejamento de cada um destes segmentos separadamente.

A categoria dos docentes com especialização foi a que apresentou maior aumento. Já que em 2014 alcançava aproximadamente 73%.

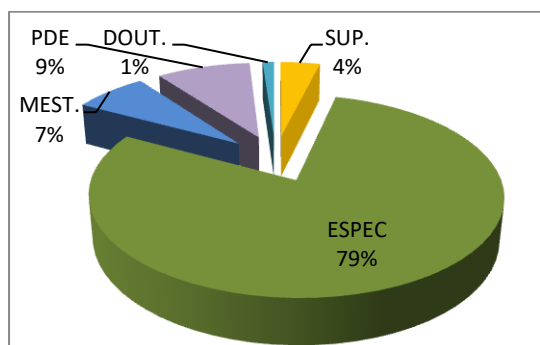


**Gráfico 52 – Escolaridade dos Educadores/RM-CEMEIS.**  
FONTE: CODAE/2018.

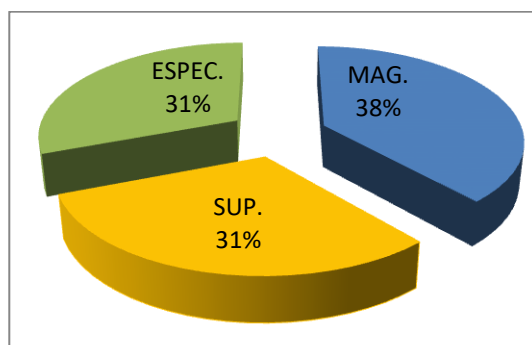


**Gráfico 53 – Escolaridade dos Educadores/EF-AI.**  
FONTE: CODAE/2018.

Na Rede Estadual, diminuiu de 13 para 4% a porcentagem dos docentes com ES, manteve-se o percentual dos docentes com PDE e teve uma pequena elevação no número de docentes com pós-graduação *stricto e lato sensu*. O Gráfico 54 apresenta a nova configuração desta rede.



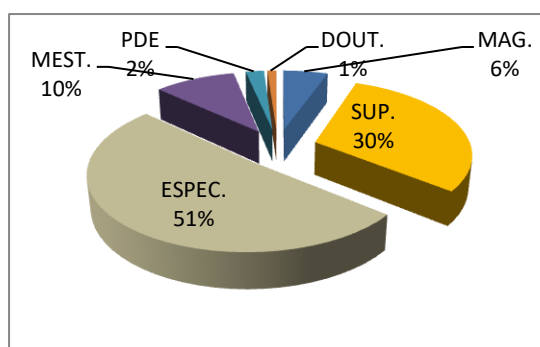
**Gráfico 54 – Escolaridade dos Educadores/RE.**  
FONTE: CODAE/2018.



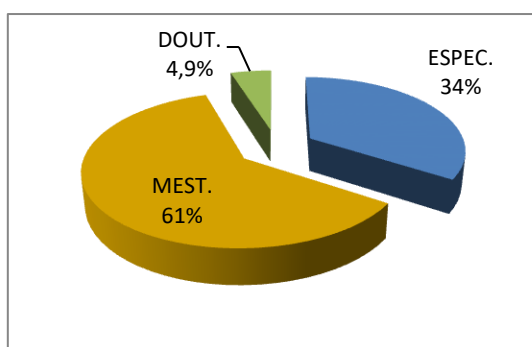
**Gráfico 55 – Escolaridade dos Educadores/RF.**  
FONTE: CODAE/2018.

Como ilustra o Gráfico 55, a Rede Filantrópica apresenta percentuais equilibrados no que tange à escolarização dos educadores. A categoria ‘docentes com magistério’ não existia na avaliação anterior. Além disto, ocorreu uma redução no percentual de especialistas, que em 2014 era aproximadamente 60%.

Na Rede Privada de Educação Básica, ocorreu uma ampliação das categorias existente, já que em 2014 havia 19,7% docentes com ES, 69% com Especialização e 11% com mestrado. O Gráfico 56 retrata esta nova realidade.



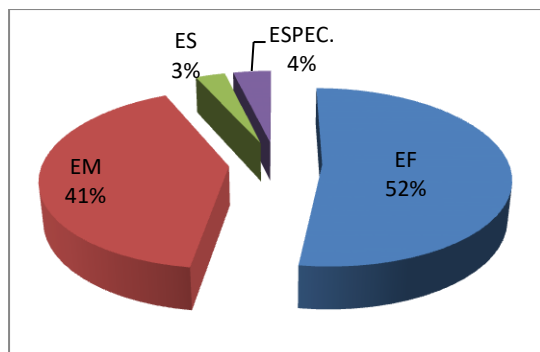
**Gráfico 56 – Escolaridade dos Educadores/RP-EB.**  
FONTE: CODAE/2018.



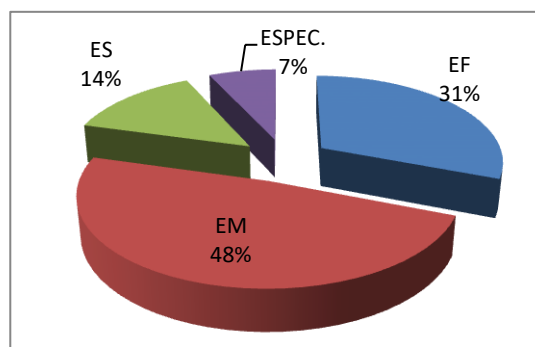
**Gráfico 57 – Escolaridade dos Educadores/RP-ES.**  
FONTE: CODAE/2018.

Com base na análise do Gráfico 57, pode-se constatar uma elevação da qualificação dos docentes no ES. Cabe destacar que, em 2014 atuavam na IES 55% professores especialistas e 45% mestres.

Um movimento similar, no sentido de elevação do grau de instrução, foi observado no quadro dos profissionais da educação<sup>8</sup> das escolas, conforme demonstrado nos Gráficos 58 a 63.

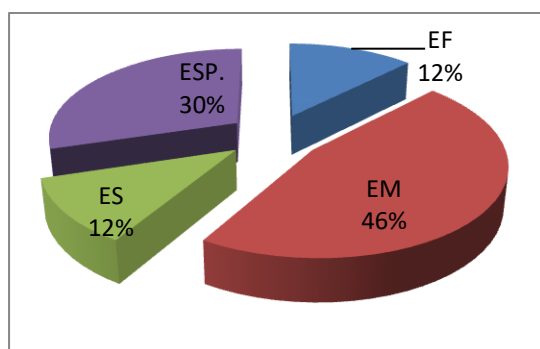


**Gráfico 58 – Profissionais CEMEIs RM /Escolaridade.**  
FONTE: CODAE/2018.

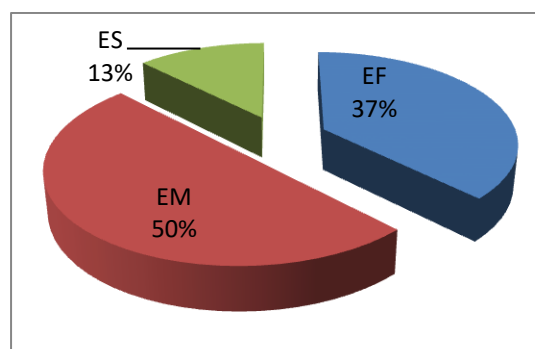


**Gráfico 59 – Profissionais Escolas-EF1 RM /Escolaridade.**  
FONTE: CODAE/2018.

É importante destacar que tanto nos CEMEIS, quanto nas escolas municipais, em torno de 20% dos profissionais da educação com escolarização em nível de EF e Médio, estão cursando o subsequente, respectivamente. Este fato também ocorre na Rede Estadual, numa porcentagem de aproximadamente 10%. Os dados referentes à escolaridade dos profissionais que atuam na educação no âmbito da Rede Estadual podem ser visualizados no Gráfico 60.



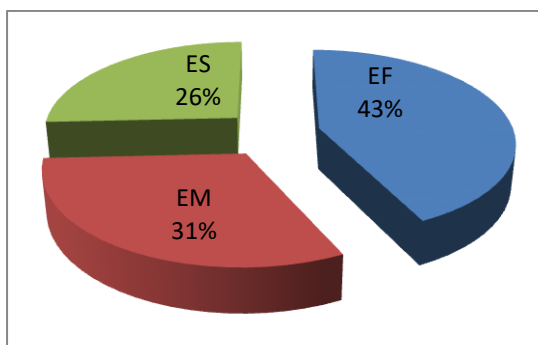
**Gráfico 60 – Profissionais da Educação RE/Escolaridade.**  
FONTE: CODAE/2018



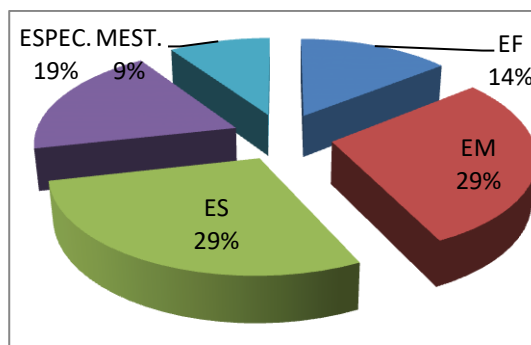
**Gráfico 61 – Profissionais da Educação RF/Escolaridade.**  
FONTE: CODAE/2018.

Segundo o Gráfico 61, na RF aumentou o percentual de profissionais com EM e ES e reduziu o de EF. Em 2014, estes percentuais eram, respectivamente, 30%, 3% e 60%.

<sup>8</sup> Nesta categoria foram agrupados os ocupantes dos cargos: merendeira, guarda, auxiliar de serviços, auxiliar de biblioteca, auxiliar administrativo, agente educacional, secretário, etc.



**Gráfico 62 – Profis. da Educação RP - EB/Escolaridade.**  
 FONTE: CODAE/2018.



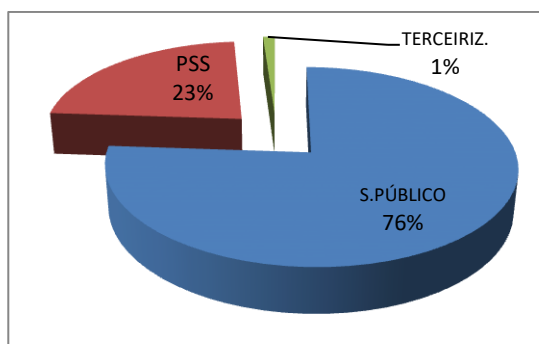
**Gráfico 63 – Profissionais da Educação RF/Escolaridade.**  
 FONTE: CODAE/2018.

No âmbito da RP, também ocorreu a elevação da escolaridade dos profissionais. Observou-se a diminuição da porcentagem da escolaridade em nível de EF, bem como a elevação nos demais níveis de ensino. Tais dados resultam dos investimentos realizados pelos docentes, funcionários e gestores. Estes esforços precisam ser mantidos e ampliados para assegurar a formação/capacitação adequada a todos os profissionais.

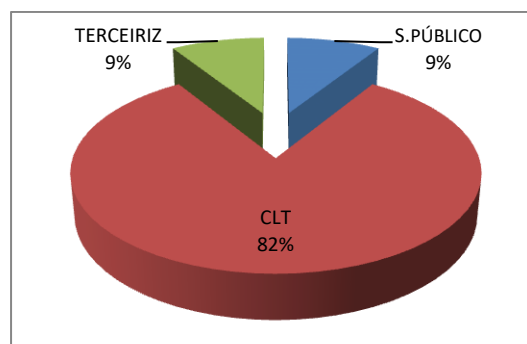
Por fim, investigou-se a situação funcional e a jornada de trabalho dos educadores e funcionários. Os dados serão apresentados na sequência.

Cabe observar inicialmente que, no ano de 2017, todos os educadores da RM: 394 dos CEMEIs e 458 das escolas de EF1 eram servidores públicos. Em 2014 havia 15% educadores contratados pela CLT na respectiva rede de ensino.

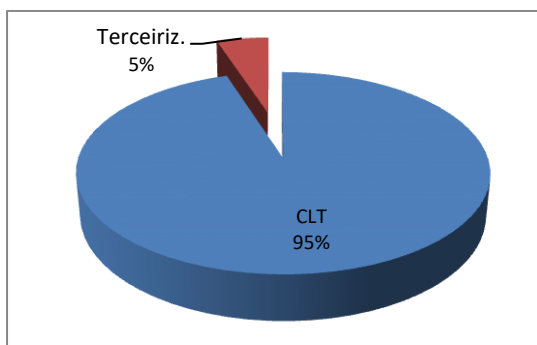
Segundo o Gráfico 64, na RE a situação funcional dos educadores se alterou, já que em 2014 ela era composta por 95% de servidores públicos e 5% de CLTistas.



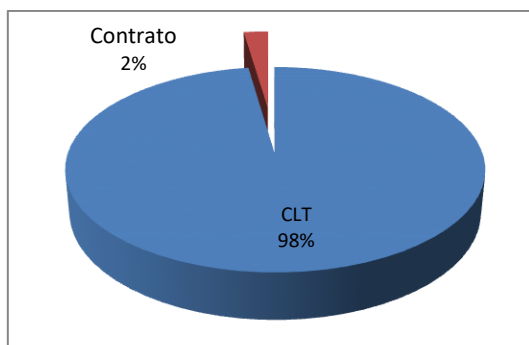
**Gráfico 64 – Educadores RE/Situação funcional.**  
 FONTE: CODAE/2018.



**Gráfico 65 – Educadores RF/Situação funcional.**  
 FONTE: CODAE/2018.



**Gráfico 66 – Educadores RP-EB/Situação funcional.**  
 FONTE: CODAE/2018.

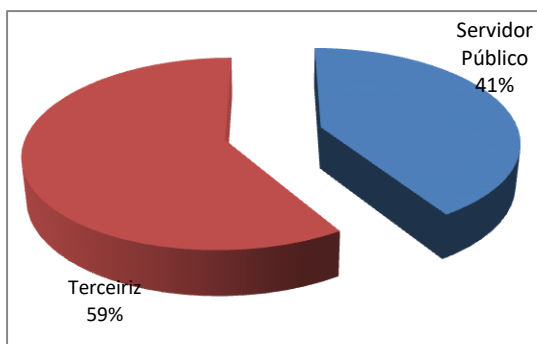


**Gráfico 67 – Educadores RP-ES/Situação funcional.**  
 FONTE: CODAE/2018.

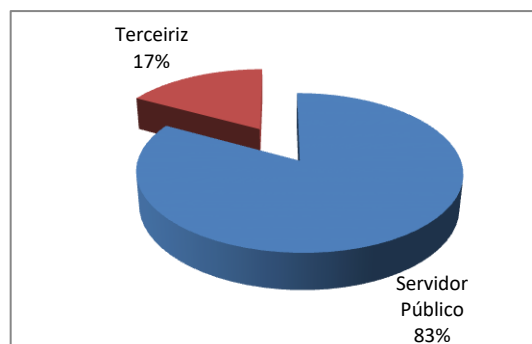
Como demonstrado no Gráfico 65, a RF em 2017, diferente dos períodos anteriores, contava apenas com um educador/servidor público cedido pelo município e um terceirizado. Sendo que os demais eram contratados pela CLT.

A Rede Privada, como registram os Gráficos 66 e 67, tanto no âmbito da EB quanto do ES que, em 2014, tinha todo o quadro de educadores contratados pela CLT, em 2017 passou a registrar, respectivamente, pequena porcentagem de educadores terceirizados e com contrato particular de trabalho.

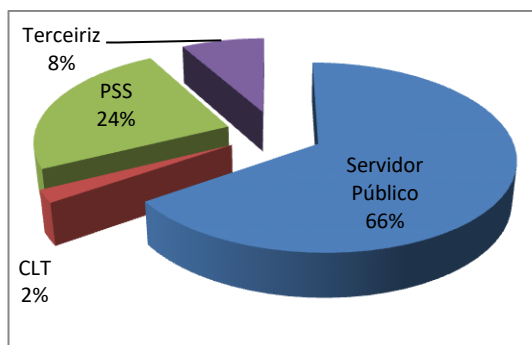
Com relação à situação funcional, os profissionais da educação da RM, os Gráficos 68 e 69 permitem visualizar as especificidades dos dois níveis atendidos pela rede, em 2017. Da mesma forma, no Gráfico 70 pode ser observada a situação funcional dos profissionais da educação da RE, naquele mesmo ano.



**Gráfico 68 – Profissionais CEMEIs RM/Sit. funcional.**  
 FONTE: CODAE/2018.



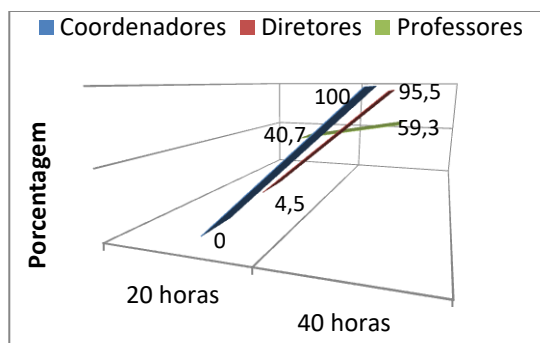
**Gráfico 69 – Profissionais Escolas EF1 RM/Sit. funcional.**  
 FONTE: CODAE/2018.



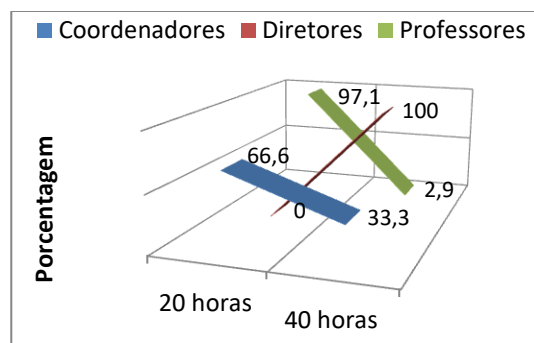
**Gráfico 70 – Funcionários da RE/Situação funcional.**  
 FONTE: CODAE/2018

Por sua vez, todos os profissionais da educação que atuavam na Rede Filantrópica e na Rede Privada, no âmbito da Educação Básica e do Ensino Superior, eram contratados, em 2017, pela Consolidação das Leis do Trabalho/CLT. Na avaliação realizada em 2014, isto já ocorreu no ES. No entanto, na RF havia 3% de servidores públicos e 11% de profissionais terceirizados e, na RP-EB 24% dos profissionais eram terceirizados.

Dando continuidade, os Gráficos 71 a 78 apresentam os dados relacionados à jornada de trabalho dos educadores de todas as redes de ensino do município, sendo que neste último, também podem ser observados a jornada de trabalho dos funcionários da IES que colaborou com a presente pesquisa.



**Gráfico 71 – Educadores CEMEIs RM/Jornada trabalho.**  
 FONTE: CODAE/2018.

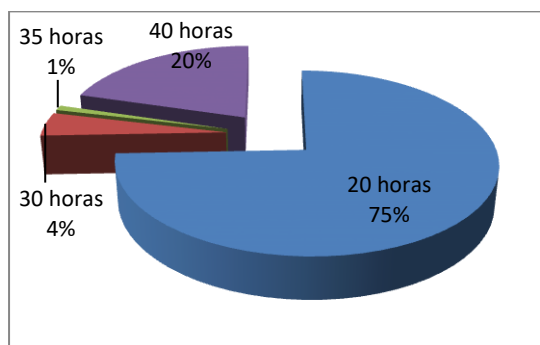


**Gráfico 72 – Educadores RM EF1/Jornada de trabalho.**  
 FONTE: CODAE/2018.

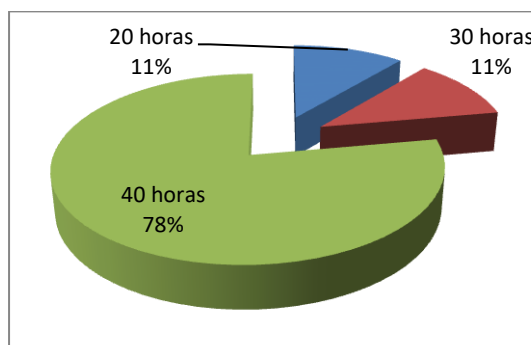
Como ilustra o Gráfico 71, a grande maioria dos coordenadores e diretores cumpre jornada de 40 horas semanais. Por sua vez, 40,7% dos professores cumprem jornada de 20 horas e 59,3% trabalham 40 horas semanais.

No âmbito das escolas municipais de EF, como se observa no Gráfico 72, 100% dos diretores são contratados em 40 horas. Já, a maior parte dos coordenadores e professores possui contrato de 20 horas semanais.

A comparação dos dados do Gráfico 73 com os de 2014 permite observar uma ampliação de 13% no número de educadores contratados em 20 horas na RE, em contraposição à redução de 16% dos contratados em 40 horas.

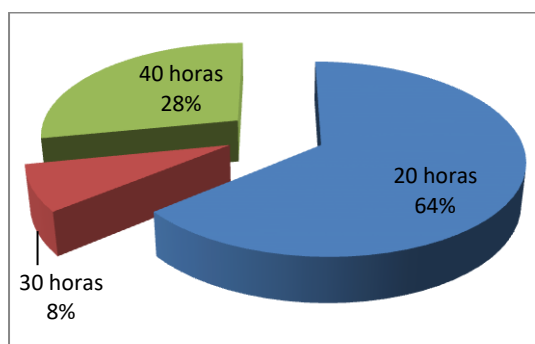


**Gráfico 73 – Educadores da RE/Jornada de trabalho.**  
FONTE: CODAE/2018.



**Gráfico 74 – Educadores da RF/Jornada de trabalho.**  
FONTE: CODAE/2018.

Na RF registrou-se uma redução de 6% nos contratos de 40 horas semanais, uma ampliação de 4% nos contratos em 20 horas, e o surgimento de 11% de contratos em 30 horas, na comparação dos dados do Gráfico 74 com os resultados de 2014.



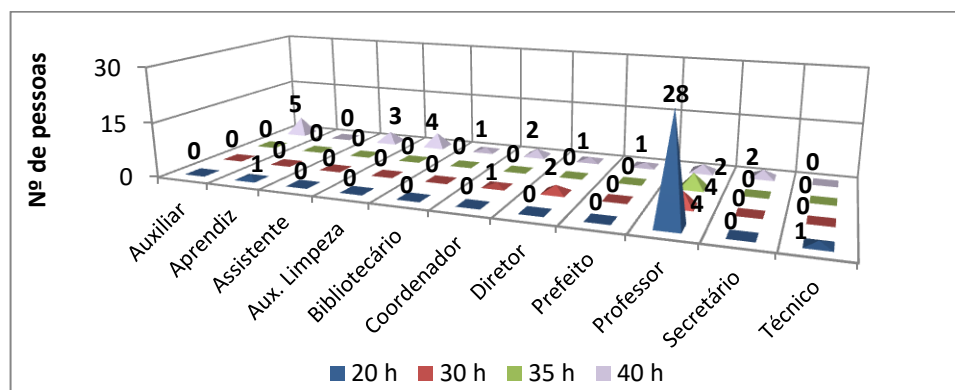
**Gráfico 75 – Educadores da RP-EB/Jornada de trabalho.**  
FONTE: CODAE/2018.

Com relação à jornada de trabalho dos educadores da Rede Privada – EB ocorreu um aumento de 9% no percentual de docentes contratados em regime de 20 e de 17% no de 40 horas. Além disso, reduziu em 26% o número de contratados em 30 horas, com relação a 2014, de acordo com o Gráfico 75.

Na RF, continuam predominando os contratos docentes em 40 horas, apesar da redução de 6%. Ocorreu ainda uma redução de 9% nos contratos em 20 horas e passaram a existir os contratos em 30 horas, segundo o Gráfico 74.

Na sequência, o Gráfico 77 apresenta a jornada de trabalho dos educadores e profissionais que atuam na IES que participou da presente edição da Coleta de Dados

Educacionais – CODAE. Similarmente a 2014, a maior parte dos educadores e profissionais da instituição cumpria jornada de 40 horas semanais, em 2017. A comparação do quadro docente e funcional permitiu também observar uma redução de 21% dos educadores e 11% dos profissionais da IES.

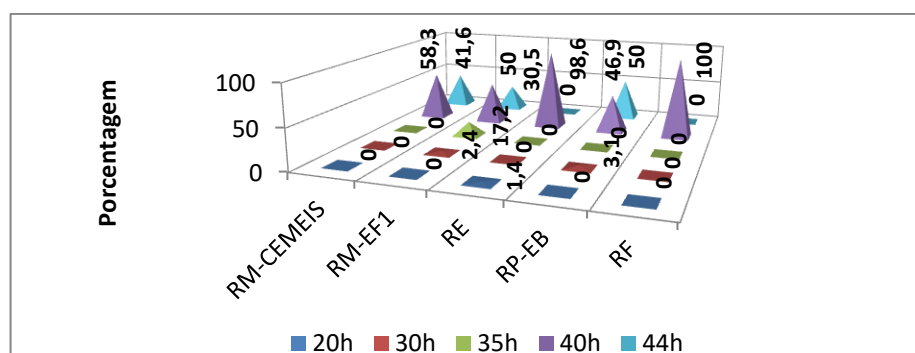


**Gráfico 77 – Educadores e Funcionários da RP - ES/Jornada de trabalho.**

FONTE: CODAE/2018.

O gráfico 77 permite observar, na linha azul, que a maior parte dos professores era contratada em regime de 20 horas semanais. Ao fundo, na linha lilás, observa-se que a maior parte dos funcionários era contratada em regime de 40 horas semanais.

Na sequência, o Gráfico 78 apresenta a jornada de trabalho dos funcionários da rede municipal, estadual, privada- EB e filantrópica.



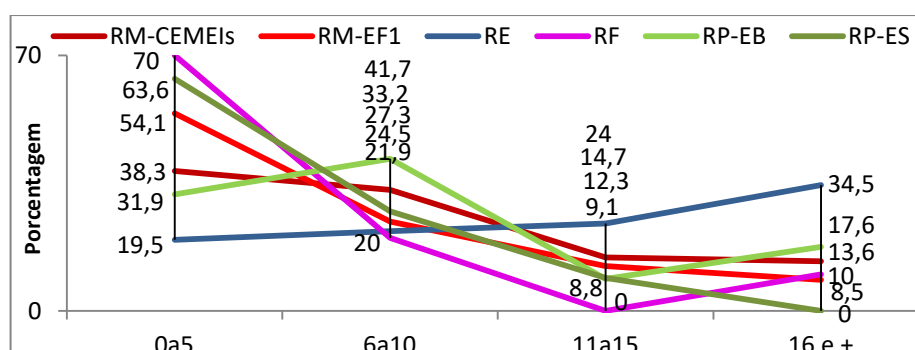
**Gráfico 78 – Profissionais da RM, RE, RP-EB, EF/Jornada de Trabalho.**

FONTE: CODAE/2018.

Observa-se no gráfico acima que, em 2017, predominava em todas as redes a contratação dos profissionais em regime de 40 horas semanais. Algumas peculiaridades puderam ser observadas mediante a comparação destes resultados com os obtidos de 2011 a 2014, quais sejam: o surgimento de contratos em 44 horas na RM; quase a totalidade dos contratos da RE foram em 40 horas; na RP-EB surgiram os contratos em

44 horas, que predominaram juntamente com os de 40 horas; e, por fim, a RF registrou 100% dos contratos em 40 horas.

Encerram as informações relacionadas aos educadores e funcionários que atuaram na rede escolar, em 2017, o tempo de experiência profissional. Os dados relacionados aos educadores encontram-se no Gráfico 79 e os dos funcionários no Gráfico 80.

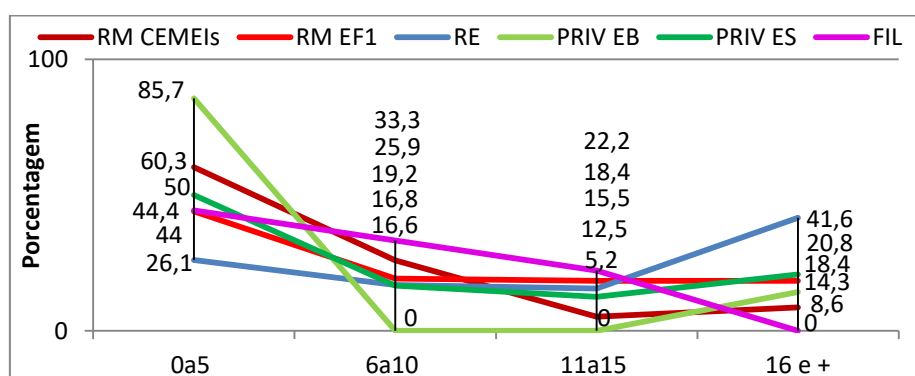


**Gráfico 79 – Tempo de Experiência dos Educadores da Rede Escolar - 2017.**

FONTE: CODAE/2018.

Cabe lembrar que, em 2014 a RM tinha o maior número de educadores com 0a5 anos de experiência. Segundo o Gráfico 79, em 2017 a RF seguida da RP-ES mantiveram a liderança deste bloco. Do mesmo modo, era a RE que tinha mais educadores com maior tempo de experiência. Este fato se manteve em 2017. Mais detalhes podem ser observados neste mesmo gráfico.

Com relação ao tempo de experiência dos profissionais, no Gráfico 80 observa-se que a RP-EB, seguida da RM-CEMEIs e RP-ES tinham mais profissionais em início de carreira. Em contraposição, a RE, a RF e a EP-ES registraram um número mais elevado de profissionais com 16 ou mais anos de experiência.



**Gráfico 80 – Tempo de Experiência dos Funcionários da Rede Escolar - 2017.**

FONTE: CODAE/2018.

### 3.12 GESTÃO DEMOCRÁTICA

As informações contidas no presente tópico são relacionadas à Rede Municipal, tendo em vista que, é no âmbito desta rede que compete à SEMED a implantação e o fortalecimento da Gestão Democrática da educação. Entende-se que no âmbito das demais redes de ensino, a saber: a Rede Privada e Pública Estadual, o estabelecimento e manutenção de canais e mecanismos de participação e aproximação entre escola-família e sociedade competem, respectivamente, às instâncias administrativas a que as mesmas se vinculam.

Sendo assim, quando solicitada, a SEMED tem contribuído e colaborado com as demais redes de ensino do município.

Cabe enfatizar que constituem elementos essenciais para a gestão democrática, a existência de órgãos colegiados e mecanismos de acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido no âmbito de cada instituição educacional.

No que se refere à avaliação de desempenho de alunos, foi contatada a Empresa AVALIAR MAIS que de 2015 a 2016 realizou avaliações na área de Língua Portuguesa e Matemática, denominada MEDIAÇÃO, conforme já mencionado na primeira avaliação do PME.

Em 2017 essa avaliação foi aplicada apenas uma vez aos alunos do 3º ano, por terem sido eles os alunos avaliados no 2º ano de 2016, e a análise dos resultados realizada com diretores e pedagogos, apontou a necessidade de focar na formação de professores, que tem refletido diretamente nos resultados apresentados pelos alunos.

Pode se atribuir esta necessidade ao fato de que entre 2015 e 2017 a rede municipal de ensino fundamental teve 26% do seu quadro renovado, havia a necessidade de inteirá-los à proposta pedagógica do município, visto que, alguns iniciaram sem experiência pedagógica e outros trouxeram consigo experiências que divergiam da praticada na rede municipal.

### 3.13 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

O presente tópico tem como objetivo garantir a transparência das aplicações dos investimentos em educação no município, bem como assegurar o cumprimento da determinação legal da manutenção e desenvolvimento da educação, mediante a aplicação de 25% da receita líquida do município, advinda dos impostos, dos recursos provenientes do Salário Educação, do FUNDEB, e de programas e convênios do Governo Federal.

Com este intuito, os quadros abaixo apresentam o detalhamento dos recursos do município e respectivas fontes provedoras, assim como os montantes destinados à manutenção e desenvolvimento dos respectivos níveis educacionais.

**Quadro 5 - Recursos do município - 2015 a 2017.**

Ano	FONTE DE RECURSOS				TOTAL (1+2+3+4)
	Receita Líquida (1)	Salário Educação (2)	FUNDEB (3)	Programas e Convênios (4)	
<b>2015</b>	29.901.394,03	2.437.452,31	27.513.960,73	1.313.954,99	<b>61.166.762,06</b>
<b>2016</b>	31.745.152,77	2.616.303,87	30.910.298,22	1.270.638,85	<b>66.542.393,71</b>
<b>2017</b>	33.301.919,52	3.255.051,65	36.079.796,77	1.159.281,80	<b>73.796.049,74</b>

FONTE: Departamento de Contabilidade / PMC, 2018.

**Quadro 6 - Recursos Aplicados em Educação - 2015 a 2017.**

Ano	Educação Infantil (1)	Ensino Fundamental (2)	EJA (3)	Educação Especial (4)	Merenda (5)	Juros, amortização (6)	TOTAL (1+2+3+4+5+6)
<b>2015</b>	18.550.936,23	31.495.998,96	471.879,46	1.025.921,45	1.762.995,40	266.721,08	<b>53.574.452,58</b>
<b>2016</b>	27.910.287,45	34.698.801,63	531.264,62	1.125.729,83	2.390.639,88	271.863,16	<b>66.928.586,57</b>
<b>2017</b>	27.526.952,85	32.341.740,17	332.494,46	1.426.132,25	2.752.418,97	271.380,25	<b>64.651.118,95</b>

FONTE: Departamento de Contabilidade / PMC, 2018.

Os recursos aplicados em educação tiveram um aumento gradual de 2011 a 2014. Esta tendência ao crescimento se manteve em 2015 e 2016, ocorrendo uma redução em da ordem de 3,4% em 2017.

A análise do Quadro 6 permite observar o montante investido na manutenção e no desenvolvimento da educação no âmbito da Rede Municipal, com vistas a possibilitar o atendimento das metas estabelecidas no PME.

**Quadro 7 - Despesas correntes e capital - 2015 a 2017**

Ano	Despesas Correntes			Despesas de Capital			Total Geral
	Pessoal	Outras	Sub-Total	Obras e Instalações	Equip. Mat. Permanente	Sub-Total	
<b>2015</b>	96.828.906,16	82.656.652,84	179.485.559,00	3.077.231,41	1.657.513,65	4.734.745,06	<b>184.220.304,06</b>
<b>2016</b>	119.711.339,00	79.767.884,58	199.479.223,58	11.146.950,18	2.860.000,36	14.006.950,54	<b>213.486.174,12</b>
<b>2017</b>	117.689.805,27	89.308.983,24	206.998.788,51	2.370.200,11	1.125.612,41	3.495.812,52	<b>210.494.601,03</b>

FONTE: Departamento de Contabilidade / PMC, 2018.

### 3.14 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

O acompanhamento e a avaliação do PME são essenciais para seu aprimoramento. Esta é a segunda avaliação do PME em vigor e outras duas estão previstas para serem desenvolvidas durante a vigência do mesmo, ou seja, até 2024. Cabe destacar que algumas metas estabelecidas já foram alcançadas, como a universalização da EI para a faixa etária da 4-5 anos e do EF1 e, sendo assim, há que se ter o cuidado e zelo para que não seja produzida nova demanda reprimida nestes segmentos.

Por outro lado, outras metas estão programadas para serem atendidas em curto, médio e longo prazo. Assim, torna-se necessário, mediante a presente avaliação, lançarmos um olhar cuidadoso sobre as próximas metas e respectivas estratégias, visando o planejamento de ações que possibilitem seu cumprimento nos prazos estabelecidos.

Na sequência, estão relacionadas as ações desenvolvidas e, cabe lembrar, que seu detalhamento constam anteriormente do presente relatório. Finalizam o presente tópico, alguns apontamentos e recomendações da equipe técnica com vistas ao aprimoramento do presente eixo e do processo de avaliação.

A oficialização do trabalho de monitoramento e avaliação do PME deu-se mediante a nomeação da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME através da Portaria nº 649/2018.

Com vistas à realização do monitoramento e avaliação do PME, foram desenvolvidas as etapas relacionadas na sequência:

- constituição de comissão técnica para elaboração de relatório de avaliação do PME, período 2015-2017, mediante:

- a) atualização e revisão do Sistema de Coleta de Dados Educacionais do município – CODAE, junto ao Setor de Informática do município;
- b) realização de reuniões com os diretores e secretários das escolas para orientação, entrega de formulários e estabelecimento de prazo para devolução dos dados educacionais;
- c) elaboração de correspondência às escolas que não enviaram representantes às reuniões, com esclarecimentos acerca da relevância de sua participação, bem como entrega presencial do formulário a ser preenchido;
- d) tabulação, organização e preparação dos dados para a avaliação;
- f) elaboração de relatório para subsidiar o trabalho de monitoramento e avaliação do PME;
- g) encaminhamento do relatório à Secretária Municipal de Educação e Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME.

Mediante a realização das etapas acima relacionadas, tornou-se evidente o aumento da complexidade e a necessidade de manutenção do trabalho de monitoramento e avaliação do PME, como uma atividade continuada. Para tanto, é imprescindível:

- que a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME desenvolva um cronograma de trabalho para ser cumprido a partir do próximo ano, ou seja, início de 2019;
- atualizar o Sistema de Coleta de Dados Educacionais do município em 2019/1 com vistas a permitir a atualização anual do sistema pela direção e secretaria das escolas, a partir do final do próximo ano;
- manter a periodicidade de alimentação anual do sistema pela direção das escolas;
- manter a periodicidade de realização, divulgação e disponibilização dos relatórios, com vistas a subsidiar o planejamento e desenvolvimento de ações específicas e pontuais que atendam às demandas das escolas;

- avaliar a compatibilidade do sistema CODAE com outros sistemas do município, estado e MEC, visando facilitar o preenchimento e utilização do mesmo às escolas, a cada ano letivo.

### 3.15 MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

A melhoria de qualidade é meta primordial da educação, e decorre diretamente dos investimentos e ações realizadas em cada um dos eixos contemplados no presente plano. Sendo assim, a qualidade é o reflexo de todas as ações desenvolvidas no âmbito da educação, ao longo do tempo e, só pode ser observada mediante um sistemático e criterioso processo de avaliação.

Na sequência, os apontamentos destacarão as ações desenvolvidas no triênio, com vistas à melhoria da qualidade da educação, em especial, na Rede Municipal, tendo em vista a competência do município sobre esta rede. De modo complementar, na seção que segue será feita a avaliação do alcance das metas e estratégias estabelecidas no PME o que, inevitavelmente, remete à avaliação da qualidade da educação do município.

Destaca-se inicialmente, a manutenção dos investimentos em Formação Continuada a todos os profissionais da educação (docentes e funcionários atuantes), totalizando, aproximadamente 80 horas.

Em relação à hora-atividade docente, a partir de agosto de 2015, foi efetivada sua ampliação gradativa de 20% para 30%. Durante esse período de avaliação, continuaram os esforços no sentido de recompor os 30% de hora-atividade para todos os docentes da rede.

#### **4. METAS E ESTRATÉGIAS DO PME: avaliação e recomendações**

Mediante o conhecimento da realidade educacional do município, do período de 2015 a 2017 e sua análise à luz dos dados obtidos anteriormente, bem como das metas e estratégias estabelecidas no PME 2014-2024, que constam no Anexo 2, o presente tópico tem como objetivo a avaliação do cumprimento de tais metas e dos fatores que contribuíram ou interferiram neste processo. Para tanto, as estratégias serão identificadas pelo seu número, nos quadros que seguem.

Tendo em vista que as metas foram estabelecidas para serem cumpridas no período de 2014 a 2024, considerou-se pertinente, para efeito da avaliação de seu alcance, abarcar as informações referentes ao período de 2011 a novembro de 2017.

**META 1:** Universalizar o atendimento escolar de 4 e 5 anos até 2016 e ampliar a oferta de Educação Infantil de modo a atender, no mínimo, 50% da população de 0 a 3 anos até 2024.

<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>AÇÕES DESENVOLVIDAS</b>	<b>AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO</b>
1.1	• em desenvolvimento	• atualização do Plano de Ações Articuladas - PAR	• Adequada / Continuidade da ação
1.2	• em desenvolvimento	• reforma, locação/readequação de imóveis; contratação de pessoal; aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos	• Adequada / Continuidade da ação
1.3	• em desenvolvimento	• aperfeiçoamento do Sistema de Cadastro Único da Educação Infantil de Cambé	• Adequada / • Melhoria da alimentação de dados
1.4	• a iniciar		• Adequada / Instituir mecanismos
1.5	• em desenvolvimento	• construções, reformas e ampliações, formação continuada, aquisição de mobiliário e materiais pedagógicos e levantamento da demanda anualmente junto aos CMEIs	• Adequada / Continuidade da ação
1.6	• em desenvolvimento	• repasse de recursos	• Adequada / Continuidade da ação
1.7	• em desenvolvimento	• formação em serviço dos docentes e funcionários	• Adequada / Continuidade da ação
1.8	• em desenvolvimento	• realização de concurso público específico para EI e parceria com a IES do município	• Adequada / Continuidade da ação
1.9	• em desenvolvimento	• transporte escolar gratuito	• Adequada / Continuidade da ação
1.10	• em desenvolvimento	• atendimento especializado com acompanhamento do setor	• Adequada / Continuidade da ação
1.11	• em planejamento		• Adequada / Instituir mecanismos
1.12	• em desenvolvimento	• conteúdo abordado em todos os eixos	• Adequada / Continuidade da ação
1.13	• em desenvolvimento	• ficha de acompanhamento	• Adequada / Continuidade da ação
1.14	• em desenvolvimento	• adequação e conservação dos espaços da EI	• Adequada / Continuidade da ação
1.15	• em desenvolvimento	• preenchimento do FICA (Ficha de comunicação de alunos ausentes) – até 2014 • Programa de combate ao abandono escolar - (estudo / 2015 e implantação / 2016)	• Adequada / • Adequada / Avaliar a eficácia
1.16	• contemplada	• garantia de vagas para filhos de itinerantes	• Adequada / Continuidade da ação

**META 2:** Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos, assegurando que até 2024, 95% dos alunos concluam esta etapa na idade recomendada.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
2.1	• em desenvolvimento	• reuniões e contatos com o Conselho Tutelar, audiências com o Ministério Público, contatos com as equipes técnicas da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde e Educação	• Adequada / Continuidade da ação
2.2	• em desenvolvimento	• implantação de Sistema de Avaliação Institucional Municipal, construções, reformas e ampliações, formação continuada, aquisição de mobiliário e materiais pedagógicos	• Adequada / revisão do instrumento de avaliação; continuidade das demais ações
2.3	• em desenvolvimento	• implantação de Sistema de Avaliação do Desempenho do Aluno	• Adequada / Continuidade da ação
2.4	• em desenvolvimento	• acompanhamento contínuo da logística do transporte	• Adequada / Continuidade da ação
2.5	• em desenvolvimento	• projetos e atividades com a participação das famílias e comunidade	• Adequada / Continuidade da ação
2.6	• em desenvolvimento	• manutenção de escolas rurais e transporte de alunos para escolas públicas urbanas	• Adequada / Continuidade da ação
2.7	• em desenvolvimento	• festivais, projetos em contraturno, exposições, mostras, etc.	• Adequada / Continuidade da ação
2.8	• em desenvolvimento	• adesão ao Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, formação continuada dos docentes, avaliação de desempenho do aluno, aplicação da Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA, acompanhamento pelo Setor de Educação Especial, avaliação diagnóstica semestral	• Adequada / Continuidade da ação
2.9	• em desenvolvimento	• fichas de pré-conselho de classe, conselho de classe, atas, inserção de planos e ações no PPP que contemplem a participação da família	• Adequada / Continuidade da ação
2.10	• contemplada	• garantia de vagas para filhos de itinerantes	• Adequada / Continuidade da ação

**META 3:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
3.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
3.2	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
3.3	• em desenvolvimento	• divulgação dos dados educacionais acerca do Ensino Médio	• Adequada / Continuidade da ação
3.4	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
3.5	• em desenvolvimento	• Programa Rede de Proteção à Criança e Adolescente do município	• Adequada / Continuidade da ação
3.6	• em desenvolvimento	• criação de espaços e praças para desenvolvimento de atividades com jovens	• Adequada / Continuidade da ação
3.7	• em desenvolvimento	• manutenção da oferta de ensino da EJA	• Adequada / Continuidade da ação

**META 4:** Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos, ou conveniados, nas formas complementar e suplementar.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
4.1	• em desenvolvimento	• informação anual das matrículas com necessidades educacionais especiais	• Adequada / Continuidade da ação
4.2	• em desenvolvimento	• identificação, avaliação, encaminhamento e acompanhamento dos alunos	• Adequada / Continuidade da ação • Planejar ações voltadas às Altas Habilidades
4.3	• em desenvolvimento	• adesão aos programas federais de Salas de Recursos Multifuncionais	• Adequada / Continuidade da ação
4.4	• em desenvolvimento	• acompanhamentos, avaliações, encontros com professores das diferentes áreas	• Adequada / Continuidade da ação
4.5	• em desenvolvimento	• adaptação física quando necessária, transporte adaptado e recursos de tecnologia assistiva	• Adequada / Continuidade e aprimoramento da ação
4.6	• em desenvolvimento	• articulação entre o ensino regular e especializado, por meio da gestão e equipe técnica	• Adequada / Continuidade da ação
4.7	• em desenvolvimento	• estudos individuais e em grupo com a orientação e participação do Setor de Educação Especial da SEMED	• Adequada / Continuidade da ação
4.8	• em desenvolvimento	• acompanhamento pela equipe técnica da escola e Setor de Educação Especial	• Adequada / Continuidade da ação.e aprimoramento do acesso à documentação do alunos às escolas de destino
4.9	• em desenvolvimento	• garantia de atendimento a todas as crianças que pleitearam vagas	• Adequada / Continuidade da ação
4.10	• em desenvolvimento	• encaminhamentos entre o município e instituições: APAE, PSDOWN, COL, ILES, etc.	• Adequada / Continuidade da ação

**META 5:** Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
5.1	• em desenvolvimento	• avaliações de desempenho do aluno, formação continuada dos docentes	• Adequada / Continuidade da ação
5.2	• em desenvolvimento	• avaliações no início e decorrer do processo	• Adequada / Continuidade da ação
5.3	• em desenvolvimento	• Programa anual de formação continuada para docentes	• Adequada / Continuidade da ação
5.4	• em desenvolvimento	• acompanhamento pela equipe técnica da escola e Setor de Educação Especial, curso de formação específica, adaptação curricular	• Adequada / Continuidade da ação

**META 6:** Oferecer educação em tempo integral em até 50% das escolas públicas de educação básica e atender até 2024 ao menos 25% dos alunos.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
6.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
6.2	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
6.3	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
6.4	• em desenvolvimento	• adesão ao programa Mais Educação	• Adequada / Continuidade da ação
6.5	• em desenvolvimento	• projetos pedagógicos (apoio logístico, pedagógico, aquisição de materiais diversos)	• Adequada / Continuidade da ação
6.6	• em desenvolvimento	• sala de Recursos Multifuncionais, Sala Especial, material pedagógico adaptado, professores especialistas, acompanhamento do Setor de Educação Especial (fonoaudiólogas, psicólogas, psicopedagoga)	• Adequada / Ampliar ação
6.7	• em desenvolvimento	• atividades esportivas (Xadrez, Judô, Taekwondo, Atletismo), atividades monitoradas durante o intervalo.	• Adequada / Ampliar ação
6.8	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos

**META 7:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem visando atingir as médias nacionais estabelecidas para o IDEB.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
7.1	• em desenvolvimento	• avaliação Institucional, formação continuada, formação de grupos de estudo, aquisição de materiais didático-pedagógicos, divulgação dos resultados das avaliações de larga escala, bem como a Institucional.	• Adequada / Continuidade da ação
7.2	• a planejar		• Adequada / Construir sistema
7.3	• em desenvolvimento	• avaliação Institucional, formação continuada, formação de grupos de estudo, aquisição de materiais didático-pedagógicos, divulgação dos resultados das avaliações de larga escala, bem como a Institucional.	• Adequada / Continuidade da ação
7.4	• a planejar		Adequada / Instituir mecanismos
7.5	• em desenvolvimento	• revisão das avaliações, bem como dos resultados alcançados em cada unidade escolar nas avaliações institucionais e de larga escala.	• Adequada / Continuidade da ação
7.6	• em desenvolvimento	• preenchimento e acompanhamento do Plano de Ações Articuladas	Adequada / Continuidade da ação

**META 8:** Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo e regiões de menor escolaridade da cidade e entre os 25% mais pobres.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
8.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
8.2	• em desenvolvimento	• manutenção de 10 turmas em cinco unidades escolares	• Adequada / Continuidade da ação
8.3	• em desenvolvimento	• acompanhamento período da frequência dos alunos e busca ativa dos desistentes	• Adequada / Continuidade da ação
8.4	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos

**META 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2024, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
9.1	• em desenvolvimento	• divulgação das datas de matrícula nas mídias oficiais	• Adequada / Ampliar ação
9.2	• em desenvolvimento	• manutenção de 10 turmas em cinco unidades escolares	• Adequada / Continuidade da ação
9.3	• em desenvolvimento	• manutenção de relação entre alunos concluintes da Fase I para matrículas na Fase II	• Adequada / Continuidade da ação
9.4	• não realizada		• Adequada / Desnecessária no momento
9.5	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
9.6	• em desenvolvimento	• programa de formação continuada específico para professores da EJA Fase I	• Adequada / Continuidade da ação

**META 10:** Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
10.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
10.2	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
10.3	• em desenvolvimento	• sistema CODAE disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal	• Adequada / Continuidade da ação

**META 11:** Estimular a ampliação da oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio, zelando pela qualidade desta.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
11.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
11.2	• em desenvolvimento	• sistema CODAE disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal	• Adequada / Ampliar ação
11.3	• em desenvolvimento	• unidades escolares aptas a receber estagiários do Magistério e/ou Pedagogia	• Adequada / Continuidade da ação

**META 12:** Fomentar o fortalecimento das IES, mediante realização de parcerias que possam reverter simultaneamente para a formação de profissionais de nível superior e o atendimento das demandas e necessidades das instituições educacionais do município.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
12.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
12.2	• em desenvolvimento	• incentivo financeiro contemplado no PCCS	• Adequada / Continuidade da ação
12.3	• em desenvolvimento	• manutenção de parceria com IES	• Adequada / Ampliar ação
12.4	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
12.5	• em desenvolvimento	• sistema CODAE disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal	• Adequada / Ampliar ação
12.6	• em desenvolvimento	• concurso com Ensino Superior obrigatório	• Adequada / Continuidade da ação
12.7	• em desenvolvimento	• diversidade racial como conteúdo curricular obrigatório na educação básica	• Adequada / Ampliar ação

**META 13:** Estimular a ampliação do quadro de mestres e doutores nas IES, com vistas ao legalmente estabelecido, bem como zelar para o cumprimento do mesmo.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
13.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
13.2	• em desenvolvimento	• Sistema CODAE disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal	• Adequada / Ampliar ação

**META 14:** Estimular a ampliação de vagas e cursos de pós-graduação *stricto sensu*, voltados ao atendimento das necessidades e demandas locais e regionais.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
14.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
14.2	• em desenvolvimento	• autorização de pesquisa mediante solicitação documentada da IES de origem	• Adequada / Aprimorar mecanismos

**META 15:** Garantir que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, até 2020.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
15.1	• em desenvolvimento	• Ensino Superior obrigatório nos concursos	• Adequada / Continuidade da ação
15.2	• em desenvolvimento	• Incentivo financeiro contemplado no PCCS	• Adequada / Continuidade da ação
15.3	• a planejar		• Adequada / Instituir ações
15.4	• em desenvolvimento	• unidades escolares aptas a receber estagiários do Magistério e/ou Pedagogia	• Adequada / Continuidade da ação

**META 16 :** Incentivar a frequência dos docentes em cursos de pós-graduação que possam reverter em benefícios a seu trabalho, visando alcançar 50% dos docentes da EB até 2024, e garantir formação continuada a todos os profissionais da educação, segundo as demandas e necessidades do sistema e instituições educacionais, conforme critérios e políticas estabelecidas no PCCS da categoria.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
16.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
16.2	• a planejar		• Adequada / Rever PCCS
16.3	• a planejar		• Adequada / Rever PCCS
16.4	• em desenvolvimento	• Preenchimento do Plano de Ações Articuladas, acompanhamento SIMEC, atualização do PDDE Interativo	• Adequada / Continuidade da ação

**META 17:** Valorizar os profissionais do magistério público da educação básica a fim de equiparar o rendimento médio destes ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até 2020.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
17.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
17.2	• a planejar		• Adequada / Rever PCCS
17.3	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
17.4	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
17.5	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos

**META 18:** Realizar, no prazo de dois anos, a revisão do PCCS municipal para os profissionais do magistério.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
18.1	• a planejar		• Adequada / Rever PCCS
18.2	• em desenvolvimento	• Concursos públicos	• Adequada / Continuidade da ação
18.3	• em desenvolvimento	• Avaliações semestrais dos funcionários em estágio probatório desenvolvidas pela direção e coordenação escolar	• Adequada / Continuidade da ação
18.4	• a planejar		• Adequada / Rever PCCS
18.5	• a planejar		• Adequada / Rever PCCS

**META 19:** Assegurar para a realização da gestão democrática da educação e das unidades escolares, a participação de todos os segmentos da comunidade educativa e local; o estabelecimento de critérios técnicos de mérito e desempenho para os candidatos aos cargos de direção e coordenação escolar; bem como condições para o acompanhamento e avaliação do presente PME de forma democrática e participativa, bianualmente.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
19.1	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
19.2	• em desenvolvimento	• participações em cursos oferecidos pelo MEC	• Adequada / Continuidade da ação
19.3	• em desenvolvimento	• visitas periódicas as unidades escolares de assessores pedagógicos	• Adequada / Continuidade da ação
19.4	• em desenvolvimento	• garantia em calendário escolar de reuniões pedagógicas bimestrais	• Adequada / Continuidade da ação

19.5	• em desenvolvimento	• exigência de formação específica, formação para possíveis candidatos, capacitação para comunidade escolar, aprimoramento da legislação que norteia o processo de eleição de diretores	• Adequada / Continuidade da ação
19.6	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
19.7	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
19.8	• em desenvolvimento	• Aperfeiçoamento do sistema	• Adequada / Ampliar ação
19.9	• em desenvolvimento	• Disponibilização de sala, assessores pedagógicos, técnicos administrativos, contratação de Especialista.	• Adequada / Continuidade da ação

**META 20:** Garantir a aplicação, na manutenção e desenvolvimento da educação, de 25% da receita líquida do município, advinda de impostos, acrescido dos recursos provenientes do Salário Educação, do FUNDEB e de programas e convênios do Governo Federal e Estadual, bem como ampliar o investimento em educação, em conformidade com a ampliação nacional, para o patamar de 7% do PIB até 2020 e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB até 2024.

ESTRATÉGIAS	SITUAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	AVALIAÇÃO / RECOMENDAÇÃO
20.1	• em desenvolvimento	• Acompanhamento, gestão e controle do Orçamento da Secretaria Municipal de Educação	• Adequada / Continuidade da ação
20.2	• em desenvolvimento	• Manutenção do Conselho do Fundeb, com participação da sociedade civil entre seus conselheiros; audiências públicas de divulgação do orçamento municipal	• Adequada / Continuidade da ação
20.3	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
20.4	• em desenvolvimento	• Adesão ao Programa Proinfo	• Estratégia Adequada / Rever a ação
20.5	• a planejar		• Adequada / Instituir mecanismos
20.6	• em desenvolvimento	• Elaboração do Plano Plurianual, Lei Orçamento Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias.	• Adequada / Continuidade da ação

## CONCLUSÃO

Mediante o conhecimento da realidade educacional do município, realizou-se a segunda avaliação do desenvolvimento do Plano Municipal de Educação 2014-2024, referente ao triênio 2015-2017.

A avaliação permite observar o alinhamento do sistema educacional do município no que tange à responsabilidade de cada ente federado sobre os diferentes níveis educacionais. Também ficaram evidentes: o dinamismo da realidade, as alterações realizadas e ações desenvolvidas com vistas ao atendimento das metas estabelecidas para serem cumpridas até a presente data.

Pode-se observar, conforme detalhado em cada um dos eixos avaliados, os desafios já superados e os que agora precisam ser enfrentados, bem como os esforços despendidos e os resultados obtidos até o momento.

A necessidade de realização de monitoramento e avaliação continuada do desenvolvimento do PME revela-se uma estratégia importante para a consecução de todas as metas, nos prazos estabelecidos. Neste sentido, a nomeação de uma Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME consistiu um passo importante, por permitir a continuidade do processo, além de ser decisiva para a realização do monitoramento e avaliação continuada do desenvolvimento do PME, de forma participativa e democrática.

Tomando como ponto de partida, o presente relatório e os anteriores, a comissão pode planejar e iniciar seu trabalho, contribuindo de forma significativa para o delineamento de ações que visem o cumprimento do PME e o aprimoramento da educação do município em todos os níveis e âmbitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPED (2011). *Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como Política de Estado*. Armazém das Letras Gráfica e Editora Ltda. 144p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. *Lei nº 9.394/1996* - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF/DOU 23/12/1996.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.172/2001* - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: DF/DOU 10 de janeiro de 2001.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.005/2014*. Que aprova o PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília . DF, DOU 26/06/2014.

\_\_\_\_\_. MEC. INEP. *Censo da Educação Básica*. Brasília. Brasília, DF, 2017.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Brasília – DF. DOU 26/06/2014.

\_\_\_\_\_. *Portaria nº 649* de 29 de novembro de 2018 – Nomeia a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME. Cambé, 2018.

\_\_\_\_\_. *Lei Municipal nº 2.728* de 19 de Junho de 2015 – Alinha o Plano Municipal de Educação de Cambé à Lei Federal 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação 2014/2024. Cambé, 2015.

\_\_\_\_\_. SEMED. *Sistema de Coleta de Dados Educacionais – CODAE*. Disponível em: [http://sistemasweb.cambe.pr.gov.br:8080/educacao\\_pme](http://sistemasweb.cambe.pr.gov.br:8080/educacao_pme)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. Acessível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2018>

PARANÁ. *Caderno Estatístico do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social* – IPARDES, 2017.

## ANEXO 1

### Instituições da Rede Escolar de Cambé (2007 a 2014)/Nível de Ensino e Dependência Administrativa.

INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS	REDES DE ENSINO				INTEGRARAM A REDE ESCOLAR			TOTAL		
	MUN 2017	EST	PRIV	FIL 2014	2007-2010	2011-2014	2015-2017	2010	2014	2017
<b>FILANTRÓPICAS</b>								<b>13</b>	<b>13</b>	<b>1</b>
1. Amábile Bôscolo	X			X	X	X				
2. Ignês Bergamaschi	X			X	X	X				
3. Irmã Dulce	X			X	X	X				
4. Jamile Haully	X			X	X	X				
5. José Sestário	X			X	X	X				
6. Lar Marília Barbosa	Fil			X	X	X	Filantrópica			
7. Lar Santo Antonio	A.C			X*	X	X	Associação civil			
8. M Magdalena Carvalho	X			X	X	X				
9. Madre Tereza Calcutá	X			X	X	X				
10. Pasquina Jacomel	X			X	X	X				
11. Rosa Raminelli	X			X	X	X				
12. São João da Escócia	X			X	X	X				
13. Waldomiro M. Gomes	X			X	X	X				
<b>PRIVADAS-ES</b>								<b>02</b>	<b>02</b>	<b>04</b>
1. Faculdade Catuai			X		X	X	X			
2. Ulbra			X		-----	X	Fechou			
2. UNOPAR			X			----	X			
3. UNICESUMAR			X			----	X			
4. UNIPAR			X			----	X			
<b>PRIVADAS - EB</b>								<b>15</b>	<b>15</b>	<b>13</b>
1. A Formiguinha			X		Não localizada	X	X			
2. Aprendiz do Saber			X		X	X	X			
3. Branca de Neve			X		X	X	X			
4. Cantinho do Saber			X		X	X	X			
5. Colégio Sesi			X		X	X	X			
6. Criança Feliz			X		X	X	X			
7. Era uma vez			X		Não localizada	Não localizada	Fechou			
8. Escadinha do Saber			X		-----	X	X			
9. Giramundo			X		X	X	X			
10. INSA			X		X	X	X			
11. Menino Deus			X		X	X	X			
12. Pequeno Polegar			X		X	X	Fechou			
13. Primeiros Passos			X		X	X	X			
14. Raio de Sol			X		X	X	Fechou			
15. Rei Davi			X		X	Fechou	Fechou			
16. Sonho de criança			X		-----	X	X			
17. Viver			X		X	X	X			
<b>MUNICIPAIS</b>								<b>22</b>	<b>23</b>	<b>34</b>
1. Alvorada	X				X	X	X			
2. Ana Z. Mazzei	X				X	X	X			
3. Aquarela	X				X	X	X			
4. A Sementinha	X				X	X	X			
5. Balão Mágico	X				X	X	X			
6. Cecília Meireles	X				X	X	X			
7. Consolación	X				X	X	X			
8. Daisaku Ikeda	X				X	X	X			
9. D. Pedro II	X				X	X	X			

10.Eufrauzina Jesus	X				X	X	x			
11.Hilda Soares	X				X	X	X			
12.Izaura F. Neves	X				X	X	X			
13.Jacídio Correia	X				Criada em 2011	X	X			
14.Lourdes Gobi	X				X	X	X			
15.Maria Rosa Trevisan	X				X	X	X			
16.Munhoz Zerbetto	X				X	X	X			
17.Olavo Soares	X				X	X	X			
18.Pe. José de Anchieta	X				X	X	X			
19.Pedro Tkotz	X				X	X	X			
20.Roberto Conceição	X				X	X	X			
21.Santa Isabel	X				X	X	X			
22.Santos Dumont	X				X	X	X			
23.Symphoriano	X				X	X	X			
<b>ESTADUAIS</b>								<b>14</b>	<b>15</b>	<b>14</b>
1.Antonio Raminelli		X			X	X	X			
2.Atílio Codato		X			X	X	X			
3.CEEBEJA		X			X	X	X			
4.Érico Veríssimo		X			X	X	X			
5.Geraldo Fernandes		X			X	X	X			
6.Helena Kolody		X			X	X	X			
7.João de Santa		X			X	X	Fechou			
8.Leopoldino Lour.		X			X	X	X			
9. M. Andrea Nuzzi		X			X	X	X			
10.Manuel Bandeira		X			X	X	X			
11.Olavo Bilac		X			X	X	X			
12. Osvaldo de Jesus		X			Em Filantrópica	X	X			
13.São José		X			X	X	X			
14.Valdir Humberto A		X			X	X	X			
15.11 de outubro		X			X	X	X			
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>34</b>	<b>15</b>	<b>19</b>	<b>01</b>	<b>66</b>	<b>68</b>		<b>66</b>	<b>69</b>	<b>72</b>

\*Instituição mantida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

## ANEXO 2

### PME 2014-2024: METAS E ESTRATÉGIAS

#### **META 1:**

**Universalizar o atendimento escolar de 4 e 5 anos até 2016 e ampliar a oferta de Educação Infantil de modo a atender, no mínimo, 50% da população de 0 a 3 anos até 2024.**

- 1.1 Participar de programas e projetos em regime de colaboração com os demais entes federados, visando à expansão e melhoria da rede física de creche e pré-escola pública.
- 1.2 Construir novas escolas de educação infantil e ampliar/reformar as já existentes, de forma a garantir o cumprimento da Emenda Constitucional nº 59 de 11/11/09 e atender, no mínimo, 50% da demanda por creche até 2024.
- 1.3 Assegurar a alimentação do Sistema Cadastro Único da Educação Infantil de Cambé, a fim de subsidiar o estabelecimento de planos, normas, procedimentos e prazos para o atendimento da demanda manifesta do município.
- 1.4 Instituir mecanismo de busca ativa da demanda real da EI, em parceria com as Secretarias de Saúde e Assistência Social, com vistas a subsidiar a elaboração de estratégias para seu atendimento.
- 1.5 Desenvolver e aprimorar os instrumentos de acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido na Educação Infantil, visando promover a melhoria da estrutura física, do quadro de pessoal, dos recursos pedagógicos e acessibilidade, do levantamento da demanda por creches e pré-escolas, no âmbito da EI.
- 1.6 Articular com entidades beneficentes conveniadas, a oferta de matrículas gratuitas, visando a expansão de vagas.
- 1.7 Incentivar e oportunizar a formação continuada aos professores e demais profissionais da rede pública de Educação Infantil, com vistas à atualização teórico-metodológica e atendimento das demandas da realidade educacional.
- 1.8 Manter, por meio de concurso público, a contratação de profissionais da Educação Infantil, com formação superior, bem como, gerenciar junto às IES a oferta de cursos em nível de pós-graduação e aperfeiçoamento.
- 1.9 Assegurar o atendimento das crianças do campo na Educação Infantil, por meio de redimensionamento da distribuição territorial da oferta.

- 1.10 Garantir o acesso à creche e pré-escola e a oferta de atendimento complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.
- 1.11 Estabelecer parcerias e convênios com IES e núcleos de pesquisas consolidados, com vistas a subsidiar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de projetos pedagógicos, que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população da EI.
- 1.12 Assegurar a elaboração e difusão de orientações curriculares, formação de pessoal e produção de materiais com o objetivo de possibilitar às crianças o acesso ao conhecimento, o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, compreendidos como requisitos para seu desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania.
- 1.13 Fortalecer e aprimorar os mecanismos de acompanhamento individual do desenvolvimento dos alunos, com vistas ao planejamento e adequação das atividades pedagógicas às características e especificidades dos alunos da Educação Infantil.
- 1.14 Zelar pelo respeito às especificidades da EI na organização das redes escolares, garantindo o atendimento das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam aos parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.
- 1.15 Monitorar o acesso e a permanência das crianças nas Escolas de Educação Infantil, em especial, aquelas beneficiárias de programas de transferência de renda.
- 1.16 Ofertar educação infantil 4 e 5 anos, garantindo a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

## **META 2:**

**Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos, assegurando que até 2024, 95% dos alunos concluam esta etapa na idade recomendada.**

- 2.1 Zelar, juntamente com o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e outros órgãos competentes, para que todas as crianças na idade recomendada estejam matriculadas e frequentando regularmente a escola.

- 2.2 Desenvolver e aprimorar os instrumentos de acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido nos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando promover a melhoria da estrutura física, dos recursos pedagógicos e acessibilidade, bem como aprimoramento do quadro de pessoal que atua neste nível de ensino.
- 2.3 Fortalecer os mecanismos para o acompanhamento individual do desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do EF, em sua respectiva escola, com vistas a subsidiar o aprimoramento do trabalho pedagógico realizado junto aos alunos/turmas.
- 2.4 Garantir que o transporte escolar prime pela redução do tempo dos estudantes em deslocamento, quando possível.
- 2.5 Incentivar a integração escola-comunidade, visando ampliar as oportunidades de conhecimento e reflexão da realidade, bem como a vivência de experiências que contribuam para a inserção social e desenvolvimento de cidadania aos estudantes.
- 2.6 Ofertar os anos iniciais do ensino fundamental para as populações do campo nas próprias comunidades, quando viável, ou proporcionar transporte para garantir o acesso e a permanência.
- 2.7 Incentivar a realização de atividades extracurriculares conforme estabelecido em Projeto Político Pedagógico das escolas, mediante autorização da SEMED.
- 2.8 Instituir mecanismos de acompanhamento do EF a fim de garantir a alfabetização plena dos alunos até, no máximo, o terceiro ano.
- 2.9 Incentivar a inclusão no PPP das escolas, de ações voltadas à participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares, visando o maior envolvimento da família na vida escolar dos alunos.
- 2.10 Ofertar ensino fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

### **META 3:**

**Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.**

- 3.1 Apoiar iniciativas para a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, mediante disponibilização de meios de comunicação do poder público municipal.

- 3.2 Zelar pela oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.
- 3.3 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do EM do município, mediante disponibilização dos indicadores educacionais levantados pelo Sistema de Coleta de Dados Educacionais.
- 3.4 Incentivar a oferta de ensino médio, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.
- 3.5 Apoiar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.
- 3.6 Apoiar ações que visem estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas mediante disponibilização de meios de comunicação do poder público municipal.
- 3.7 Manter programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e rural com faixa etária entre 15 e 17 anos, cabendo ao Município o atendimento referente aos anos iniciais do EF, e ao Estado, os anos finais do EF e EM, visando aprimorar a qualificação social e profissional de jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série.

#### **META 4:**

**Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos, ou conveniados, nas formas complementar e suplementar.**

- 4.1 Atualizar e informar anualmente, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar, sem prejuízo do cômputo das mesmas na educação básica regular.
- 4.2 Instituir mecanismos de busca ativa da demanda no âmbito da Educação Especial, nos níveis de EI e EF anos iniciais, e estimular a criação dos mesmos para atender a demanda de EF anos finais e EM, visando a universalização deste atendimento, conforme disposições legais em vigor.

- 4.3 Aderir aos programas de implantação de salas de recursos multifuncionais e apoiar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar e suplementar, nas escolas urbanas e rurais que atendem os alunos no âmbito da EI e anos iniciais do EF (esfera municipal) e EF anos finais e EM (esfera estadual).
- 4.4 Zelar pela qualidade da oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes matriculados nas redes de ensino.
- 4.5 Participar de programas e projetos que visem a acessibilidade nas escolas públicas para garantir o acesso e a permanência dos alunos com NEE, mediante adequação arquitetônica, oferta de transporte adaptado, disponibilização de material didático, recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, bem como o fortalecimento e aperfeiçoamento da Educação Especial.
- 4.6 Incentivar a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais na rede pública ou em instituições especializadas, zelando pela integração de ambas modalidades de atendimento.
- 4.7 Incentivar e apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas, contempladas no PPP das escolas, voltadas à avaliação e aprimoramento das condições de acesso e melhoria da qualidade do atendimento do aluno com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, tanto no âmbito da educação regular como no atendimento educacional especializado realizado na Rede Municipal.
- 4.8 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, de maneira a garantir a ampliação e a qualidade do atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais na rede pública regular de ensino.
- 4.9 Garantir o acesso à educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência, ou quaisquer outras necessidades educacionais especiais.
- 4.10 Manter convênio com instituições filantrópicas sem fins lucrativos, visando assegurar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

**META 5:****Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.**

- 5.1 Estruturar os anos iniciais do EF a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até 8 anos.
- 5.2 Viabilizar condições para a utilização de avaliação formativa e processual como estratégia de acompanhamento do desempenho do aluno e instrumento de aprimoramento do trabalho pedagógico.
- 5.3 Garantir formação continuada e assessoria pedagógica aos docentes e profissionais da educação que atuam nos anos iniciais do EF.
- 5.4 Apoiar a alfabetização dos alunos com NEE, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

**META 6:****Oferecer educação em tempo integral em até 50% das escolas públicas de educação básica e atender até 2024 ao menos 25% dos alunos.**

- 6.1 Estender progressivamente a jornada escolar dos alunos da EI e anos iniciais do EF, para sete horas, mediante colaboração com as demais instâncias governamentais, em até 50% das instituições municipais de ensino e atender a 25% dos alunos, até 2024.
- 6.2 Garantir que, no âmbito da educação em tempo integral ofertada pelo município, seja contemplado o acompanhamento pedagógico e interdisciplinar, bem como inseridas atividades complementares, segundo as orientações da SEMED.
- 6.3 Incentivar e zelar para que as demais redes e níveis de ensino que integram a EB do município, cumpram a presente meta.
- 6.4 Participar de programas e projetos propostos pelas demais instâncias governamentais, quando viável, com o intuito de ampliar e reestruturar a estrutura física das escolas, adquirir equipamentos/material didático e capacitar recursos humanos para a educação em tempo integral das escolas públicas.
- 6.5 Incentivar a elaboração de projetos, no âmbito do PPP das escolas, que contemplem a utilização de diferentes espaços, tais como: bibliotecas, praças, parques históricos e ambientais, museus, teatros, planetários, etc., visando o desenvolvimento e enriquecimento das atividades pedagógicas.

- 6.6 Garantir o acesso à educação em tempo integral na rede municipal, para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na EI e anos iniciais do EF, assegurado o atendimento educacional especializado complementar e suplementar, bem como zelar para que nos demais níveis e âmbitos de ensino da EB seja respeitada tal orientação.
- 6.7 Estimular a utilização de atividades recreativas direcionadas e monitoradas, assim como esportivas e culturais, no tempo de permanência dos alunos na escola, combinando com o efetivo trabalho escolar.
- 6.8 Incentivar a realização de estudos e pesquisas, previamente autorizadas pela SEMED, que contribuam para o aprimoramento da Educação em Tempo Integral do município, com vistas ao constante aprimoramento do trabalho pedagógico e à melhoria da sua qualidade.

#### **META 7:**

**Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem visando atingir as médias nacionais estabelecidas para o IDEB.**

- 7.1 Prover as condições necessárias (recursos materiais, físicos e humanos) para a melhoria de qualidade do processo de ensino e aprendizagem na EI e anos iniciais do EF e zelar para que o mesmo ocorra nos demais âmbitos e níveis de ensino ofertados no município.
- 7.2 Aprimorar o sistema de Coleta de Dados Educacionais do município – CODAE/SEMED e disponibilizar, bianualmente, as informações obtidas com vistas ao acompanhamento, avaliação e (re)planejamento da educação no âmbito de cada escola, que revertam ao aprimoramento do processo.
- 7.3 Estimular para que, os índices do IDEB, já atingidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sejam mantidos e/ou ampliados durante a vigência do presente plano.
- 7.4 Zelar para que os estudantes do EF anos finais tenham alcançado o nível de aprendizagem compatível aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo.
- 7.5 Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação de desempenho dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.
- 7.6 Aderir a programas e projetos dos demais entes federados, que visem o alcance das metas de qualidade estabelecidos para a Educação, voltadas à melhoria da

gestão educacional, da infraestrutura, dos recursos tecnológicos e da formação continuada, dentre outros, quando atenderem as necessidades e demandas do município.

**META 8:**

**Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo e regiões de menor escolaridade da cidade e entre os 25% mais pobres.**

- 8.1 Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.
- 8.2 Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos – Fase I, a todos os que não tiveram acesso à escolarização na idade própria.
- 8.3 Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola para os segmentos populacionais considerados e implementar estratégias de apoio e estímulo à frequência dos alunos.
- 8.4 Promover o acesso aos anos finais do Ensino Fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de classificação/reclassificação e de certificação da aprendizagem.

**META 9:**

**Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2024, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.**

- 9.1 Realizar, periodicamente, chamada pública no âmbito da Educação de Jovens e Adultos – Fase I.
- 9.2 Assegurar a oferta gratuita da EJA - Fase I a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.
- 9.3 Zelar pela oferta gratuita da EJA - Fase II a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.
- 9.4 Incentivar a expansão das matrículas na Educação de Jovens e Adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

- 9.5 Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos.
- 9.6 Incentivar e apoiar a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos.

**META 10:**

**Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.**

- 10.1 Incentivar e apoiar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino, de acordo com a demanda existente no município.
- 10.2 Zelar pela qualidade da oferta dos cursos profissionais oferecidos no município.
- 10.3 Contribuir para a avaliação e aprimoramento dos cursos técnicos e profissionalizantes, mediante a disponibilização dos dados do CODAE/SEMED, bianualmente.

**META 11:**

**Estimular a ampliação da oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio, zelando pela qualidade desta.**

- 11.1 Zelar pelo atendimento da demanda e pela qualidade da oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no município.
- 11.2 Contribuir para a avaliação e aprimoramento deste segmento educacional disponibilizando, bianualmente, os indicadores acerca deste segmento e modalidade de ensino, coletados em levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Educação – CODAE/SEMED.
- 11.3 Abrir campo de estágio nas escolas da rede municipal de ensino, aos alunos da Educação Profissional, preservando o caráter pedagógico da formação do aluno, segundo propostas contempladas no PPP da escola.

**META 12:**

**Fomentar o fortalecimento das IES, mediante realização de parcerias que possam reverter simultaneamente para a formação de profissionais de nível superior e o**

**atendimento das demandas e necessidades das instituições educacionais do município.**

- 12.1 Incentivar a ampliação da oferta da Educação Superior no município, voltado ao atendimento da demanda manifesta nos diferentes setores e segmentos sociais.
- 12.2 Incentivar, de acordo com os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Carreira e Salários – PCCS a participação em cursos e programas de formação na área de atuação, aos integrantes do quadro do magistério que não possuem a titulação especificada no Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/14 e no presente plano.
- 12.3 Estimular a inclusão, nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, de parcerias e projetos envolvendo professores e alunos de licenciaturas de Instituições de Ensino Superior, mediante autorização da SEMED.
- 12.4 Zelar pela qualidade da oferta da Educação Superior no município.
- 12.5 Contribuir para a avaliação e aprimoramento da ES, mediante disponibilização bianual dos dados obtidos no CODAE/SEMED.
- 12.6 Valorizar, nos concursos e processos seletivos, a formação acadêmica de nível superior voltada ao conhecimento e reflexão das demandas da rede pública de educação básica.
- 12.7 Zelar pela ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil, conforme estabelece a Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na ES a todos os estudantes indistintamente.

**META 13:**

**Estimular a ampliação do quadro de mestres e doutores nas IES, com vistas ao legalmente estabelecido, bem como zelar para o cumprimento do mesmo.**

- 13.1 Incentivar o fortalecimento da ES ofertado no âmbito do município.
- 13.2 Contribuir para o aprimoramento dos processos de avaliação e zelar pela qualidade da educação ofertada, mediante aprimoramento do CODAE/SEMED e disponibilização do mesmo, bianualmente.

**META 14:**

**Estimular a ampliação de vagas e cursos de pós-graduação *stricto sensu*, voltados ao atendimento das necessidades e demandas locais e regionais.**

- 14.1 Estimular, a frequência a cursos de pós-graduação *stricto sensu* dos profissionais da educação da Rede de Ensino Municipal, segundo critérios e benefícios contemplados no PCCS da categoria.
- 14.2 Apoiar programas, projetos e ações que objetivem a consolidação e desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação em educação, que possam reverter em aprimoramento à educação do município e mediante autorização da SEMED.

**META 15:**

**Garantir que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, até 2020.**

- 15.1 Valorizar, nos concursos e processos seletivos, a formação acadêmica de nível superior voltada ao conhecimento e reflexão das demandas da rede pública de educação básica, em especial, ao nível educacional pretendido.
- 15.2 Incentivar, de acordo com os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Carreira e Salários – PCCS a participação em cursos e programas de formação na área de atuação, aos integrantes do quadro do magistério que não possuem a titulação especificada neste plano.
- 15.3 Zelar pelo cumprimento da determinação de exigência da formação dos educadores nas demais redes de ensino que atuam no âmbito da Educação Básica no município.
- 15.4 Apoiar e contribuir para a melhoria dos cursos de formação docente, mediante abertura de estágio supervisionada para alunos regulares de cursos de graduação e pós-graduação de IES reconhecidas.

**META 16:**

**Incentivar a frequência dos docentes em cursos de pós-graduação que possam reverter em benefícios a seu trabalho, visando alcançar 50% dos docentes da EB até 2024, e garantir formação continuada a todos os profissionais da educação, segundo as demandas e necessidades do sistema e instituições educacionais, conforme critérios e políticas estabelecidas no PCCS da categoria.**

- 16.1 Realizar, o dimensionamento da demanda de formação docente e gestionar a respectiva oferta junto às instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas nacionais e estaduais.

- 16.2 Prever, no PCCS critérios e percentuais para liberação de licenças para qualificação profissional em nível de pós-graduação *stricto sensu*, inicialmente em nível de mestrado.
- 16.3 Incentivar e liberar em capacitação *stricto sensu* os docentes efetivos da Rede Municipal de Ensino que atuam na EI e EF anos iniciais, segundo termos e critérios estabelecidos no PCCS da categoria.
- 16.4 Aderir e incentivar a participação dos docentes da Rede Municipal de Ensino em programas propostos pelas demais instâncias governamentais que visem o acesso a bens culturais, materiais didáticos e pedagógicos, bem como a capacitação docente.

**META 17:**

**Valorizar os profissionais do magistério público da educação básica a fim de equiparar o rendimento médio destes ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até 2020.**

- 17.1 Apoiar e contribuir com iniciativas dos demais entes federativos voltadas ao acompanhamento e atualização progressiva do valor do piso salarial dos profissionais do magistério público da Educação Básica.
- 17.2 Aprimorar o PCCS dos profissionais da educação da Rede Municipal, mediante inclusão de garantias e critérios que subsidiem a elaboração de plano de capacitação progressiva dos integrantes da referida rede, conforme disposição do presente PME.
- 17.3 Elaborar plano de implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar, em especial, para as escolas da Rede Municipal em Tempo Integral.
- 17.4 Instituir comissão permanente de acompanhamento e avaliação do plano de PCCS dos profissionais do magistério, visando subsidiar seu aprimoramento quando do surgimento de novas demandas.
- 17.5 Zelar para que as demais redes respeitem ao disposto na presente meta.

**META 18:**

**Realizar, no prazo de dois anos, a revisão do PCCS municipal para os profissionais do magistério.**

- 18.1 Orientar sobre a necessidade de existência de planos de carreiras dos profissionais do magistério e da educação nas redes de ensino que atuam no âmbito da Educação Básica, no prazo de dois anos.
- 18.2 Assegurar a manutenção da constituição do quadro de profissionais do magistério da rede municipal de ensino, com 90% de servidores nomeados em cargos de provimento efetivo.
- 18.3 Aprimorar plano de acompanhamento do professor em estágio probatório, por profissional do magistério com experiência de ensino, visando assessorá-lo em suas necessidades e fundamentar, com base em avaliação documentada, seu encaminhamento para aperfeiçoamento e/ou, a decisão pela efetivação ou não do mesmo no quadro funcional.
- 18.4 Rever, no prazo de dois anos, o PCCS dos profissionais do magistério e da educação da Rede Municipal, com vistas ao seu aprimoramento e atendimento de novas demandas.
- 18.5 Prever no PCCS dos profissionais do magistério da rede municipal, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

**META 19:**

**Assegurar para a realização da gestão democrática da educação e das unidades escolares, a participação de todos os segmentos da comunidade educativa e local; o estabelecimento de critérios técnicos de mérito e desempenho para os candidatos aos cargos de direção e coordenação escolar; bem como condições para o acompanhamento e avaliação do presente PME de forma democrática e participativa bianualmente.**

- 19.1 Criar Conselho Escolar como instância democrática de participação na vida da escola, mediante incentivo à elaboração colegiada de estratégias de ação e projetos subsidiados no conhecimento e na reflexão dos problemas do cotidiano escolar, com vistas à busca de solução para os mesmos.
- 19.2 Participar dos programas de apoio e formação aos membros dos diversos conselhos de acompanhamento e controle de políticas públicas.
- 19.3 Incentivar, assessorar e apoiar as escolas da Rede Municipal na busca de solução aos problemas e dificuldades existentes, sempre que solicitado e for necessária a intervenção da SEMED junto aos setores e órgãos competentes.

- 19.4 Estimular a realização sistemática de reuniões pedagógicas, com vistas à avaliação do trabalho desenvolvido no âmbito da escola e seus resultados, bem como a definição de estratégias e ações que visem ao seu aprimoramento.
- 19.5 Garantir e aprimorar o processo de escolha dos diretores mediante critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a consulta da comunidade escolar.
- 19.6 Constituir Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução das políticas educacionais do município.
- 19.7 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.
- 19.8 Aprimorar, o Sistema de Coleta de Dados Educacionais - CODAE/SEMED, visando à atualização dos dados ao final de cada ano letivo, pela direção das escolas, bem como a criação de um Banco de Dados Educacionais que permita a identificação das demandas e avaliação das metas e estratégias estabelecidas no presente plano.
- 19.9 Fornecer infraestrutura ao Comitê Gestor de Avaliação do PME, para elaboração de relatórios, mediante análise comparativa dos resultados educacionais obtidos no biênio, objetivando avaliação das metas propostas para o mesmo e a proposição de novas estratégias, quando necessário.

#### **META 20:**

**Garantir a aplicação na manutenção e desenvolvimento da educação de 25% da receita líquida do município, advinda de impostos, acrescido dos recursos provenientes do Salário Educação, do FUNDEB, e de programas e convênios do Governo Federal e Estadual, bem como ampliar o investimento em educação em conformidade com a ampliação nacional para o patamar de 7% do PIB até 2020 e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB até 2024.**

- 20.1 Aplicar os recursos legalmente vinculados à Educação, de competência do poder público municipal, e buscar fontes complementares de financiamento.
- 20.2 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.
- 20.3 Divulgar regularmente os indicadores de investimento e tipo de despesa per capita por aluno nas etapas da educação de responsabilidade do município.

- 20.4 Oportunizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação, mediante adesão a programas do governo estadual e federal.
- 20.5 Instituir mecanismos que assegurem o recebimento dos recursos vinculados à exploração do petróleo, gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento dos art. 212 e 214 da Constituição Federal/1988 e com vistas à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- 20.6 Definir prioridades para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, considerando a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º da Lei 13.005/14 – PNE.